

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Bruno Zambianchi Rey

**Uma crítica da cartografia urbana formal:
o método coremático e o caso do Largo do Arouche**

São Paulo

2021

BRUNO ZAMBIANCHI REY

**Uma crítica da cartografia urbana formal:
o método coremático e o caso do Largo do Arouche**

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Padovesi
Fonseca

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Rey, Bruno Zambianchi
R456c Uma crítica da cartografia urbana formal: o método
coremático e o caso do Largo do Arouche / Bruno
Zambianchi Rey; orientadora Fernanda Padovesi Fonseca
- São Paulo, 2021.
89 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo. Departamento de Geografia.

1. cartografia. 2. espaço urbano. 3.
lógica formal. 4. coremática. 5. Largo do
Arouche. I. Fonseca, Fernanda Padovesi, orient.
II. Título.

Agradecimentos

À minha orientadora, Fernanda, por sempre expandir minhas visões sobre a cartografia e o mapa, pelos inúmeros conselhos, reuniões e conversas, e pela atenção com que me acompanhou em toda trajetória de pesquisa. À Amélia, César, Eduardo, Larissa, Maria Eliza, Valéria e todos os professores e professoras da Geografia que marcaram minha formação.

À minha família, que nunca questionou e sempre apoiou minhas decisões acadêmicas e de vida. À minha mãe, Ana Rosa, por ser minha primeira e maior referência de cientista, pesquisadora e pessoa. Ao meu pai, Robson, por me garantir a oportunidade de estudar e o sonho da universidade, e pelo carinho incondicional.

A todos meus amigos e amigas. A Ariel, por sempre acreditar em mim e me empolgar nos momentos de desalento. A Lucas, companheiro de quase todas as disciplinas da graduação, pela amizade e parceria de anos. A Pedro, pela companhia e por todas as histórias. A Vitor, que me acompanha desde o ensino médio, pelas discussões intermináveis e pelos aprendizados. À Vitória e Gabrielle, pelas risadas e a conexão que vem desde a adolescência.

A todos meus colegas da Geografia e da universidade. Especialmente a Vinícius, pelas referências e pelos debates interessantíssimos que colaboraram para dar vida a este trabalho.

“Submetido a servidões e a dependências, o tempo da teoria é de fato um tempo ligado ao improvável, aos fracassos, aos desvios, portanto deslocado por seu outro. E, por um estranho fenômeno, essa relação do controlável com os fracassos constitui precisamente a simbolização, união daquilo que coere sem ser coerente, daquilo que faz conexão sem ser pensável.”

(Michel de Certeau, 1998, p. 311)

Resumo

REY, Bruno Zambianchi. **Uma crítica da cartografia urbana formal: o método coremático e o caso do Largo do Arouche**. Monografia (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

Esta monografia se apoia nos princípios de uma análise desconstrutiva da cartografia moderna e das técnicas dela derivadas, especialmente no que se refere à cartografia científica e sua aplicação no planejamento urbano e metropolitano. Em primeiro lugar, tecemos uma reflexão sobre o paradigma cartográfico: o estudo e a concepção do mapa como texto cultural, um instrumento simbólico de poder que, mediando a relação entre materialidade e representação, é ao mesmo tempo produto e produtor da realidade social. Incorporando as formas hegemônicas de apropriação e uso do mapa para o planejamento das cidades, estabelecemos uma relação com a lógica formal de produção do espaço urbano, evidenciando as capacidades e insuficiências das representações cartográficas em abarcar a complexidade espacial da metrópole. Depois disso, apresentamos a modelização gráfica e a teoria dos coremas, retiradas da geografia francesa, como possível método alternativo em relação às cartografias urbanas formais, sinalizando seus potenciais e limites na representação da urbanidade. Aplicamos, assim, o método coremático ao estudo geográfico do Largo do Arouche enquanto espacialidade, ou conjunto de espacialidades, historicamente apropriadas por sujeitos LGBTQ+ no centro da metrópole São Paulo, e inseridas no duplo processo de decadência e renovação dos distritos centrais (que aqui chamamos de conflito entre o lixo e o luxo). Atentando às territorialidades da sexualidade e do gênero no espaço urbano, bem como às múltiplas formas e consequências da gentrificação dos espaços, apresentamos, por fim, mapas coremáticos do Largo do Arouche para apreender possíveis dinâmicas territoriais que condicionam sua produção e situação geográfica no centro paulistano.

Palavras-chave: cartografia; espaço urbano; lógica formal; coremática; Largo do Arouche

Abstract

REY, Bruno Zambianchi. **A critique of formal urban cartography: the chorematic method and the case of Largo do Arouche**. Monography (Bachelor in Geography). Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, 2021.

This monography is based on the principles of a deconstructive analysis of modern cartography and the techniques derived from it, especially regarding scientific cartography and its application in urban and metropolitan planning. First, we reflect on the cartographic paradigm: the study and conception of the map as a cultural text, a symbolic instrument of power that, mediating the relationship between materiality and representation, is at the same time a product and a producer of social reality. Incorporating the hegemonic forms of appropriation and use of the map for city planning, we establish a relationship with the formal logic of production of urban space, highlighting the capacities and insufficiencies of cartographic representations in encompassing the spatial complexity of the metropolis. After that, we present the graphic modeling and the theory of choremes, taken from french geography, as a possible alternative method in relation to formal urban cartographies, signaling its potentials and limits in the representation of urbanity. Thus, we apply the chorematic method to the geographic study of Largo do Arouche as a spatiality, or set of spatialities, historically appropriated by LGBT+ subjects in the center of the São Paulo metropolis, and inserted in the double process of decay and renewal of the central districts (which here we call conflict between garbage and luxury). Considering the territorialities of sexuality and gender in the urban space, as well as the multiple forms and consequences of the gentrification of spaces, we finally present chorematic maps of Largo do Arouche to apprehend possible territorial dynamics that condition its production and geographic situation in the center of São Paulo.

Keywords: cartography; urban space; formal logic; chorematic; Largo do Arouche

Résumé

REY, Bruno Zambianchi. **Una crítica de la cartografía urbana formal: el método coremático y el caso de Largo do Arouche**. Monografía (Geografía), Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, Universidad de São Paulo, 2021.

Esta monografía se basa en los principios de un análisis deconstructivo de la cartografía moderna y las técnicas derivadas de ella, especialmente en lo que respecta a la cartografía científica y su aplicación en la planificación urbana y metropolitana. En primer lugar, reflexionamos sobre el paradigma cartográfico: el estudio y concepción del mapa como un texto cultural, un instrumento simbólico de poder que, mediando la relación entre materialidad y representación, es a la vez producto y productor de la realidad social. Incorporando las formas hegemónicas de apropiación y uso del mapa para el urbanismo, establecemos una relación con la lógica formal de producción del espacio urbano, destacando las capacidades e insuficiencias de las representaciones cartográficas en abarcar la complejidad espacial de la metrópoli. A continuación, presentamos el modelado gráfico y la teoría de los coremas, tomados de la geografía francesa, como posible método alternativo en relación a las cartografías urbanas formales, señalando sus potencialidades y límites en la representación de la urbanidad. Así, aplicamos el método coremático al estudio geográfico de Largo do Arouche como una espacialidad, o conjunto de espacialidades, históricamente apropiada por sujetos LGBT+ en el centro de la metrópoli paulista, e insertada en el doble proceso de decadencia y renovación de los distritos centrales (que aquí llamamos de conflicto entre basura y lujo). Considerando las territorialidades de la sexualidad y el género en el espacio urbano, así como las múltiples formas y consecuencias de la gentrificación de los espacios, finalmente presentamos mapas coremáticos de Largo do Arouche para aprehender posibles dinámicas territoriales que condicionan su producción y situación geográfica en el centro de São Paulo.

Palabras-clave: cartografía; espacio urbano; lógica formal; coremática; Largo do Arouche

Tabelas

Tabela 1. Relações de ordem filosófica entre a lógica formal, a cartografia científica e o urbanismo ideológico	28
Tabela 2. Carta-modelo dos 28 coremas elementares	38
Tabela 3. Relação dos coremas identificados na mancha dos “cinemões” pornô do centro de São Paulo	68
Tabela 4. Síntese dos coremas identificados na mancha dos “cinemões” pornô do centro de São Paulo	69
Tabela 5. Relação dos coremas identificados no entorno próximo do Largo do Arouche	76

Figuras

Figura 1. As variáveis da imagem e as variáveis de separação	36
Figura 2. O gueto gay paulistano e algumas de suas áreas	51
Figura 3. Síntese dos coremas identificados no entorno próximo do Largo do Arouche	77

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. O MAPA E O URBANO ENQUANTO CONSTRUÇÕES FORMAIS	
1.1. O paradigma do mapa, semiótica e crítica desconstrutiva da cartografia	15
1.2. A cartografia que planeja e produz o urbano – e o problema da metrópole	21
1.3. O urbano formal: ordem, lógica e razão	24
1.4. O urbano vivido: traçando territórios do cotidiano	29
2. A COREMÁTICA ENQUANTO MÉTODO CARTOGRÁFICO NÃO-FORMAL: POTÊNCIAS E LIMITES	
2.1. Definições do corema e o mapa estrutural de Brunet	34
2.2. A insuficiência dos sistemas e das estruturas	42
3. UMA CARTOGRAFIA COREMÁTICA DO LARGO DO AROUCHE: NOTAS HISTÓRICAS E NOVAS PROPOSTAS	
3.1. O Arouche entre o lixo e o luxo	47
3.2. A limpeza do Arouche: dos corpos abjetos à gentrificação do “gueto”	55
3.3. O Arouche e a nova cinelândia pornô: as contribuições da coremática	64
3.4. Construindo uma coremática do Arouche	71
ÚLTIMAS OBSERVAÇÕES	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS	83

INTRODUÇÃO

Antes de tudo, esta monografia é um trabalho epistemológico, feito na tentativa de compreender as condições produtivas da cartografia moderna, especialmente no que tange às relações do mapa moderno com a substância urbana manifesta em sua complexidade, ou o mapeamento urbano que tenta mensurar a cidade como fenômeno ou entidade no espaço. É nesse sentido que propomos dar um passo para trás, visitar os pressupostos já naturalizados e, em vez de admitir o mapa como produto esclarecido, transmissor da verdade, questioná-lo como instrumento cultural, uma construção subjetiva que revela um ponto de vista. Mais do que isso, tentamos descobrir quais propriedades comunicativas do mapa o tornam tão próximo da subjetividade de seu cartógrafo, e da consciência social que tem-se sobre a cartografia em dado contexto histórico-geográfico. Em se tratando da modernidade, enveredamos na direção de apontar as qualidades ou características dessa consciência, afinal a ideia social do mapa parece ser, nos termos da epistemologia, intrínseca e anterior ao mesmo. Isso nos suscita diversas questões. Em primeiro, do que se trata e do que se compõe o mapa moderno? Quais feições ou disposições nos permitem defini-lo como tal? Seria sua produção pelos Estados, pelas instituições e pelos poderes ao longo da história? Seria sua relação intrínseca com a delimitação e a organização dos territórios? Além disso, devemos considerar não somente o mapa como objeto analítico, mas a cartografia como método e seu lugar na ciência. Afinal, se procuramos aqui ressaltar o papel das subjetividades, o mapa seria um produto objetivo, originado de uma lógica ou razão precisa, ou uma manifestação passional, subsidiada nos critérios particulares dentro dos quais ocorre sua confecção? Se realmente há uma importância substancial do subjetivo, seria a cartografia uma ciência ou uma arte? Seria o cartógrafo seu fabricante ou seu criador? Digamos que as primeiras partes deste trabalho se dedicam à investigação dessas lacunas, adiantando que as respostas parecem ser mais nebulosas do que contundentes.

Entretanto, mais do que uma reflexão sobre o conhecimento cartográfico geral, procuramos empreender um entendimento do mapa aplicado à análise e representação da urbanidade. Introduzimos essa escala com alguns paralelismos. Se existe uma tradição moderna do mapa, existiria também, transpondo o aspecto das representações, uma tradição moderna da cidade? Em quais termos podemos definir essa relação? Assim como na cartografia, como e por quais meios esta tradição estaria associada à concepção dos espaços na sociedade? Sabemos que, no tocante aos espaços urbanos contemporâneos, a questão da

metrópole - ou da cidade crítica, como se define na corrente lefebvriana - é paradigmática na investigação da condição urbana. Por assim tratamos não da cidade em sua espacialização provinciana, com centralidades orgânicas, cuja paisagem é quantificável, planificada, mas da cidade - ou da forma urbana - em sua materialização negada, sua implosão-explosão contraditória (falando especificamente da metrópole, isso é derivativo, além da simples ideia da saturação populacional, da crise habitacional, infraestrutural e socioespacial que caracteriza o fenômeno da metropolização, isto é, da constante criação e recriação de suas feições). A metrópole pode assim constituir uma categoria espacial única para avaliarmos a condição do mapa e do mapeamento moderno, ou a situação das representações cartográficas na modernidade (à luz da hipermodernidade, pós-modernidade, modernidade crítica, como prefere-se chamar...). Sendo assim, colocando a escala metropolitana como manifestação máxima da complexidade urbana, há se de mensurar a relação dos mapas ou dos planejamentos espaciais com a produção desta mesma complexidade. Para esse fim, nos perguntamos: em que medida o mapa moderno, seu uso cultural pelos poderes, é capaz de expressar a crise urbana? A cartografia tradicional é viável para capturar visualmente a cidade crítica?

Por fim, para não permanecer exclusivamente na dimensão da refutação, investigamos também no sentido de encontrar outras possibilidades para o mapa e o urbano. Na questão das possibilidades metodológicas, vamos visitar a cartografia coremática de Brunet e a geografia regional francesa, e tentar compreender, com base em sua tecnicidade, que tipo de contribuição trazem ao debate sobre a crise urbana, ou as formas de representação da crise metropolitana. A problemática central é como a proposição teórica dos coremas se dá em relação à tradição moderna que tentamos criticar. Há, em alguma medida, a contestação ou superação dos paradigmas da modernidade? Ou, a nível das epistemes, permanecemos na mesma tradicionalidade cartográfica antes delimitada? A coremática nos aparece como teórica particular para exercitarmos essa reflexão, na medida em que estabelece pontes entre as geografias geral e regional. Aqui ainda colocamos o desafio de aplicá-la, num movimento ainda pouco usual, à análise dos espaços intra-urbanos, ou espaços interiores da metrópole crítica. Para isso tivemos também que pensar em um espaço-objeto que consideramos, em nossas hipóteses, apropriado à possível revelação das contradições enunciadas. Na questão das possibilidades do objeto, escolhemos o Largo do Arouche (sem abrir mão de outros espaços ou espacialidades adjacentes, associadas, correlatas) no centro de São Paulo para a aplicação do exercício. Minhas primeiras experiências com o Arouche

remontam um período de exploração da noite paulistana e os espaços sintéticos da socialização gay no centro da metrópole, ao longo do qual também me emaranhei às disrupturas socioespaciais do centro velho. As últimas partes desta monografia se dedicam às leituras históricas e experiências de campo que subsidiam a proposta cartográfica subsequente. Finalizamos o trabalho construindo uma proposta de coremática do Largo do Arouche e seus entornos no centro paulistano, fazendo alusão à substância crítica da urbanidade e aos diálogos estabelecidos pelo mapa na (re)produção do espaço urbano, e, por assim dizer, da metrópole paulista. Aqui nos aprofundamos em aspectos mais práticos da aplicação metodológica, mas lembramos que o intuito elementar é fazer um movimento epistemológico sobre o mapa e a cidade, suscitar visões divergentes, para enfim pensar e representar os espaços tão plásticos e aparentemente incapturáveis da metrópole, a exemplo dos quais temos, entre tantas idas e vindas, o Largo do Arouche.

1. O MAPA E O URBANO ENQUANTO CONSTRUÇÕES FORMAIS

1.1. O paradigma do mapa, semiótica e crítica desconstrutiva da cartografia

O mapa é um texto cultural. Ao aceitarmos sua textualidade, somos capazes de abranger um número de possibilidades interpretativas diferentes. Em vez da transparência da clareza, podemos descobrir a impregnação do opaco. Ao fato, podemos adicionar o mito, e em vez de inocência, podemos esperar duplicidade. (HARLEY, 1989, p. 7-8, tradução nossa)

O uso do mapa neste trabalho ocupa, em primeira e superficial dimensão, a posição literal de produto metodológico ou de instrumento escalar de síntese e espacialização dos resultados analíticos. O significado do mapa para este trabalho, contudo, ocupa em segunda e implícita dimensão o aspecto de princípio epistemológico, de ponto de partida da reflexão aqui empreendida sobre as convenções, as profundidades e os limites da cartografia. Esta reflexão gravita em torno do que aqui denominamos de pós-modernismo cartográfico¹ (com ressalvas à terminologia e à própria abrangência do termo) ou, de forma mais aplicada, de uma historiografia de revisão sobre o contexto e a cultura dos mapas, orientada no sentido de desvendar e repensar sua natureza de produção e seu desdobramento em categoria simbólica, com aspectos pictóricos, imagéticos e essencialmente iconográficos.

A desconstrução do mapa explorada e proposta por Harley (1989) é central para uma discussão da epistemologia e da ontologia cartográfica, e definiu um dos marcos primordiais para a transformação da leitura do mapa enquanto estatuto científico e social. Segundo o autor, a cartografia moderna carrega em sua produção um axioma sintomático de equivalência entre a representação e a realidade, de forma a criar uma noção totalizante do mapa como espelho do mundo, ou ainda como dispositivo de leitura universal desta realidade. Funda-se uma neutralidade do mapa enquanto produto e do cartógrafo enquanto produtor, pautada nos valores iluministas e no estabelecimento de uma ordem racional:

O objetivo é sugerir que uma epistemologia alternativa, enraizada na teoria social em vez do positivismo científico, é mais apropriada para a história da cartografia. Será mostrado que até os mapas “científicos” são produtos não somente das regras

¹ Para Harley (1989), “aplicando as conceituações da história literária à história da cartografia, parece que ainda trabalhamos predominantemente em condições de pensamento pré-modernas ou modernas” (p. 1, tradução nossa), enquanto que “a noção de desconstrução [do mapa] é uma senha para a vertente pós-moderna” (p. 4, tradução nossa). É importante reconhecer, dentro da análise epistemológica, que a categoria da pós-modernidade ainda é definida, dialeticamente, segundo os termos da própria modernidade que busca superar. Quando falamos do pré-moderno, moderno, pós-moderno, ultra-moderno, estamos sempre em alguma medida gravitando em torno da noção de modernidade. Não podemos, a nível filosófico, admitir que superamos ou estamos para além dessa noção - afinal se a modernidade realmente toma a forma universalizante que defendemos ao longo deste trabalho, suas instituições são virtualmente inescapáveis.

da ordem da geometria e da razão, mas também das normas e valores da ordem da tradição social. (HARLEY, 1989, p. 2, tradução nossa)

É essencial notar como e porque o autor diferencia duas ordens epistemológicas de condicionamento da produção dos mapas. A “ordem da geometria e da razão” se relaciona às técnicas e projeções dominantes na tradução visual do espaço, situadas na plataforma restrita do euclidianismo e no entendimento do espaço como objeto perfeitamente contínuo, contíguo e uniforme em seu interior, segundo os termos de Fonseca e Oliva (2012, p. 25). Temos aqui uma questão inerente à própria articulação teórica da cartografia, que a subordina a um crivo estético e funcional da engenharia, com um recorte específico daquilo que é ou que pode ser um mapa. Segundo os mesmos autores, isso perpassa também a construção de um universo mental generalizante e naturalizante das visões do espaço, sendo que as produções cartográficas a ele desviantes são tachadas de “exotismo anticientífico”:

As referências mais poderosas que se constroem como formalização [...] são a geometria euclidiana e o sistema métrico. Tão impregnadas que se confundem com o objeto: como “virtudes e características” universais da “categoria” espaço, quando o são na verdade parte de uma percepção (uma construção) histórica e limitada de um espaço não generalizável. (FONSECA & OLIVA, 2012, p. 28)

O mesmo pode ser dito de convenções cartográficas específicas, como os sistemas de coordenadas axiais ou em grade, que permitem a localização de pontos e a delimitação de áreas num eixo matematicamente infinito (COSGROVE, 2008, p. 150), e que conferem ao produto final um aspecto de absoluto, justificado para e por si mesmo.

Deve-se notar, portanto, que o movimento teórico e valorativo da cartografia enquanto disciplina, e também como linguagem e método de representação visual, perpassa o choque com uma “tradição contestada” (CRAMPTON, 2009, p. 41), na medida em que ocorre a busca por um conceito de mapa mais expansivo em sua definição. Se pensarmos a relação com o pensamento geográfico, este choque pode induzir a concepção de outras geometrias e outros sistemas cartográficos de representação da organização do espaço. A tendência geral, contudo, parece ser o abandono progressivo da prática cartográfica na produção de novas geografias e novas teorias espaciais (OLIVA & FONSECA, 2011, p. 23).

A “ordem da tradição social”, por sua vez, anuncia uma confecção estratégica do mapa como instrumento de comunicação, difusão, e até mesmo imposição de uma cosmologia específica de entendimento e significação cultural do espaço mapeado. Ainda segundo Harley (1989, p. 13), “classificar o mundo é dele se apropriar, de tal maneira que todos os processos técnicos representam atos de controle sobre a sua imagem, ultrapassando

os usos declarados da cartografia.” (tradução nossa). Ao contrário da anterior, esta dimensão da produção cartográfica extrapola os limites internos de sua teoria, representando também a totalidade arbitrária e particular da perspectiva de uma cultura. É por isso que o autor escolhe o termo “texto” para explicar a realização cognitiva do mapa (como foi mencionado no primeiro trecho deste capítulo), não pela presença de elementos linguísticos no sentido estrito, mas sim pelo ato de construção de um sistema de convenções, com signos e símbolos selecionados de forma deliberada para a reprodução de uma narrativa imagética do espaço social e do mundo.

Apesar de muitos dos significados de um texto cartográfico serem indecifráveis, é essencial compreender que é inerente ao mapa a (re)produção de uma historicidade e de uma estética política². Nesse sentido, há uma dialética e uma reciprocidade cognitiva entre a representação e o representado dentro da cartografia, de tal forma que um transforma a condição de construção do outro, e vice-versa:

A analogia escapa do figurativismo, mas mantém similaridades entre o representado e a representação. Na relação analógica reencontra-se na representação, mesmo que parcialmente, a lógica do referente. Os mapas por serem espaciais, funcionam, nalguma medida, com a mesma lógica do espaço a ser representado. (OLIVA & FONSECA, 2011, p. 20)

Esta dualidade é retomada novamente em Harley, quando pensamos as diferentes formas e cinéticas de manifestação de poder em relação à produção de um mapa. De um lado, há um poder externo exercido *sobre* a cartografia por parte das instituições e das entidades e centralidades políticas, que condicionam não somente a aplicabilidade de seu conteúdo temático, mas também as estéticas e os contornos históricos de sua confecção. De outro, há um poder interno exercido *pela* cartografia propriamente dita, para a manutenção de um controle jurídico do território e a permanência das relações intra ou extra-estatais que acomodam a estrutura deste mesmo poder (1989, p. 12). Seguindo esta lógica, o mapa alcança um aspecto ambivalente em sua relação produtiva com a realidade: ao mesmo tempo em que é produto de uma visão de mundo, referenciando e perpetuando uma profecia histórico-social do espaço, ele participa ativamente da produção desta visão, na medida em que se apropria do espaço que representa (OLIVA & FONSECA, 2011).

² Há de se observar que, como as teses centrais desta pesquisa procuram localizar a cartografia na área cinza entre a ciência e a arte, muitos dos termos e conceitos são trabalhados neste mesmo sentido. Falamos de *estética* tanto no sentido filosófico (os critérios da forma, ou a manifestação formal - cosmética, superficial - do conteúdo) como no sentido artístico (a significação dos elementos visuais no processo de produção e leitura da arte). Aqui aludimos à relação forma-conteúdo de Lefebvre (1995) que será discutida mais à frente. Cremos que no mapa a estética (ou a forma) é necessariamente política porque evoca algum tipo de simbolismo, atrelado a um referencial mais ou menos claro de poder.

Se a produção da arbitrariedade inerente ao mapa pressupõe traçar e reproduzir relações de poder, o discurso empreendido nesta produção se aproxima de uma retórica persuasiva, indicando a necessidade de convencimento do interlocutor. Ao mapa cabe não somente expressar uma versão espacial da realidade, mas também demonstrar porque esta versão é a correta, incitando uma disputa entre cosmologias geográficas distintas. Em sua introdução crítica à cartografia, Crampton (2009, p. 48) sintetiza esta disputa resgatando o dilema metafórico “*mapear ou ser mapeado*”³ de Stone (1998), demonstrando que o mapa é um instrumento de reivindicação e conquista de territórios tal como são as armas de fogo, pois ele ressignifica as memórias espaciais, apaga e recria os imaginários da topologia, participando ativamente da construção (e também da destruição) dos governos e das identidades.

Seguindo este caminho, Monmonier (1991), ao nos ensinar a “mentir” com os mapas, revela as possibilidades de ação ideológica da cartografia a partir da manipulação das técnicas analíticas e das formas de representação dos dados. Nesta perspectiva, o mapa equivale a um material partidário de propaganda política, que almeja o convencimento do público tanto a partir da procedência das informações representadas, como a partir de seus adereços, ornamentos e símbolos de poder:

[...] um mapa deve desempenhar o duplo papel de informar e, ao mesmo tempo, impressionar seu público. [...] Enquanto afirmação de um estilo gráfico, os mapas não somente decoram, mas enviam mensagens sutis ou subliminares a respeito de seus autores, patrocinadores e publicantes. (MONMONIER, 1991, p. 157, tradução nossa)

O desconstrutivismo cartográfico nos alcança a noção de politização do mapa enquanto documento institucional, que aplica sobre a materialidade do espaço a imaterialidade de um território simbólico. Os mapas políticos (ou o mapa que é sempre em si político) são proposições mais ou menos autoritárias de uma identidade do espaço, e incorporam em sua estética signos de um poderio correspondente. Este vetor de poder se manifesta necessariamente a partir de um conjunto de valores sociopolíticos projetado e planejado com um fim histórico específico, seja este estatal, imperial, colonial, eclesiástico (AKERMAN, 2009) ou até mesmo científico. É no interior de sua condição ideológica que o

³ Stone (1998) utiliza essa neologia (em relação à “matar ou ser morto”) para explicar as disputas entre as cartografias oficiais e as terras indígenas: “o processo de mapeamento (...) muda a percepção das pessoas sobre si mesmas e seu território, seus recursos e sua história. Pode auxiliar na organização política e redirecionar os recursos políticos em jogo. (p. 55, tradução nossa). Crampton (2009) o retoma em seus comentários sobre as histórias de Colombo e a consagração do Novo Mundo: “Esse é um episódio clássico na história da cartografia e do colonialismo. Demonstra que mapas criam espaço tanto quanto registram espaço.” (p. 48, tradução nossa).

mapa passa a carregar um efeito e uma tese de verdade disseminada, protegido pelo mito da precisão e da objetividade, e legitimado pela capacidade de tornar-se um *ícone* (OLIVA & FONSECA, 2011).

A perversidade empreendida na instrumentalização política do mapa, talvez por resistir fortemente à desconstrução de suas convenções, parece torná-lo apologético, gerando em seus interlocutores críticos uma culpa cartográfica (CRAMPTON, 2009). Estas tensões epistemológicas relativizam um aspecto da cartografia que é ornamental, originário de um critério afetivo e que implica no desenho uma personalidade arbitrária. Vemos aqui a iconografia de criação do mapa, e a possibilidade do mesmo ser reapropriado de forma opinativa e, portanto, ressignificado em seu conteúdo social.

A partir disto, suscitamos que existe um *etos*⁴ da tradição cartográfica cientificista a ser desconstruído ou, ainda, desnaturalizado em sua relação com o mapa, e especialmente com o sujeito mapeador. Ao retirarmos o pano opaco de mitificação da precisão e da quantificação absoluta, fica evidente a natureza pessoal (a subjetividade ativa e parcial) do mapa enquanto uma criação, e do cartógrafo enquanto um criador, um verdadeiro artista.

Se retornarmos a Harley, denota-se que a arte é constantemente recolocada no lugar de cosmético, quando na verdade exerce um papel essencial na comunicação cartográfica. “Nós começamos a entender de que forma os mapas, assim como a arte, longe de serem uma abertura transparente ao mundo, são na realidade um modo particular do olhar humano sobre este mundo.” (1989, p. 3, tradução nossa). Nesse sentido, Barbosa (2016) tece uma analogia, ao mesmo tempo prática e subjetiva, entre os olhares do cartógrafo e do artista, a partir das reflexões de Besse (2014):

O olhar do pintor e o olhar do cartógrafo não são então separados, mesmo que eles não se confundam. Eles participam de uma mesma atitude cognitiva, e de uma mesma competência visual [...] ambos desenvolvem uma arte da leitura visual dos signos que constituem a qualidade própria de uma paisagem. (BESSE, 2014 apud BARBOSA, 2016, p. 143)

Este dilema, manifestado em um distanciamento forçado do mapeamento em relação à prática artística, permeia também a construção da cartografia enquanto disciplina e doutrina. Segundo Crampton (2009, p. 3), esta disciplina falhou não somente em estabelecer uma rígida separação à arte, como também em se tornar “pós-política”. Ou seja, a superestimação

⁴ Enquanto conjunto de disposições e convenções normativamente estabelecidas como ideais dentro da prática cartográfica; as técnicas de criação do mapa que são naturalizadas.

da técnica da precisão como metodologia cartográfica universal, apenas esclarece o fato de que a própria tecnicidade é um adereço funcional, e portanto uma ação estética (situada em algum lugar entre o esclarecimento e a alienação) da perspectiva do cartógrafo. Aqui cabem as reflexões de Fialho (2010) sobre a arte na cartografia, em que o potencial representativo do mapa se justifica nas intersecções entre objetividade e subjetividade. Para a autora, o fascínio despertado pelo mapa deriva da condição deste apresentar, ao mesmo tempo, uma base técnica e uma concepção artística. Assim como a arte, ele detém uma força reveladora de universos culturais em transformação e conflito, e responde à necessidade de compreender e controlar o mundo (2010, p. 3).

Sendo assim, temos visualizada uma faceta ou dimensão da prática cartográfica que não é preenchida, não possui protocolo e nem criteriosidade clara em suas referências. Temos aqui um uma descontinuidade, um vazio no interior da forma do mapa, que só pode ser ocupado pela parcialidade e pelo capricho de seu autor. Pensar o mapa enquanto arte é reconhecê-lo enquanto uma opinião, uma proposta de olhar, uma ambição generalizante da paisagem, construída e planejada para expressar vontades. As reflexões de Tiberghien (2013) sobre a ótica sonhadora do mapa nos permitem um aprofundamento nesta ligação artística-cartográfica:

O imaginário que esse mapa testemunha não nos afasta do real, mas nos faz penetrar na visão de um artista, em sua maneira de ver e sentir, no movimento dinâmico de seus afetos, que nos restitui a imagem como a franja de um sonho. Assim como nos mapas que consultamos deixando errar nosso espírito, (e que os artistas sabem guiar até regiões insuspeitas) entre duas folhas de um atlas em que não há, à primeira vista, nada a ser visto. (TIBERGHIEEN, 2013, p. 251)

Se tomarmos esta última sentença enquanto verdade, não com a finalidade de invalidar os aspectos criativos da cartografia, mas enquanto estratégia argumentativa, surge a confirmação de que não há *nada* a ser visto no mapa a nível das essências. Nada, exceto os reflexos de uma consciência, uma composição de desejos que evidenciam certas realidades e desprezam outras. Isso nos abre a uma gama de plurissignificados passíveis de serem apropriados e reapropriados pelo mapa, uma indefinição inerente à sua construção e que, apesar de compreendida como anti-ciência, é o que o situa enquanto ciência transformadora. Retornando a Fonseca e Oliva (2012, p. 34), “a aparente multiplicidade de significados de um mapa, sua qualidade de ser ‘escorregadio’ não é um desvio, não é um problema de um mapa ilusório. Na verdade, é o coração virtuoso das representações cartográficas.”.

1.2. A cartografia que planeja e produz o urbano – e o problema da metrópole

Podemos então retornar à noção de que o mapa, mesmo em sua polissemia e plasticidade, carrega em sua construção o significado do espaço que representa; é uma generalização gráfica conectada a uma generalização da produção espacial. Sendo assim, são denotadas, dentro do próprio objeto da cartografia, as formalidades epistemológicas que concebem o mapa. Se por sua vez este objeto é a cidade (ou, por aprofundamento, a urbanidade), estabelecemos relações de ordem filosófica entre o mapa e o espaço urbano. Relações tão sólidas em sua definição que, para Cosgrove (2008), o espaço cartográfico e o espaço urbano são inseparáveis, tanto por sua historicidade como pela ligação que empreendem entre conceito e prática. Já incorporando na própria urbanização moderna o axioma do planejamento geométrico, o autor demonstra como o mapa “ou precede a presença física da cidade, ou serve para regular e coordenar sua contínua existência” (p. 143, tradução nossa). A técnica cartográfica, nesta perspectiva, não se relaciona à mera confecção de um espelho da cidade existente, mas sim à construção e produção de uma cidade visível (FIALHO, 2010, p. 346); ela não define a urbanidade em termos totais, mas é disseminada de modo a condicionar a situação material do urbano.

A ordem racional ao redor da qual gravita uma cartografia das cidades encontra sua expressão na geometrização do espaço. Enquanto processo da cognição, a geometria, diferentemente da álgebra, se constitui no olhar para o externo, para as métricas da vida material⁵. Se distanciando de uma abstração conceitual e se aproximando de uma formalização da paisagem, ela pressupõe a consideração do “outro” e do que se localiza “fora do eu”. É neste sentido que Fonseca e Oliva (2012, p. 28) relacionam o desenvolvimento da geometria e da métrica à trama espacial das trocas comerciais, pois nela reside a multiplicação dos contatos e das relações humanas, além da familiaridade com o externo. Cosgrove (2006) suscita um aspecto desta relação ao dizer que, por padronizar e nivelar as dimensões da cidade, a geometria constrói uma urbanidade monológica, e portanto mais permissiva à apropriação privativa e burocrática dos espaços. Entretanto, a instrumentalização da geometria, e por conseguinte do espaço euclidiano, não descarta uma discussão a respeito de sua compatibilidade e adequação à própria substância da urbanidade.

⁵ “A álgebra sustenta-se na lógica, na reflexão, na abstração de conceitos formais (nela olha-se para dentro), já na geometria a construção do conhecimento se dá pela observação do meio ambiente, pela ação de humanização da natureza e no desenvolvimento da vida social (na geometria olha-se para fora). E geometria quer dizer exatamente a medida da Terra. Assim, qualquer sistema métrico se associa à geometria nessa ação de construção de conhecimentos diretamente relacionados à vida material.” (FONSECA & OLIVA, p. 28)

Ponderando sobre a inflexibilidade do espaço cartográfico, Fonseca (2004) localiza o euclidianismo e a métrica tradicional enquanto convenções de uma cosmologia rural do espaço, pensada na dispersão das relações e na fixação dos fenômenos no solo (p. 225). As relações urbanas, por oposição, se desprendem deste plano fixo e estão sob constante redefinição. A partir desta contradição, como seria possível representar um espaço da dinamicidade por meio de uma cartografia estática? Como pode o objeto ser transformado, e sua representação permanecer a mesma? Silva (et al., 2008) corrobora estes questionamentos com uma crítica à imobilidade do mapa urbano científico e tradicionalizado, denunciando sua incapacidade de reanimar memórias e capturar transformações. Este mapa seria um registro totalizante da paisagem, a compactação de um volume, que se torna documento morto em vez de dispositivo memorial:

Com este registro total, não há lugar para a memória e seu processo de lembrar a partir das lacunas formadas através do tempo. O que nos resta são meras cenas, que insistimos em chamar de instantâneos, e que fixam um passado pálido. Sobra uma lembrança cristalizada no tempo; sua única relação com o presente é o fato de não mais existir daquela forma. (SILVA et al. 2008, p. 4)

Nesta relação e questão da urbanidade como espaço da metamorfose, os apontamentos de Lefebvre (1999) sobre as revoluções da cidade nos permitem compreender a espacialidade urbana de forma mais extensiva, como uma zona crítica⁶. Na tentativa de conceber a cidade em seu aspecto pós-industrial, podemos considerar um processo conjugado de implosão-explosão da estrutura urbana, marcado pela concentração máxima e pela subordinação completa do espaço agrário à cidade (1999, p. 27). Além disso, se superarmos uma abstração científica da urbanidade, ela parece escapar à categorização e à prospectiva, tornando nebulosa a delimitação de suas possibilidades (1999, p. 29). A nível de conceito, e diante deste fenômeno multiangular, o mapa se encontra demasiado rígido para representar a crise urbana, não somente em sua erupção estrutural, mas na imprecisão e transformação característica de suas feições.

Se nos voltamos para a metrópole (localizada num desconhecido para além da zona crítica, seguindo a epistemologia lefebvriana), esta incongruência é ainda maior. A cartografia planar, nesta instância, é tão provisória que quase perde sua sustentação formal.

⁶ “O que se passa durante a fase crítica? (...) Dá-se — salvo prova em contrário — uma segunda inflexão, uma segunda inversão de sentido e de situação [sendo a primeira inflexão a do agrário ao urbano, da cidade comercial à cidade industrial]. A industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam.” (LEFEBVRE, 1999, p. 27) “Até o presente, a fase crítica comporta-se como uma ‘caixa preta’. Sabe-se o que nela entra; às vezes percebe-se o que dela sai. Não se sabe bem o que nela se passa” (LEFEBVRE, 1999, p. 29).

Quando o mapa incorpora a intenção de controlar a dilatação metropolitana, a geometria se depara com um espaço não passível de generalização. Espaço este da disputa, da tensão e do caos, espaço que, segundo Cosgrove (2008), extrapola os limites do papel:

A resposta ao urbanismo monstruoso está registrada em mapas, com a metrópole moderna constantemente ameaçando ultrapassar a capacidade do mapa de torná-la legível, ou de regular sua desordem material e social. [...] Estes mapas da cidade revelam que a fé modernista na geometria como garantia de uma legibilidade urbana, era insustentável (COSGROVE, 2006, p. 155, tradução nossa)

Esta questão encontra latência também em Lévy (1999), na perspectiva de que a cartografia censitária das cidades se restringe às infraestruturas e ao desenho literal do espaço urbano, e à concretude de suas construções e vias de acesso. Parece haver um bloqueio metodológico do mapa enquanto representação do não-visível, pois o que se empreende em sua construção é uma leitura pobre e literal da paisagem material. “De fato, a urbanidade *a posteriori* é menos explorada do que a urbanidade *a priori*, porque se mostra muito mais difícil de estimar.” (LÉVY, 1999, p. 283, tradução nossa).

Sendo assim, estamos diante não somente de uma subutilização do mapa urbano, como também de uma subrepresentação da cidade e de suas espacialidades. Vimos que isto perpassa um reinado epistemológico da geometria euclidiana sobre outros modelos de representação do espaço, o que induz a uma supervalorização da superfície enquanto plano e escala de transposição da urbanidade. O olhar cartográfico perde a capacidade de reconhecer e construir representações de espaços interpenetrados, que escapam à lâmina da superfície e demonstram a adequação de outros critérios de mapeamento (Lévy, 2008). A construção e o desenvolvimento deste trabalho, no que tange ao paradigma cartográfico e a relação mapa-cidade, deve reconhecer que há uma redução progressiva em relação ao potencial de representação do mapa urbano, apoiada nos saberes institucionais do planejamento e que coordena a produção de uma visão monológica da realidade (monológica não apenas pelo uso da representação planar, mas também pelo simbolismo da uniformidade que ela implica). “A despeito da profusão, estaríamos assistindo à obsolescência do mapa, a seu desligamento progressivo com relação à demanda social.” (LÉVY, 2008 , p. 158).

1.3. O urbano formal: ordem, lógica e razão

Mas, afinal, precisamos agora buscar um entendimento e uma abordagem epistemológica desta cidade em questão, que tanto é objeto como é realidade, e que parece explodir para fora do mapa. Quais análises geográficas da cidade nos permitem decifrar e apreender sua complexidade? Que discussão torna possível relacionar o planejamento urbanístico e a subutilização do mapa urbano, enquanto resultados da negação desta mesma complexidade? Vimos que a análise lefebvriana pode ser essencial no esclarecimento destas questões, e, portanto, partiremos dela para suscitar significados e categorias de compreensão do urbano, supondo que há uma narrativa hegemônica na produção espacial da cidade. Não buscamos, assim, conceber uma sólida e única razão urbana, abrangente a todos os aspectos da sociabilidade e ligada a uma essência, mas sim uma concepção de cidade em específico, mais naturalizada e paradigmática dentro das relações sociais, e que coordena uma ordem de normalidade sobre as mesmas.

O ponto de partida para este debate se configura num conceito especialmente norteador a esta pesquisa: a *lógica formal* (LEFEBVRE, 1995). Para compreendê-la enquanto possível produção do urbano, devemos antes situá-la como fundamento de uma epistemologia da modernidade (e nem por isso ausente de uma historicidade pré-moderna). A lógica formal encontra fundamentos difusos na sofística grega, em que a construção filosófica da identidade do homem toma redireção numa força dominadora sobre a natureza, resultado de uma abstração absoluta (vazio aritmético) de tudo o que a ele é externo (1995, p. 165). Na medida em que o mundo se consolida enquanto exterioridade submissa ao sujeito, o mesmo empreende o desenvolvimento de uma técnica racional e “superior”, aplicada à apropriação direta, eficiente e categorial deste mundo. A história desta técnica, e especialmente da razão “total” erguida no processo, é contada em termos quantitativos (a abstração da natureza pressupõe a igualização de seu conteúdo a zero), que se expressam, no interior da condição moderna, através de uma linguagem evolucionista da teoria social (1995, p. 252). Nesse sentido, a lógica formal atribui às transformações do espaço e do humano uma previsibilidade histórica, segundo a qual o único requisito para o avanço das estruturas socioprodutivas seria o incremento de tempo (progresso inquestionavelmente garantido). Voltando a uma conceituação epistemológica, podemos relacionar esta lógica à construção de um

pensamento que conhece e opera sobre um conteúdo, mas deve “assimilar” esse conteúdo progressivamente; não deixá-lo no plano do global e do confuso; mas

admiti-lo apenas quando analisado e, por conseguinte, quando *determinado* pelo trabalho, ao mesmo tempo duplo e unitário, do entendimento e da razão. (LEFEBVRE, 1995, p. 169)

Por se constituir numa qualidade que não assume lacunas, o formalismo lógico presume também uma homogeneização completa dos elementos a ele circundantes, necessária ao estabelecimento do controle total e onipresente de uma razão sobre a realidade. Em sua discussão a respeito de um urbanismo ideológico, Lefebvre (2001, p. 48) demonstra como este controle é exercido sobre a cidade moderna a partir da arquitetura urbanística, e através de uma patologia espacial: o arquiteto assume a figura de médico registrado da cidade, sua função é “conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante [...] e atribuir a esse espaço (que por acaso se percebe idêntico ao espaço dos geômetras, o espaço das topologias abstratas) as realidades sociais pré-existentes.” (2001, p. 49). Este ponto é essencial para estabelecer analogias entre o formalismo urbano de Lefebvre e a “ordem da razão” do mapa anunciada por Harley (1989), levando em conta o paradigma da geometria visto em Fonseca e Oliva (2012) e Cosgrove (2008). Ora, se o planejamento supõe uma abstração topológica do espaço para a implantação de uma espacialidade artificial, o mapa é a representação gráfica e icônica desta implantação, aquilo que permite à ideia urbanística tomar dimensão possível na materialidade. A cartografia (quando apoiada em seu próprio tradicionalismo científico) se define, assim, enquanto técnica de construção e efetivação da lógica formal urbana.

Pensando ainda numa problemática das arquiteturas, Damiani (2009) tece uma reflexão sobre a política habitacional de cidades desordenadas, condicionada na inquietação do crescimento demográfico (enquanto aspecto teórico de uma “evolução” da cidade, e também aspecto prático, motor de uma ressurgência malthusiana) (p. 112). Contudo, a condição da urbanidade moderna nos suscita aspectos que vão para além de uma desordem estatística; é preciso pensar as relações entre forma urbana e vida urbana, uma vez que, sob a supervisão da lógica formal, a primeira parece delimitar o horizonte de realização da segunda. Utilizando o exemplo das políticas de habitação popular, constrói-se a ação do arquiteto em relação ao morador, ambos sujeitos e sujeitados pelo formalismo lógico:

Este morador - com certo desenho urbano presente, segundo seus valores e modos de ser [...] vive o espaço projetado nos termos de um arquiteto. Poderá nunca fazê-lo, ou fazê-lo em conjunturas específicas; ou, ainda, em último caso, fazer coincidir sempre espaço do arquiteto e espaço do morador. (DAMIANI, 1995, p. 113)

Esta reflexão crítica a respeito da política moderna de habitação na cidade, nos leva de volta a um debate lefebvriano sobre forma e conteúdo (LEFEBVRE, 1995, p. 216). Se está contida na projeção espacial do desenho arquitetônico uma potência de condicionamento da vida, de organização dos fluxos, a geometria que produz este desenho cumpre mais do que uma função técnica, de estética ou aparência; ela participa de uma normalização racional dos espaços. É por isso que, ao ver deste trabalho, não podemos recolocar o planejamento urbano (bem como seus desdobramentos no urbanismo moderno e na cartografia quantitativa) na categoria de adereço, restrito unicamente à forma urbana. Trata-se de reconhecer esta forma como manifestação produtiva de um conteúdo da lógica e de uma narrativa de vida social. Isto é, “a manifestação, a aparência, faz parte da essência. Em muitos casos, ela pode ser a manifestação superficial da essência, que logo desaparece [...]. Mas quem produz, ao se manifestar, essa aparência? E quem a destrói? A própria essência em seu movimento.” (LEFEBVRE, 1995, p. 217).

A lógica formal, de todos os ângulos aos quais tentamos concebê-la em sua crítica, constitui um “momento da razão”⁷ (LEFEBVRE, 1995 p. 169), momento este que não é natural e nem cíclico, não constitui parte de uma progressão socioprodutiva que se manifesta em fases; é uma intencionalidade histórica, um movimento forçado e um projeto de apropriação cognitiva do mundo. Se encontramos reproduções desta narrativa no discurso urbanista (e no cartográfico), podemos considerar também a construção de um “momento do urbano”, fundamentado na supervalorização de uma geometria planar, e que se desenvolve de forma mais ou menos paralela ao movimento da própria razão moderna.

Este “momento do urbano” é nada menos do que crítico, e se apoia na evocação de um discurso formalizante, destituído das especificidades e fundador de uma falsa harmonia no interior das relações socioprodutivas da cidade. Tal discurso não encontra suas bases de realização somente nas intervenções do urbanismo, ou nas concepções funcionalistas da arquitetura moderna; a nível categórico, o mecanismo que move a generalização social da urbanidade é a lógica econômica (não ela em si, mas em seu aspecto exorbitante, dentro do qual se torna economicista, economizante). Retornando a Damiani (1995; 2009), a construção

⁷ Isso quer dizer que o formalismo é um produto histórico. “(...) é legítimo falar de um *progresso* do pensamento, do conhecimento, ou do “espírito”, contando que esses termos não sejam separados da história. O progresso não transcorreu sem acidentes; mas, malgrado a diversidade dos povos e das civilizações desaparecidas e atuais, processou-se com certa necessidade interior (relativa). O universal concreto, a razão, o conhecimento, ou, se se quer, a ideia (num sentido *materialista*), realizam-se assim *historicamente*.” (LEFEBVRE, 1995, p. 169).

deste momento econômico perpassa uma concepção do Estado enquanto força e entidade difusora da razão, inclusive se confundindo, conceitualmente, com esta mesma razão (1995, p. 111). O aparato estatal, a esse modo, é legitimado por um poder privilegiado e intervém na morfologia prático-sensível da cidade, coordenando estratégias de controle sobre a forma e a vida urbana. Isso lhe confere caráter de sistema total, simples resultado da soma de subsistemas parciais (ARAÚJO, 2012, p. 137). Como elemento norteador (e um pouco conclusivo) da discussão sobre lógica formal urbana, vemos que há uma pretensão do Estado moderno em abranger milimetricamente a espacialidade urbana em sua totalidade, que se verifica na linguagem de sua cartografia e na retórica das instituições formais. Tanto para os dois autores citados, como para Certeau (1998), isso implica numa urbanidade sustentada pelo tecnicismo, e que impõe uma fiscalização incessante às relações sociais:

A cidade, esta sim, se transforma, para muitos, em um “deserto” onde o insensato, ou mesmo, o terrificante, não tem mais a forma de sombras mas se torna [...] uma luz implacável, produtora do texto urbano sem obscuridade, criada em toda a parte por um poder tecnocrático, que põe o habitante sob vigilância. (CERTEAU, 1998, p.184)

Se voltarmos à dualística cartografia–narrativa, torna-se possível estabelecer uma analogia de qualidade entre a razão que rege os formalismos arbitrários do mapa (ordem da representação), e uma outra razão, que coordenaria a produção desta urbanidade economizada (ordem do representado). Geralmente esta reflexão se empreende no sentido indutivo: da geografia urbana-econômica (geral) até a cartografia (pontual). Aqui este trajeto foi percorrido no sentido oposto, não com fim restrito na relativização do urbano enquanto conceito, mas também na revelação do papel central do mapa na produção do urbano material (HARLEY, 1989; COSGROVE, 2008). A urbanística planejada, nesse sentido, pode ser concebida de outra perspectiva que não a da pura especulação, pois encontramos na concretude da cidade a confirmação ou a negação deste mesmo plano. Mas, atenção: isso nunca pressupõe uma comparação direta ou uma igualdade entre a projeção e a realidade (entre ideia e matéria). Pelo contrário, buscamos compreender as duas enquanto dimensões categoricamente distintas, cujas intersecções dão origem a uma visão de cidade. Destas analogias, surgem possíveis conexões de conceito e epistemologia entre as categorias da lógica formal lefebvriana, a cartografia tradicional, e as leis do urbanismo. Como conclusão desta parte do trabalho, e no sentido de tecer uma base epistemológica da pesquisa que se segue, denota-se como o formalismo lógico infere, mesmo que de ângulos distintos, na produção do mapa e da planta urbana, disfarçando-os sob o critério da cientificidade e negando sua condição cultural, bem como sua construção produtiva e política (Tabela 1):

	Momento da lógica formal	Correlação ou paralelo com	
		Cartografia “científica”	Urbanismo ideológico
Modelo da relação sujeito-objeto	domínio do homem sobre a natureza material	domínio do cartógrafo sobre o espaço	domínio do arquiteto sobre a cidade
Forma de abstração e apropriação da materialidade	técnica “superior” de dominação	coordenadas, topografia e projeção da superfície	desenho arquitetônico, planta habitacional
Ordem epistemológica	razão moderna	geometria (euclidianismo/cartesianismo)	
Axioma geral da produção	formalidade	precisão	funcionalidade
Visão filosófica do mundo	quantitativa-afirmativa (generalização do objeto como espelho da racionalidade; esvaziamento de seu conteúdo)		

Tabela 1. Relações de ordem filosófica e epistemológica apontadas entre a lógica formal (LEFEBVRE, 1995), a cartografia científica (HARLEY, 1989; COSGROVE, 2008) e o urbanismo ideológico (LEFEBVRE, 2001; DAMIANI, 1995).

1.4. O urbano vivido: traçando territórios do cotidiano

Ao invés de permanecer no terreno de um discurso que mantém o seu privilégio invertendo o seu conteúdo (que fala de catástrofe e não mais de progresso), pode-se enveredar por outro caminho: analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento. (CERTEAU, 1998, p. 175)

Este trecho das reflexões de Certeau (1998) nos introduz a um novo momento epistemológico da discussão aqui empreendida sobre a urbanidade, na medida em que buscamos agora suscitar categorias de cidade dissidentes à formalidade lógica, ou que se situam para além da mesma. Pode-se dizer que, até então, permanecemos ao nível da catástrofe urbana, enfocando a saturação da estrutura física e simbólica da cidade diante dos dilemas pós-industriais (LEFEBVRE, 1999), e a incoerência produtiva no interior das formas de apropriação quantitativa de seu conteúdo social, buscando desconstruir o estatuto de normalidade científica que encobre tanto o planejamento arquitetônico quanto a cartografia estatística.

Entretanto, há de se reconhecer que o discurso formal, por mais que seja estabelecido de modo totalizante, buscando conceber uma urbanidade contínua e artificialmente orgânica, nunca atinge um aspecto verdadeiramente total no interior das relações constitutivas da cidade. É por isso que, para Certeau, “é necessário desconfiar de nossas análises” (1998, p. 174) sobre as ideologias do saber urbanístico; caso contrário, surge a possibilidade de sedução pela teoria da ruína da cidade e, ainda, de subordinação à reprodução da própria formalidade. Isto é, se não delineamos nenhuma força contrária, nenhum vetor de resistência a este discurso, e à lógica formal como um todo, podemos cair num determinismo fatal da forma sobre a vida urbana, dando força de práxis à racionalidade técnica, ao invés de criticá-la e desconstruí-la.

O cotidiano, enquanto escala social e categoria da urbanidade, define um ponto de tensão especialmente significativo para suscitar debates e concepções *não-formais*⁸ (ou ativamente anti-formais) de cidade. Entretanto, antes de consolidar estas concepções, é necessário incorporar primeiramente os aspectos artificialmente lógicos da prática cotidiana, aqueles que se reproduzem na manutenção da ordem econômica-produtiva, apropriados pela

⁸ Neste trabalho chamaremos de *não-formais* os aspectos (da cartografia, da urbanidade, da razão social) que consideramos desviantes em relação aos critérios normativos do formalismo. Isso não configura uma oposição à lógica formal em si. “O formalismo deve ser destruído, mas a lógica formal (qualitativa) subsiste; não se deve considerá-la incompatível com a lógica quantitativa, mas sim como um outro aspecto do pensamento, destinado a unir-se com ele.” (LEFEBVRE, 1995, p. 169)

realização social da mercadoria. Estes aspectos encontram uma conceituação apropriada nos termos da teoria lefebvriana, especialmente em sua definição da *sociedade burocrática de consumo dirigido* (LEFEBVRE, 1991), sob a vigência da qual o cotidiano atinge uma posição social sistemática: ele é compartimentado de acordo com a persuasão de uma propaganda, suas práticas e seus sujeitos são instrumentalizados para reproduzir a razão de crescimento da cidade neocapitalista, através do consumo (1991, p. 81-88). Este estado de formalidade envolve uma alienação estética da consciência, e um auto-engano das classes em relação ao propósito da vida cotidiana:

Na vida cotidiana as pessoas impedem a si mesmas de crer na própria experiência e de percebê-la. [...] A prática cotidiana se deixa desviar, enquanto experiência, e valorizar, enquanto prática limitada, a prática de uma vida individual que cedo ou tarde acaba encalhando na resignação (LEFEBVRE, 1991, p. 198-199)

Nesse sentido, encontramos correspondências desta categoria no percurso até então desenvolvido pela razão moderna, suscitando um processo de cibernetização do cotidiano a partir de subsistemas de produção e consumo em massa (ARAÚJO, 2012, p. 139). A cotidianidade, penetrada e enraizada nos ideais de produção da vida urbana, atinge uma posição quase estatística no interior dos espectros de classe, pois se torna uma sorte de média social, a ser alcançada a partir do consumo de mercadorias sonhadas, constituindo também a narrativa mítica da ascensão à classe média (LEFEBVRE apud DAMIANI, 2009, p. 112). Isso não quer dizer que não há uma disposição de elementos peculiares da própria modernidade viva, ligados à concepção de um outro lado do cotidiano, passíveis de serem reapropriados e ressignificados para além do consumo, e que definem uma categoria crucial para a superação desta catástrofe formal. Há, por possibilidade da reflexão, uma contradição fundada no interior técnico-prático da cotidianidade:

De um lado, a degradação do lúdico, o espírito de lerteza na programação do cotidiano, na racionalidade organizadora - e do outro, a descoberta científica do acaso, do risco, do jogo, da estratégia, no coração das forças naturais e das atividades sociais. (LEFEBVRE, 1991, p. 88)

Este jogo arriscado que descobrimos na composição social do cotidiano, nos permite suscitá-lo enquanto escala do possível, da chance do ser, do iminente; escala onde ameaçam ressurgir potências e atitudes incisivas ao plano normalizado das relações burocráticas. Sabemos que a racionalidade da técnica constrói, produz e impõe uma segregação organizada das espacialidades urbanas, sinalizando a deterioração da cidade enquanto urbanidade viva (DAMIANI, 2009, p. 114). Entretanto, nos tempos complexos que caracterizam a vida urbana em atividade, pode-se encontrar formas residuais e subversivas, redefinidoras deste regime da

forma; táticas criativas, reunidas na prática cotidiana e muitas vezes incapturáveis, que escapam das forças da vigilância e subvertem a determinação de uma ordem panóptica (CERTEAU, 1998, p. 175; DAMIANI, 2009). Dentro deste entendimento, constrói-se, mesmo que nunca absolutamente livres, narrativas de retorno das práticas espontâneas, de retomada das artes do dizer e do fazer⁹, e de uma certa infinidade do urbano, que adere e recoloca a própria substância da urbanidade enquanto espaço da congregação.

Esta forma cotidiana possível, de limites nebulosos e feições inventivas, não pode ser, contudo, desprendida de um eixo espacial ou de um aporte geográfico mais ou menos definido (não somente como localizante, mas como elemento medular da cotidianidade). Encontramos elucidações sobre esta questão nos termos de Seabra (2004): a duplicidade urbanização-industrialização que coordena a produção da cidade capitalista moderna, ao mesmo tempo em que tece uma monologia do sujeito enquanto habitante (unidade quantificada), impõe à sobrevivência deste sujeito a territorialização de suas práticas, recolocando-o também enquanto morador, apropriador do espaço (p. 182). Ou seja, as estratégias de desvio suscitadas na cotidianidade, e as disputas travadas no âmbito das pontualidades, perpassam a delimitação e a construção de *territórios do uso*¹⁰ (SEABRA, 2004). Estes constituem espacialidades contestadas tanto no âmbito da cultura como no da técnica, e cuja apropriação pressupõe a reprodução de usos formais (na lógica da mercadoria), e concomitantemente a permanência de usos não-formais. Ainda segundo a autora, a análise dos territórios do uso enquanto espacialidades do cotidiano urbano, e também enquanto apropriações produtivas do espaço, nos leva a considerar

as separações originárias que se instalam ao rés do cotidiano banal, a vida do dia-a-dia, onde ainda persistem tradições, hábitos e costumes, base e repertório de coisas do povo e de onde podem ser recolhidos saberes, habilidades que podem

⁹ ou o conjunto dos atos que constituem as práticas cotidianas e sua relação com o consumo. Podemos exprimir as artes do dizer e do fazer no que Certeau (1998) chama de “contextos de uso”. “Os contextos de uso, colocando o ato na sua relação com as circunstâncias, remetem aos traços que especificam o ato de falar (ou prática da língua) e são efeitos dele. Dessas características o enunciado fornece um modelo, mas elas vão se encontrar na relação que outras práticas (caminhar, morar, etc.) mantêm com sistemas não linguísticos. (...) Indissociável do instante presente, de circunstâncias particulares e de um fazer (produzir língua e modificar a dinâmica de uma relação), o ato de falar é um uso da língua e uma operação sobre ela. Pode-se tentar aplicar o seu modelo a muitas operações não linguísticas, tomando como hipótese que todos esses usos dependem do consumo (CERTEAU, 1998, p. 96-97)

¹⁰ Seabra (2004) define os territórios do uso como categorias espaço-temporais do cotidiano: “ (...) a espacialidade específica do capitalismo, discutida e interrogada por volta das questões de segregação socioespacial (década de 1970), ganhou graus de complexidade, mas torna-se mais clara, se examinada a partir da vida cotidiana, porque o cotidiano não pode passar sem espaços e tempos apropriados (*territórios do uso*), sejam quais forem as separações ou, o grau de exclusão social que comporta. São os fundamentos desiguais desta sociedade que explicam a sua própria espacialidade.” (p. 183).

virar produtos e coisas. E, aquilo que não vira, permanece como resíduo, em relação ao movimento do mercado, podendo, por vezes, integrar o folclore. (SEABRA, 2004, p. 184)

Podemos estabelecer algumas relações de sentido teórico entre esta definição e a concepção do *território usado*¹¹ de Milton Santos (2000), detalhada em seu manifesto pelo papel ativo da Geografia, e segundo a qual “os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.” (SANTOS, 2000, p. 108). A nível conceitual, podemos dizer que ambas as terminologias remetem ao aspecto de duplicidade inerente ao cotidiano, já anunciado em Lefebvre (1991) e Certeau (1998): há uma capacidade social própria da prática cotidiana que lhe permite ser puxada para dois lados, isto é, ser produzida tanto no sentido de perpetuar a lógica da mercadoria numa urbanidade dirigida para o consumo, como no de recriar ou redefinir esta urbanidade em termos subversivos, segundo linguagens e signos próprios. Aqui se funda uma contradição crucial da sociedade urbana, a partir da qual o aprisionamento formal da vida cotidiana condiciona a estrutura de sua própria libertação, a pressão inferida na alienação pelo consumo, por vezes, guia o sujeito a um estado de mínimo esclarecimento, que possibilita a invenção do novo, a reinvenção do velho, e a criação uma temporalidade particular. Situando esta reflexão na concepção da metrópole pós-moderna de Soja (1993), pode-se dizer que estamos diante de uma cidade condicionada e inserida na paisagem ambígua do capital, “que ao mesmo tempo favorece e inibe, fornece um novo espaço e aprisiona, oferece soluções mas logo acena para ser destruída.” (p. 127).

A situação do cotidiano enquanto esfera da inventividade do sujeito urbano nos faz retornar ao debate sobre a metrópole e suas multiespacialidades; há também a questão das formas heterodoxas de organização espacial que permeiam a produção desta cidade mutável, e que lhe conferem um certo aspecto de “desordem ordenada” (DAMIANI, 2009). Retomando os escritos de Lefebvre, especificamente suas proposições a respeito do direito à cidade (2001), vemos que mesmo os espaços ditos qualificados (aqueles impressos no tecido urbano com caráter de uniformidade; símbolos aparentes da coesão), são suscetíveis a uma desconstrução valorativa, a partir da consideração das diferenças que historicamente

¹¹ “Uma perspectiva do *território usado* conduz à ideia de espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. (...) Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social” (SANTOS, 2000, p. 2-3). “O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos leva a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.” (SANTOS, 2000, p. 12).

instituíram sua espacialidade em relação a outras, ou ainda em relação a si própria. Isso significa sobrepor os contrastes estabelecidos entre e nos espaços, admitir a fragmentação intensa que perpassa a produção da forma e da vida urbana, e recolocar a qualidade enquanto implicação e condição da quantidade, para que sejam suscitados, em cada espaço vivido, ritmos e tempos sociais singulares (LEFEBVRE, 2001, p. 132). Os *territórios usados* (SANTOS, 2000), ou os *territórios do uso* (SEABRA, 2004), localizam justamente estes fragmentos reapropriados e confrontados na urbanidade dinâmica, condicionados simultaneamente pelos vetores do consumo e pela possibilidade da criação cotidiana. Estes territórios suscitam escalas sociais negligenciadas pelo formalismo econômico, escalas do particular e do pontual, escalas do lar, da festa, das oficinas mentais da criação, da subjetividade característica das percepções de cidade. Escalas estas não planejadas, não dirigidas, e por definição não-formais.

Em tom de fechamento, podemos retornar à noção de que, para uma cartografia instrumental e ideologizada (em nome da lógica quantitativa e da formalidade científica), os territórios do cotidiano são espacialidades incompreendidas, negligenciadas, por vezes destituídas de uma “geograficidade”, mesmo que esta se manifeste e se configure intrínseca à vida cotidiana. A desconstrução do mapa nos permite situá-lo como instrumento e dispositivo desta representação arbitrária, concebido e aplicado sobre uma urbanidade que nega a própria fragmentação, e que se prende ao despotismo e à ilusão de ser perfeitamente orgânica. O que está em jogo aqui, portanto, são os limites do mapa enquanto epistemologia, e especialmente enquanto linguagem da representação espacial. Há a necessidade de conceber e resgatar novas semânticas de mapeamento, novas gramáticas da visualização gráfica e novos conceitos que aproximem a cartografia dos espaços não-formais - não somente no que tange aos fluxos e tradições do dia-a-dia, mas também a toda manifestação geral da inconformidade, todo espaço que se constrói no desvendamento, e não na reprodução, da urbanidade formal. Por fim, podemos balizar esta reflexão num questionamento de Lefebvre (2001), que, ao nos introduzir à noção de produção espacial, trata do desvendamento deste espaço inconformado:

Resta elucidar a relação entre esse espaço fragmentado e as múltiplas redes que combatem a fragmentação e restabelecem, se não uma unidade racional, ao menos a homogeneidade. Através e contra a hierarquização, não poderia incidir, aqui e ali, arquitetura ou urbanisticamente [ou cartograficamente], “alguma coisa” que resulte do modo de produção existente, que nasça de suas contradições desvendando-as, e não as cobrindo com um véu? (LEFEBVRE, 2001, p. 129)

2. A COREMÁTICA ENQUANTO MÉTODO CARTOGRÁFICO NÃO-FORMAL: POTÊNCIAS E LIMITES

2.1. Definições do corema e o mapa estrutural de Brunet

É na busca de novas formas e mecanismos de representação, aqueles que permitam elucidar contradições e empreender análises espaciais para além dos elementos morfológicos do plano superficial, que encontramos neste trabalho a teoria-metodologia da cartografia coremática, nascida dos debates da geografia regional francesa, desde os diálogos introduzidos na década de 1960 pela semiologia gráfica de Jacques Bertin, até sua materialização pioneira nas produções de Roger Brunet em 1980. Nesta seção do trabalho, discutiremos as bases epistemológicas deste método e sua aplicação na representação cartográfica das espacialidades urbanas, considerando as potencialidades e também os limites dos pressupostos teóricos que o fundamentam.

O corema¹², segundo Brunet, é uma “estrutura elementar do espaço” (1986, p. 2), ou seja, uma unidade conceitual que corresponde a alguma das leis que coordenam a produção do espaço geográfico. Por sua vez, esta estrutura é representada por um modelo gráfico, de modo que a manifestação visual do corema só ocorre a partir deste mesmo modelo (BRUNET, 1986, p. 2-3). Alicerçado nessa definição, o autor elabora um conjunto de cinco premissas teóricas necessárias e adequadas ao uso prático dos coremas no processo de modelização de territórios, que ele chama de “regras da arte” (BRUNET, 1986, p. 2-6):

1. **A natureza estrutural e dialética dos modelos gráficos:** o movimento de pesquisa que engendra a produção de modelos não presume nem o resumo e nem a generalização dos fenômenos geográficos, mas sim a investigação das estruturas primordiais e fundamentais deste fenômeno, através do teste recorrente de hipóteses. Brunet explica:

Naturalmente, o movimento é dialético, ao mesmo tempo dedutivo e indutivo. O exame cuidadoso de uma configuração espacial nos traz hipóteses (movimento ascendente ou indutivo); a informação geral disponível sobre a posição geográfica e sobre a natureza do espaço em questão também nos trazem hipóteses (movimento descendente ou dedutivo). A pesquisa experimental consiste em um determinado número de idas e vindas e de ajustes sucessivos em ambos os sentidos. (BRUNET, 1986, p.2, tradução nossa);

¹² "*Chorème* é um neologismo que se refere ao radical grego *chor*, que significa extensão, espaço, *chôra*, *chôrê*, país, região e do sufixo *-ème* aos fonemas - unidades fonológicas de uma língua. (BRUNET, 1986 apud DUTENKEFER, 2010, p. 103).

2. **O papel do poder social na produção dos mecanismos fundantes da configuração espacial:** sendo o espaço um estrato complexo que resulta da combinação de elementos simples, são as sociedades, projetando domínio e em constante interação com as forças físicas e humanas, que ditam as organizações específicas destas combinações elementares. (BRUNET, 1986, p. 2);
3. **O potencial comunicativo dos coremas:** enquanto signo, dotado de forma e significado, o corema expresso em modelo gráfico é uma unidade visual que permite a leitura espacial e a constituição de uma gramática do território¹³; Roger os compara à composição dos alfabetos e às tabelas periódicas dos elementos químicos, definindo um conjunto de coremas que, segundo ele, “fazem a escrita do mundo” (BRUNET, 1986, p. 3);
4. **A não-arbitrariedade das formas de representação:** a escolha dos modelos gráficos ou chaves correspondentes a cada fenômeno geográfico deve ser deliberada, fazendo sentido em conjunto (os modelos se afetam reciprocamente) e exprimindo as particularidades da realidade social (BRUNET, 1986, p. 3);
5. **O caráter multiescalar da modelização gráfica:** desde peculiaridades no terreno até a delimitação de zonas globais, a coremática aplica-se às diversas escalas, distribuições e organizações do espaço, permitindo pontes comparativas entre as mesmas. (BRUNET, 1986, p. 3).

Devemos notar, também, que alguns dos principais fundamentos da modelização e da técnica coremática se encontram nas teorias dos sistemas gráficos de Bertin (1983). Segundo o autor, um sistema gráfico de plano bidimensional é composto de marcas visuais cuja implantação depende de oito variáveis (BERTIN, 1983, p. 7) (Figura 1). Dentro das representações cartográficas básicas, são elas, além das já axiomáticas duas dimensões planares: **tamanho** (as dimensões da área de cada marca visual [1983, p. 71]), **valor** (a proporção entre os valores de preto e branco no preenchimento da marca [1983, p. 73]), **textura ou grão** (o número de marcas separáveis contidas numa unidade de área [1983, p. 79]), **cor** (as diferenças cromáticas perceptivas entre áreas uniformes de mesmo valor [1983, p. 85]), **orientação** (diferenças nos ângulos estabelecidos entre conjuntos de linhas paralelas [1983, p. 93]) e **forma** (as infinitas feições de contorno que se atribuem a cada implantação

¹³ “Os coremas estão para a geografia, tal qual os fonemas estão para a linguística”, diz Menegatto (2012, p. 1) ao relembrar os apontamentos de Brunet (2001). “Se, na linguagem verbal, há unidades sonoras mínimas (fonemas) que, combinadas, engendram monemas, isto é, unidades mínimas de articulação entre um significante e um significado - sejam com valor gramatical (morfemas), sejam com valor semântico (lexemas) -, da reunião de coremas, de matizadas naturezas, dimana o espaço.” (MENEGATTO, 2017, p. 51).

visual [1983, p. 95]). No que se refere às categorias de representação gráfica, ambos Brunet (1986) e Bertin (1983) consideram três tipos ou classes básicas de implantação: o **ponto**, que “representa uma localização no plano que não possui extensão ou área teórica” e “independe da forma e do tamanho de sua marca visual” (BERTIN, 1983, p. 44, tradução nossa); a **linha**, “fenômeno planar com extensão mensurável mas desprovido de área” (BERTIN, 1983, p. 44, tradução nossa); e a **área**, que possui tamanho mensurável e compreende todo o polígono de uma marca visual. Brunet (1986) ainda faz a adição da **rede** como quarta classe de representação, composta de múltiplos pontos conectados por linhas de forma reticular.

**As oito variáveis visuais propostas por BERTIN (1983)
com tradução de CARDOSO (2000, p. 3)**

AS VARIÁVEIS DA IMAGEM		PONTOS	LINHAS	ZONAS	12	14
		XY	2 DIMENSÕES DO PLANO			
Z	TAMANHO					
	VALOR					
	GRÃO					
	COR					
AS VARIÁVEIS DE SEPARAÇÃO					13	

Figura 1. As variáveis da imagem e as variáveis de separação, com suas correspondentes representações gráficas em ponto, linha e área/zona. (BERTIN, 1983). Tradução de CARDOSO (2000).

Legenda:

12 as variáveis da imagem são ordenadas;

13 as variáveis de separação são associativas;

14 todas as variáveis visuais são seletivas.

Em se tratando especificamente dos coremas, dada a referência clara aos princípios de Bertin (1983), Brunet (1986; 2001) estrutura sete lógicas sociais elementares, ou princípios de controle e dominação do espaço, para classificar as estruturas geográficas. Pode-se dizer que isso envolve uma sistematização das principais ações da sociedade no espaço geográfico (aqui são referências importantes as revisões de Dutenkefer [2010] e Menegatto [2012;2017] sobre a coremática, para estabelecer as traduções e transposições mais adequadas). Reunimos as lógicas ao seguinte modo: **malha** (*maillage*, sistemas e maneiras de divisão e diferenciação do espaço); **ligação** (*trillage*, também pensada como disposição de infraestrutura ou grades e quadriculados de articulação, trata do conjunto de ligações territoriais e seus fluxos); **gravitação** (*gravitation*, atrações e influências afetadas pela distância em relação à fonte); **contato** (*contact*, atrações e repulsões entre interfaces, suas fronteiras e rupturas); **tropismo** (*tropisme*, ou orientações, direções privilegiadas e sentidos preferidos do fenômeno, seus fluxos direcionais); **dinâmica territorial** (*dynamique territoriale*, os movimentos de estratificação, expansão, retração, avanço e recuo dos fenômenos espaciais); e **hierarquia** (*hiérarchie*, ordem ou classificação da estrutura espacial considerando subordinações). (BRUNET, 2001, p. 198; DUTENKEFER, 2010, p. 108-109; MENEGATTO, 2017, p. 52). Estas sete lógicas ou estruturas, cruzadas com as quatro classes de implantação visual (ponto, linha, área/zona e rede), dão origem à carta-modelo dos 28 coremas fundamentais propostos por Brunet (1986, p. 3) (Tabela 2):

Carta-modelo dos coremas fundamentais propostos por Brunet (1986, p. 3) com tradução de Dutenkefer (2010, p. 107)				
	ponto	linha	área	rede
malha (divisão e diferenciação do espaço)				
	capital	limite administrativo	estado, região	centros, limites e polígonos
ligação (configuração do território, infraestrutura)				
	centro de rede, entroncamento	vias de comunicação	área de irrigação, drenagem	grafo
gravitação (atração, influências que afetam a distância)				
	pontos de atração de satélites	linhas isotrópicas, órbitas	auréolas, faixas, bandas	ligações, conexões preferenciais
contato (dinâmicas de atração ou repulsão, interfaces, rupturas)				
	ponto de passagem, entrada, saída	ruptura, interface	áreas em contato	bases e pontos de partida
tropismo (orientação, direção privilegiada)				
	centro de atração	linha de partilha	superfícies de tendências	dissimetria
dinâmica territorial (movimento do fenômeno)				
	evoluções pontuais	eixos de propagação	áreas de extensão e regressão	malha de alteração
hierarquia (ordem ou nível de estruturação)				
	núcleos urbanos	relações de dependência, limites	parte de um conjunto	rede de elos

Tabela 2. Os 28 coremas fundamentais propostos por Roger Brunet (1986, p. 3), com as sete lógicas de controle espacial e as quatro classes de implantação visual. Extraído de Dutenkefer (2010, p. 107).

Neste trabalho, consideramos como o mais latente diferencial teórico-prático da coremática a sua dita capacidade de interrelacionar escalas de análise antes dicotomizadas no interior do pensamento geográfico. Um forte exemplo é a questão paradigmática do espaço regional (a geografia dos lugares, dos recortes setoriais e territórios específicos) em oposição ao espaço total (de dimensões nacionais, globais, que corresponderia às categorias mais amplas da produção espacial). Nesse sentido, o corema, como unidade lexical que permite acessar e delimitar as estruturas simples e elementares dos fenômenos geográficos, poderia definir as seções necessárias à composição de uma totalidade espacial, quando sobrepomos todos os modelos gráficos identificados em determinado recorte e temos como resultado a apreensão de estruturas complexas (BRUNET, 2001). Da dialética indução-dedução, a qual segundo Brunet orienta todas as práticas hipotéticas do método coremático, surge então também a dialética parte-todo, a relação conceitual entre as especificidades observadas e a noção de um espaço que, em alguma medida, é inteiro e sistêmico. Martinuci (2016), refletindo sobre possibilidades e limites deste método em relação às teorias gerais da geografia, descreve muito bem esse aspecto epistemológico quando declara que “para Brunet, o corema é o elo perdido que falta na teoria geográfica entre o espaço geral e os lugares, que desfaz a clássica contradição entre nomotética e ideográfica.”¹⁴ (MARTINUCCI, 2016, p. 46). Menegatto (2017) trata deste mesmo vínculo teórico quando analisa o corema como unidade gramatical da linguagem gráfica, comparando-o aos fonemas, morfemas e lexemas em suas propriedades de comunicação e representação. A relação basal da modelização gráfica é, assim, aquela estabelecida “entre o espaço social teluricamente manifesto e o espaço terrestre socialmente apropriado” (MENEGATTO, 2017, p. 51).

Outras contribuições importantes incluem as discussões de Hervé Théry (2004) a respeito da modelização gráfica como metodologia para análise regional. Para o autor, os coremas e suas representações em modelos subsidiam um diálogo intrínseco entre a geografia geral e a geografia regional, principalmente porque navegam no interior dos meandros dessa oposição e não se polarizam nem de um lado, nem de outro:

A construção de um modelo gráfico que dá conta das estruturas de um espaço e das suas combinações poderia ser o caminho para justificar a unicidade de cada lugar, sem cair no pecado capital da geografia regional clássica: a sua recusa de toda generalização, a sua vontade de sublinhar o carácter excepcional da região estudada. (THÉRY, 2004, p. 184)

¹⁴ Temos na tradução de Menegatto (2017) o trecho original de Brunet (2001): “o corema é o elo fundamental há muito em falta na teoria geográfica entre o espaço geral e os espaços específicos, desatando a clássica contradição entre a nomotética e a ideográfica, a ciência do espaço e o conhecimento dos lugares particulares.” (BRUNET, 2001, p. 196 apud MENEGATTO, 2017, p. 55)

Dutenkefer (2010) pensa a carta-modelo dos coremas como um mecanismo de tradução espacial, e também utiliza dos apontamentos de Théry (2004) para justificar as potências deste método, especialmente para a produção de novas geografias regionais. A peculiaridade dos coremas, assim, reside na possibilidade de destacar, simultaneamente, as múltiplas rugosidades e latências pontuais do espaço, cujas combinações e sobreposições podem originar visões mais panorâmicas, com determinada riqueza de detalhe, dos fenômenos: “o sucesso desse modelo é dar conta das localizações, das configurações espaciais observadas, de justificar, pelo jogo de interações, combinações de algumas contingências locais, e de todas as irregularidades e deformações que aparecem.” (THÉRY, 2004, p. 179-181 apud DUTENKEFER, 2010, p. 109).

Há também de se notar algumas diferenças essenciais da cartografia coremática em relação aos próprios pressupostos da semiologia gráfica de Bertin (1983), principalmente no que se refere às relações abstratas do corema como signo, que diferem daquelas aplicadas usualmente às variáveis gráficas. Martinuci (2016) descreve essas divergências de forma contundente:

Se em Bertin as relações que importam são aquelas internalizadas no signo, ou seja, as relações entre significado e significante, em Brunet, o que interessa, fundamentalmente, são as relações dos signos (representação material) com os referentes (o real). (MARTINUCCI, 2016, p. 48)

Ou seja, a característica distintiva dos coremas reside na afirmação de que os mesmos, no nível dos conceitos, equivalem aos princípios reais e irredutíveis do espaço geográfico. Nesta parte de sua definição, retira-se o caráter representativo e elimina-se a distância entre o conceito e o objeto, já que estes se traduzem de forma cristalina numa só imagem mental: o próprio corema.

A consequência final dessas divergências no âmbito das representações cartográficas é uma ruptura na concepção do mapa e de suas relações com a realidade, que Martinuci (2016) mais uma vez resume em dualidade: de um lado, o mapa de Bertin (1983) como “mapa para ver”, elaborado das relações internas de cada marca gráfica designada e que, na ampla maioria das vezes, é monotemático (não sobrepõe e nem reúne objetos visuais qualitativamente distintos numa mesma representação, prezando pela não-saturação e simplicidade visual do plano); de outro lado, o mapa de Brunet (1986; 2001) como “mapa para ler” e predominantemente politemático, já que a sobreposição dos modelos gráficos dos coremas elementares resulta na síntese geral da dinâmica espacial ou territorial analisada

(MARTINUCI, 2016, p. 48). Não obstante as diversas similaridades entre os autores, acreditamos que muitas das reuniões simultâneas de princípios espaciais em um mesmo mapa, como a própria análise geohistórica do território polonês que Brunet (1986, p. 5) utiliza para exemplificar a aplicação da coremática, poderiam ser criticadas por Bertin (1983) em sua legibilidade gráfica como representações supersaturadas e geradoras de confusão visual, principalmente quando os modelos simples, cada qual engajando uma variável planar, são reunidos em uma única síntese espacial.

2.2. A insuficiência dos sistemas e das estruturas

Tendo assim trabalhadas as potencialidades únicas da metodologia coremática, podemos avançar no debate epistemológico para delimitar as possíveis lacunas teóricas e insuficiências práticas do uso de coremas na análise espacial. Para dar início a esta crítica, reunimos alguns dos pressupostos identificados por Panizza (2004) em sua análise da obra de Brunet (1986; 1997; 2001) e da aplicabilidade de seu conteúdo no pensamento geográfico. Destacamos aqui dois axiomas básicos da realização do método:

- a admissão dos princípios fundamentais da **teoria dos sistemas**, dentre os quais ressalta-se a ideia de coerência sistemática, a circulação de energia (PANIZZA, 2004, p. 62) e outros já discutidos anteriormente neste capítulo, como a dialética parte-todo e a noção do funcionamento simultâneo de engrenagens parciais, cuja adição resultaria no funcionamento total e orgânico do sistema, isto é, do espaço geográfico generalizado;
- a admissão da **abordagem estruturalista** (PANIZZA, 2004, p. 62) que Brunet (2001) aciona ao tomar o corema como equivalência de uma estrutura fundamental do espaço. Sendo assim, forma-se uma hierarquia arbórea¹⁵, que se estende desde as estruturas mais simples e elementares, passando pela constituição de estruturas complexas, até a apreensão possível da estrutura global do(s) fenômeno(s).

Ambas essas admissões constroem os alicerces epistemológicos para a determinação de leis universais ou gerais do espaço, isto é, os princípios que segundo Brunet (1986) governam as configurações específicas de cada fenômeno geográfico. Entretanto, é neste momento que devemos redirecionar as conclusões do primeiro capítulo e aplicá-las, sem suavizações, numa analítica profunda desta metodologia. Afinal, não é porque a cartografia coremática se contrapõe, em diversos sentidos, à cartografia tradicional (seja pela retirada do fetiche da precisão, ou pela superação do mapeamento superficial que se restringe à materialidade literal do espaço, permitindo acessar os funcionamentos *a posteriori* das dinâmicas territoriais), que devemos isentá-la de uma crítica desconstrutiva aos moldes de

¹⁵ ou hierarquia rizomática. A tese de abstração é a de que as estruturas - ou unidades - mais complexas se ramificam em estruturas ou unidades tributárias, mais simples. O estruturalismo que delimitamos aplica a disposição em árvore na compreensão e generalização da organização socioespacial.

Harley (1989), ou mesmo retirá-la da crise da obsolência cartográfica anunciada por Lévy (2008)¹⁶, como discutimos no capítulo anterior.

Para tecer esta crítica, devemos em primeiro lugar reconhecer que a introdução dos coremas como possibilidade metodológica se deu dentro um momento epistemológico específico da geografia francesa, que por sua vez alude a um momento amplo da geografia como disciplina ao longo da segunda metade do século XX. Trata-se das primeiras produções de uma geografia regional, que procurava se justificar como alternativa coexistente à geografia geral: a introdução dos modelos gráficos na ciência, bem como o surgimento das perspectivas sistemáticas e estruturalistas, representam as tentativas de agregar ao pensamento geográfico os princípios de uma análise ideográfica, aquela dos levantamentos pontuais, da delimitação dos resíduos de cada objeto e da consideração dos lugares, em resposta à tendência histórica aos generalismos nomotéticos, aqueles dos territórios unitários, compreendidos somente em escala nacional ou continental¹⁷ (BRUNET, 1986; 2001; MARTINUCCI, 2016). Théry (2004) demonstra como a coremática se diferencia de uma mera tentativa de sistematização total do espaço: “Não se tratará, porém, de uma vã tentativa de criar uma tipologia geral dos espaços do planeta, mas de determinar figuras frequentes, famílias de estruturas, de aventar-se à procura de regras e de regularidades que seriam a base de uma geografia geral da geografia regional.” (THÉRY, 2004, p. 187). Depreendemos disso que a principal distinção do método, a associação do corema (unidade abstrata) ao princípio espacial bruto (unidade real), deriva-se em parte dos movimentos desse debate epistêmico.

Em segundo lugar, devemos reconhecer também que a coremática, como toda e qualquer forma de cartografia, pode ser apropriada e reapropriada segundo as diretrizes dos mecanismos de poder que condicionam a sua produção. As reflexões de Martinucci (2016) explicam que “a grande difusão da teoria dos coremas se deve, em parte, à estreita proximidade de Brunet com figuras políticas francesas importantes.” (MARTINUCCI, 2016, p. 49). Além disso, o diálogo entre as “corematizações” e os organismos estatais condicionaram

¹⁶ O que queremos dizer é que a escolha da aplicação do método coremático na cartografia urbana não necessariamente nos acessa à urbanidade *a posteriori* ou não-visível (LÉVY, 2008). Muitas propostas de corematização podem corresponder a descrições estruturais ou dispositivos de leitura estritamente morfológica.

¹⁷ Brunet (1986, p. 2) aborda esse embate geral-regional quando indaga: “O uso de modelos (...) começou a fertilizar a geografia. Curiosamente, foi menos pela representação gráfica do que pela estandardização matemática que ele foi introduzido. Foi, conforme se referem seus usuários, muito mais por considerações da geografia geral do que por preocupações da geografia regional. É chegada a hora de que novos encontros e outras fecundações sejam realizadas. As organizações regionais particulares são interpretadas corretamente usando-se modelos de gravidade e de gravitação, por exemplo, que têm uma expressão gráfica (...) e uma expressão matemática.”

a obtenção de meios financeiros e créditos público-privados, e o próprio posicionamento político dos órgãos de planejamento, em especial no que se trata da concepção da megalópole parisiense isolada como escala de análise, proporcionada pelos coremas (MARTINUCCI, 2016, p. 49-50; BRUNET, 2013). A modelização gráfica, nesse sentido, não necessariamente transpõe os aspectos da cartografia científica e sua tradicionalidade moderna, muito menos envolve uma técnica neutra ou imune às múltiplas e simultâneas formas de poder que produzem e são produzidas pelo mapa, como apontado no primeiro capítulo deste trabalho (HARLEY, 1989; AKERMAN, 2009). Sendo assim, não podemos e não devemos retirar dos coremas, em âmbito teórico e prático, a responsabilidade e a capacidade de produzir mentiras cartográficas (aos termos de MONMONIER, 1991) ou até mesmo a ilusão de uma transparência representativa (como se o corema refletisse o princípio espacial puro). Em se tratando da metrópole crítica e de toda a questão do mapeamento urbano moderno, tomamos a coremática como método cartográfico que, assim como os mapeamentos formais dos topógrafos e dos urbanistas, é imbuído de sua própria epistemologia ou, melhor dizendo, produzido na mesma lógica do espaço que representa, para lembrar os termos de Oliva e Fonseca (2011). Os coremas e modelos propostos por Brunet para representar a metropolização de Paris e a megalópole de urbanização anglo-franco-alemã no eixo do rio Reno e do Canal da Mancha (o arco ou complexo do *banane bleue*¹⁸) (BRUNET, 2001; MARTINUCCI, 2016), não deixam de ser, em alguma medida, representações formais no que se refere à tentativa de diagnosticar a condição espacial das grandes cidades críticas, relembrando Lefebvre (1995). Os mecanismos da formalidade nesse caso não são os mesmos das plantas arquitetônicas e do espaço geometrizado (o urbanismo ideológico que delimitamos) - afinal o debate da coremática está classicamente mais associado aos debates da análise regional ou das novas geografias regionais francesas, como corrobora Álvarez (1998). Mas a crítica da lógica formal permanece na medida em que a conceituação do corema em sua forma tradicional (estrutural e sistêmica) busca a apreensão total do fenômeno, sua expressão estrutural em modelos minimamente homogêneos, classificáveis e eficientes na comunicação visual.

É por isso que, aos fins deste trabalho, não admitiremos em sua integridade a equivalência entre os coremas e as estruturas fundamentais do espaço geográfico; não porque

¹⁸ “Trata-se de um mapa representando a ‘grande dorsal’ ou ‘megálópole’ que atravessa a Europa de Lancashire à Toscana, onde se encontram as mais altas densidades populacionais, as maiores concentrações de grandes cidades, as maiores produções, os mais altos valores agregados por quilômetro quadrado e os fluxos mais intensos. (...) Sua publicização nos meios de comunicação lhe valeu o apelido de “*banane bleue*” [ou banana azul, devido ao seu formato elíptico] (BRUNET, 2001, 2013).” (MARTINUCCI, 2016, p. 49)

ela é inexistente ou incabível dentro do processo de construção das representações, mas sim porque a relação entre signo e referente não se realiza de forma transparente e ausente de ruídos ou deformações. A modelização gráfica, mesmo que submetida a infinitas limpezas de seus ruídos, geometrizada das formas mais específicas em referência ao fenômeno representado, ou mesmo polida incansavelmente em sua legibilidade gráfica, nunca poderia deixar de ser, desde o início de sua concepção, uma generalização, uma tentativa mais ou menos falha de mensuração. As estruturas espaciais, os componentes supostamente harmoniosos do sistema geográfico, nesse sentido, não existem de forma independente às subjetividades que participam de sua produção. São, na verdade, assim como os modelos gráficos que as representam, convenções e esforços de aproximação em relação ao espaço que tentam generalizar e compreender.

Isto quer dizer que as estruturas não podem ser medidas com exatidão. Se a estrutura espacial é uma abstração, sua representação cartográfica não poderia ser diferente. Trata-se, assim, de uma abstração, ao mesmo tempo semântica e gráfica. É justamente nesse último aspecto que os geógrafos têm dificuldade, porque apesar das críticas à “velha Cartografia”, não conseguem se desprender de uma concepção geométrica do mapa. (MARTINUCCI, 2016, p. 46)

Essas pontuações colocam em xeque os princípios da teoria geral dos sistemas dinâmicos, pois a ideia de uma totalidade orgânica do espaço desconstrói-se em nada mais do que um mito idealizado. Isso também se aplica ao estruturalismo, que codifica o corema como unidade de análise essencial e irredutível, e afirma que o mesmo corresponde, de maneira cristalina, aos fundamentos das estruturas simples e complexas agregadas na composição do universo geográfico. A partir dessas considerações, Panizza (2004) incorpora as críticas incisivas de Sivignon (1995) à aplicabilidade dos modelos gráficos em diversos contextos pedagógicos e informacionais, para contestar a principal reivindicação epistemológica da coremática de Roger Brunet (1986, p. 2): a ideia de que a corematização permite a apreensão das leis universais do espaço. Ao relativizar a construção dessas leis, enfatizando as especificidades dos lugares e as forças sociais que condicionam sua configuração espacial, a autora propõe como alternativa menos essencialista a noção de “leis *no* espaço”, isto é, a lei como convenção cultural, e não como pressuposto incontestável:

“Concordamos com Sivignon (1995) na afirmação de que existem leis *no* espaço, e que essas são estabelecidas pela sociedade e não pelo próprio espaço. As diversidades das sociedades e dos meios naturais presentes na superfície terrestre fazem com que os processos de espacialização e humanização tenham suas especificidades, ligadas a cada sociedade, a cada meio natural e, principalmente, ligadas às interações existentes em cada lugar. Isso impede que esses processos sejam idênticos, e impede também o estabelecimento de leis *do* espaço que, pressupõe-se, sejam universais” (PANIZZA, 2004, p. 64-65)

Encerrando o debate metodológico em questão, devemos reconhecer que a passagem por um crivo desconstrutivo não invalida a cartografia coremática como método a ser aplicado e desenvolvido nesta pesquisa, mas exige a delimitação de algumas ressalvas, já que as epistemes não serão transpostas em total fidelidade aos princípios de Brunet (1986). Primeiramente, atentamos que os coremas confeccionados no estudo de caso deste trabalho não necessariamente coincidem com os 28 coremas elementares propostos na carta-modelo (Quadro 3), uma vez que, segundo os posicionamentos teóricos aqui assumidos, não seria possível utilizá-los como uma chave única de tradução gráfica de todo e qualquer espaço ou fenômeno geográfico. O que permanece, contudo, é a classificação dos coremas de acordo com as sete formas ou estruturas do fenômeno (malha, ligação, gravitação, contato, tropismo, dinâmica territorial e hierarquia) e as quatro representações planares (ponto, linha, área e rede) (BRUNET, 1986, p. 3; DUTENKEFER, 2010, p. 107). Além disso, não assumimos que a síntese dos coremas elementares observados resulte na visualização total desses fenômenos, mas sim em uma visualização com angularidade específica, sustentada por escolhas visuais mais ou menos arbitrárias e que evidenciam alguns elementos espaciais mais do que outros. A insuficiência é, segundo o que propomos nesse capítulo, inerente à cartografia coremática e à cartografia como um todo. É absolutamente necessário manter isso em mente ao longo da proposição e confecção dos mapas, ressaltando principalmente sua característica experimental; e nos parece que o próprio Roger Brunet, pai da metodologia dos coremas, não deixa de lado a volatilidade intrínseca dessa prática, apesar de suas aderências ao estruturalismo e à sistemática, e é consciente das limitações inevitáveis do ato de cartografar, quando diz:

“Seu uso expõe todo o problema da linguagem cartográfica. Um mapa é expresso por suas formas, pelas configurações que ele representa. Os signos da legenda nunca são mais do que um código claro, portátil, arbitrário e que muda de um autor para outro, mesmo que algumas regras estritas mereçam ser observadas na elaboração deste código.” (BRUNET, 1986, p. 6, tradução nossa)

3. UMA CARTOGRAFIA COREMÁTICA DO LARGO DO AROUCHE: NOTAS HISTÓRICAS E NOVAS PROPOSTAS

3.1. O Arouche entre o lixo e o luxo

Chegamos, enfim, à concepção do estudo de caso que baliza nossas reflexões sobre a urbanidade e a cartografia, e dá lugar à análise da aplicabilidade dos coremas na representação do espaço urbano tanto em sua formalidade (dos vetores homogêneos do planejamento oficial, da topologia literal da paisagem que molda a apropriação estatal-empresarial dos territórios à luz da lógica formal, que neste capítulo relacionamos à teoria da gentrificação e o fenômeno de revitalização e requalificação dos centros) como em sua informalidade (os vetores multidirecionais do cotidiano, das espacialidades inconformes ao controle panóptico das instituições, que aqui encontramos manifestadas nos territórios da marginalidade). O espaço que dará vida a essas relações se trata do Largo do Arouche, pólo social e cultural na área central da cidade de São Paulo, historicamente ocupado, apropriado e territorializado por sujeitos e grupos LGBT+¹⁹, e que, em relação simbiótica com outras centralidades, compõe alguns dos mais vitais elementos da configuração espacial do chamado “centro velho” da metrópole paulistana, e permite acessar os múltiplos fenômenos geográficos que nele coexistem com mais ou menos atrito recíproco. Dado que, anteriormente, delimitamos que a produção de representações nunca pode ser total (não nos interessa conceber o Arouche dentro ou como parte de um sistema ou estrutura geográfica completa), destacamos que o ângulo particular de aproximação a esta espacialidade abrange, em específico, os aspectos das questões territoriais da sexualidade e do gênero e suas relações com os mundos oficial e marginal no espaço geográfico (desde a espacialização do aparato comercial e as redes de diversão e entretenimento, até as questões da prostituição gay e travesti, dos meios de encontro sexual, das populações perambulantes e sem-teto, e todo o quadro social da “decadência” do centro antigo). Isto é, o Arouche em primeiro lugar como território historicamente LGBT+. A premissa central que aqui adotamos é a de que

a área compreendida pela Praça da República, avenida Vieira de Carvalho e Largo do Arouche tem se mantido como porção inexpugnável do circuito homossexual [mas não somente gay] paulistano há várias décadas, (...) sendo esse circuito revelado pela percepção, compartilhada por seus diversos frequentadores, de que há

¹⁹ Assim como Vicente (2015), “utilizamos a sigla LGBT em consonância com o padrão adotado pelos movimentos sociais e pelo governo brasileiro após a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais realizada em Brasília no ano de 2008” (VICENTE, 2015, p. 9). Também cabem as derivações mais recentes como LGBTQ+ e LGBTQIA+ (incorporando *queers*, intersexuais e assexuais/assexuados).

similaridades e diferenças entre os serviços e equipamentos oferecidos por determinadas territorialidades. (SIMÕES & FRANÇA, 2005 apud ROSA et al., 2008, p. 4)

A etnografia das margens que Nestor Perlongher (1987) empreende sobre a prostituição viril no Centro de São Paulo (e que para nós é tão antropológica como é geográfica, pelas categorias analíticas engajadas) talvez seja a referência mais fundamental para a compreensão do Largo do Arouche neste trabalho. O autor o chama de “ponto sensível” (p. 90), em decorrência de sua situação espacial particular. O Arouche se encontra pressionado nas intersecções mais ou menos claras, e cuja disposição está sob constante alteração disruptiva, entre duas áreas constitutivas do nodo central: a “Boca do Lixo” e a “Boca do Luxo” (PERLONGHER, 1987). A investigação destas espacialidades, que estabelecem entre si fronteiras tensionadas, mesmo que não exatas, torna-se paradigmática pois define o princípio espacial dual (o conflito espacial lixo-luxo) que condicionou as geografias configurativas do Centro de São Paulo a partir da segunda metade do século XX.

A Boca do Lixo, como terminologia popular, surge para endereçar o processo de deterioração moral do antigo centro paulista, já perceptível na paisagem urbana desde a década de 1940. Antes restrita, mais ou menos, à zona de prostituição confinada das ruas Itaboca, Aimorés e suas travessas intermediárias, a Boca avançou pelos distritos adjacentes, devido à disseminação sistemática da repressão policial nas décadas seguintes (em consonância com a Ditadura Militar) e também à substituição dos prostíbulos registrados pela modalidade do *trottoir*²⁰, isto é, a prostituição pública e a territorialização das prostitutas nas ruas, calçadas e esquinas (PERLONGHER, 1987, p. 49-51). Recorrendo também aos termos de Hiroito de Moraes Joanides (1977), o próprio “Rei da Boca”, criminoso que liderou a prostituição local no decorrer da década de 1950 e, depois de cumprir pena por assassinato, escreveu sua autobiografia, Nestor constrói a delimitação de uma nova zona de prostituição nos Campos Elísios a partir dos anos 1960, que viria a compor o “Quadrilátero do Pecado”²¹, outro termo popularmente utilizado para designar a Boca e os seus arredores perigosos, na perspectiva das classes dominantes.

²⁰ “O *trottoir* é a [modalidade] de prostituição em que a mulher se oferece publicamente. Da calçada - símbolo do seu métier - até os bares, desenvolve a meretriz seu triste mister, à espera de fregueses” (MEIRA, 1957, p. 70 apud PERLONGHER, 1987, p. 50)

²¹ O Quadrilátero do Pecado designa a Boca do Lixo que se apossou “territorialmente de toda a área circunscrita pelas ruas e avenidas Timbiras, São João (Praça Júlio Mesquita), Barão de Limeira, Duque de Caxias, Largo General Osório e Rua dos Protestantes” (JOANIDES, 1977, p. 15)

O eixo central da deterioração moral passa, então, a confluir na Avenida São João, seu cruzamento com a Avenida Ipiranga e as ruas que contornam o quadrilátero (ruas Timbiras, Barão de Limeira, Duque de Caxias e dos Protestantes) (JOANIDES, 1977, p. 15; PERLONGHER, 1987, p. 76). Lembramos também que a concepção territorial da Boca do Lixo e de suas simbologias seria retomada na estigmatização da região central com a explosão dos “nóias”²² e a consolidação territorial da cracolândia²³ no bairro da Luz (que hoje vemos expandida por toda a região central e inclusive para além da mesma) na década de 1990, como explicam Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010, p. 20). De tal forma, concebemos uma Boca que, sem limites nítidos na malha urbana, é relacionada não a uma única área quadrante, mas a todo o centro antigo degradado. Trata-se de um símbolo sociogeográfico da “decadência” urbana em São Paulo ao longo da história recente - lembrando que esta decadência é, antes de tudo, socialmente relativa.

A Boca do Luxo, por sua vez, concentra as remanescências e permanências do centro paulista construído por e para as elites culturais, e também dos higienismos históricos que são retomados, durante os recorrentes momentos de pânico moral, no desejo social de limpar a imoralidade e recuperar a glória dos distritos centrais. Perlongher (1987) aponta que todo o Largo do Arouche, integrado à Avenida Vieira de Carvalho em direção à Praça de República, e à Rua Rêgo Freitas em direção à Rua da Consolação, constituía na década de 1960 a concentração principal da Boca do Luxo (p. 85): eixos de estabelecimentos burgueses, mais sofisticados e destinados ao público predominantemente gay dos condomínios residenciais circundantes (PERLONGHER, 1987, p. 91). Vicente (2015), trabalhando a territorialização da população LGBT+ no Centro de São Paulo, define o Arouche do passado como “o grande reduto paulistano dos homossexuais de classe média” (p. 23). Sendo assim, tanto a análise histórica como os trabalhos de campo, nos denotam um Arouche no qual as marcas temporais e espaciais das elites urbanas dos meados século XX são visíveis e palpáveis, seja pelos edifícios majestosos - mesmo que decadentes, distribuídos nos arredores, ou pela presença de restaurantes de luxo e sedes institucionais importantes, a exemplo do prédio da Academia

²² “O termo *nóia* pode ser definido como os dependentes de crack chamam a angústia e o sentimento de perseguição que acompanham o estado de euforia que é gerado pela droga. Tem origem na palavra paranóia (...) ‘estar na nóia’ também pode significar um estado em que o usuário se encontra quando está ‘vidrado’ em busca da pedra de crack.” (FRÚGOLI JR. & SPAGGIARI, 2010, p. 21)

²³ Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) definem a cracolândia como uma dimensão territorial, “com uma tendência a ser fixada espacialmente do ponto de vista da representação, como efetivamente ocorreu no bairro da Luz.” Contudo, reconhecem que “após operações repressivas de grande porte, tal contexto migre ou ressurgir em outros locais da cidade). É evidente que o poder público se valeu desse tipo de representação para inclusive delimitar um perímetro urbano a ser ‘requalificado’.” (FRÚGOLI JR. & SPAGGIARI, 2010, p. 16)

Paulista de Letras (PERLONGHER, 1987, p. 91). A classe média que historicamente governou e vigiou a área próxima ao Arouche, define então o mesmo grupo social que viria a apoiar as subseqüentes operações policiais de “limpeza” nas décadas seguintes (anos 1980 e 1990), na medida em que os espalhamentos recentes da Boca do Lixo alcançavam os limites da Boca do Luxo, e ameaçavam a cultura de isolamento das espacialidades burguesas. Aí foram fundadas as tensões geográficas que moldam a situação presente do Largo do Arouche no espaço urbano: na disputa pela apropriação do Centro, as populações e os grupos engajam suas diferenças sociais e raciais internas para delimitar territorialidades específicas, cujas contiguidades se chocam.

O cisalhamento entre as duas Bocas é o que configura a ambiguidade espacial do Largo do Arouche, desde a metade do século passado, e não à toa Perlongher (1987) o traduz na noção de ponto sensível. Em seu mapa do gueto gay paulistano (Figura 2), delimitando os territórios dos michês no centro paulista, o autor coloca o Largo do Arouche e a Av. Vieira de Carvalho como uma subárea estratégica, mais ou menos adjacente às áreas mais principais da prostituição viril: a Av. Ipiranga (considerando seus cruzamentos com as Avenidas São João e Rio Branco) e a Av. São Luís, que desemboca na Praça da República (PERLONGHER, 1987, p. 108). Isso porque o Arouche, segundo suas observações etnográficas, se posiciona na fronteira nebulosa entre as contiguidades de cada boca, configurando um ponto de acesso:

Pelo menos desde a década de 50, o Largo do Arouche está mais ou menos integrado à Boca do Lixo. Por volta de 1957, a perambulação homossexual não era - com as condições de maior discrição da época - excepcional no Largo. No final das contas, o Largo do Arouche parece constituir uma espécie de “corredor polonês”, por onde se faz a passagem da primitiva Boca do Lixo à mais atual Boca do Luxo. Esse fato pode explicar o *trottoir* de travestis e prostitutas, como também a afluência de “garotos” e “tias” do subúrbio. (PERLONGHER, 1987, pp. 90-91)

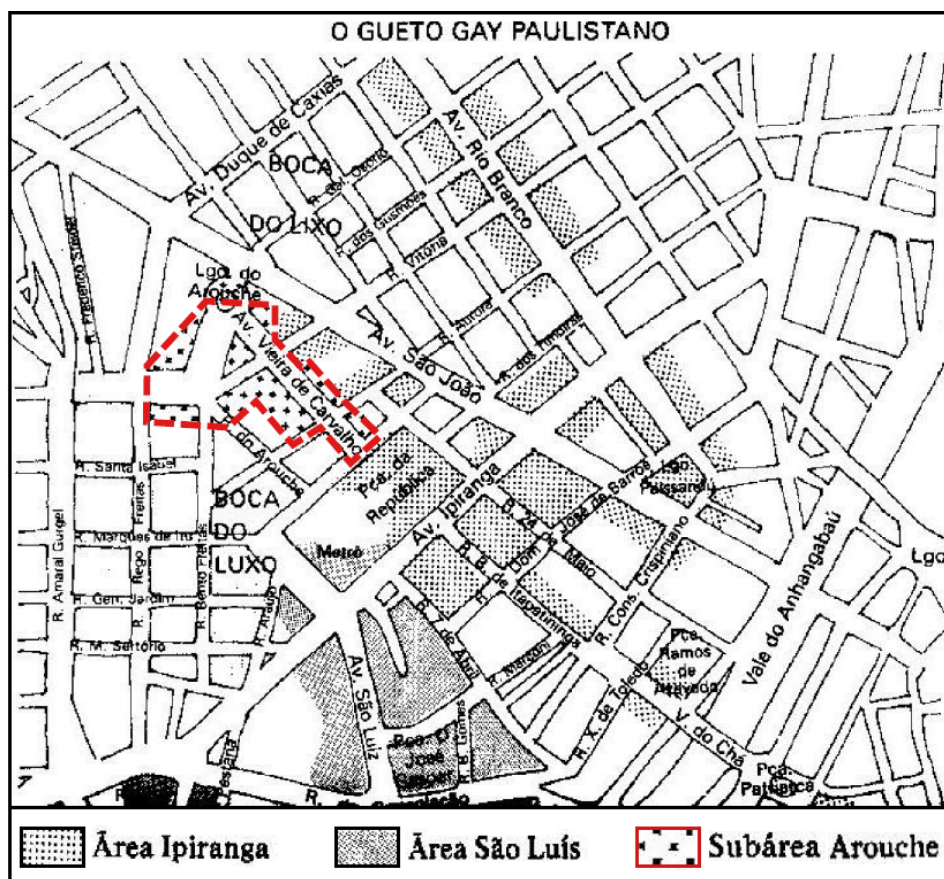


Figura 2. O gueto gay paulistano e algumas de suas áreas. Com ênfase na subárea do Largo do Arouche e denotação das Bocas do Lixo e do Luxo. Extraído de PERLONGHER (1987, p. 110-111) (adaptado por REY, 2021).

Essa tensão histórica se reverbera no perfil e nos movimentos das diferentes populações que habitam, existem e perambulam nas redondezas do largo. Vicente (2015), ao comparar as sociabilidades do Arouche em relação às de outros espaços paulistanos classicamente associados à população LGBTQ+, em especial a Rua Frei Caneca, nos denota a formação de fronteiras da sociabilidade homossexual na área central:

As fronteiras são delimitadas pelo próprio uso do espaço pelos grupos, como ocorre no caso da prostituição nos arredores do Largo do Arouche e da Praça da República. Os estabelecimentos comerciais, assim como a sociabilidade dos grupos, também definem fronteiras. (VICENTE, 2015, p. 52)

Dessa forma, o Largo do Arouche se diferencia pela diversidade de sujeitos e pela multifuncionalidade dos espaços apropriados pelos mesmos. Não somente está posta a escala comercial dos bares e boates para gays, garotos, brancos, de classe média, além das lésbicas, os adolescentes e os "maconheiros" próximos à Consolação e principalmente na Av. Vieira de Carvalho (PERLONGHER, 1987, p. 125-126), mas também os territórios da prostituição noturna de travestis e mulheres trans nas ruas Marquês de Itu e Rêgo Freitas (VICENTE,

2015, p. 52), e da reunião das bichas pobres da periferia, as "loucas" e desmunhecadas vindas do subúrbio. Acrescenta-se a isso, ainda, os michês²⁴, os machos viris e "bofes"²⁵ (estes trazem o paradigma ativo-passivo, ou bofe-bicha, que condicionou as práticas de prostituição e afeto homossexual no Centro dos anos 1980, como defende Perlongher [1987, p. 74-75]), os "nóias", "crackeiros", moradores de rua; para não falar dos velhos, "mariconas"²⁶, "ursos"²⁷, senhores e senhoras que, se distanciando dos ambientes masculinizados, a exemplo das ruas Frei Caneca e Augusta, onde se exige e constrói um rígido padrão estético, vão se territorializar nos espaços de festa menos hegemônicos, como explica Vicente (2015, p. 53-54). Devemos reforçar a centralidade do fator racial, que Perlongher mobiliza como “variável cor” (1987, p. 141), na delimitação das territorialidades aqui discutidas. A imaginação e mitificação dos “boys” e michês como sujeitos idealmente brancos, loiros, e por decorrência magros, jovens, musculosos e “sem pinta” (PERLONGHER, 1987, p. 144-145), talvez seja uma das mais patentes manifestações da Boca do Luxo que permanece na cultura homossexual dos distritos centrais; no Largo do Arouche, essas padronizações se chocam com o universo da marginalidade e da malandragem, gerando a incorporação mais ou menos fiel das expectativas burguesas pelos sujeitos:

A lumpenização do pedaço - no contexto da deterioração geral do centro da cidade - parece coincidir com um processo dúbio, uma espécie de “gayzação” das *bichinhas* e *garotos* de periferia, que passam rapidamente a imitar os tiques, as roupas e os gestos dos gays de classe média. (PERLONGHER, 1987, p. 105)

Almeida (2016), ao analisar os mesmos recortes geográficos no Centro de São Paulo, recorre a Lussault (2007) e traz o conceito de coespacialidade e copresença dos territórios para explicar “o conflito entre comerciantes, moradores e delegados da Ditadura contra homossexuais e travestis no Largo do Arouche” (ALMEIDA, 2016, p. 116). A hipermobilidade das relações modernas, segundo o autor, permitem a interação e o afetamento recíproco entre as territorialidades, ao mesmo tempo em que as identidades se mantêm distintas; isso corresponde à construção de espaços relativos e relacionais - ou do

²⁴ Segundo Perlongher (1987), o termo *michê* tem dois sentidos: “um alude (...) ao ato próprio da prostituição. Em alguns contextos, especialmente entre prostitutas e travestis - o termo pode ser aplicado também ao cliente. Numa segunda acepção, (...) é usado para denominar uma espécie *sui generis* de cultores da prostituição: varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade” (p. 17)

²⁵ *bofes* são os homossexuais ou michês mais próximos do arquétipo de um macho viril, ou o homem másculo cobiçado pelas *bichas* (PERLONGHER, 1987).

²⁶ *mariconas* são os homossexuais maduros ou menos jovens, geralmente com algum *status* econômico (PERLONGHER, 1987, p. 42).

²⁷ *ursos* podem ser entendidos como um subgrupo identitário dos homossexuais (ALMEIDA, 2016, p. 113), geralmente associado aos gays barbudos, peludos, de corpos não-hegemônicos.

espaço que é inerentemente relativo e relacional, segundo a perspectiva dos sujeitos que dele se apropriam e formam territórios (ALMEIDA, 2016, p. 45; LUSSAULT, 2007). Sendo assim, retornando à Vicente (2015) para explicar as espacialidades do eixo República-Arouche, vemos que a

formação dos territórios implica (...) em uma formação própria das comunicações entre pessoas LGBTs que se associa a delimitação de fronteiras, bem como ao controle do acesso aos estabelecimentos localizados nesta porção do espaço, mesclando dessa forma a identidade territorial com a identidade do grupo que se apropria simbolicamente deste território. (VICENTE, 2015, p. 55)

Guimarães e Calixto (2011) demonstram essa relatividade das territorialidades delimitadas, ao passo em que são construídas pelas populações sexualmente diversas, e condicionam suas trocas e dinâmicas de interação no Arouche. Os autores denotam no largo uma rede complexa de identificações e interpelações, considerando os aprendizados de gênero e as significações comportamentais do masculino e do feminino, o que nos alude novamente à formação de fronteiras, sociais e espaciais²⁸:

“Sapatões” não podem ficar com “sapatões”, só com “ladies”, que são “femininas”, em oposição às/aos primeiras/os. “Femininas” também são as “bichas poc poc”, mas estas não estão autorizadas a vestirem roupas “femininas” como as “ladies”, a não ser que estejam dispostas a serem interpeladas pelas provocações que vêm de todos os lados, inclusive de outras “bichas poc poc” mais “masculinas”. (GUIMARÃES & CALIXTO, 2011, p. 4)

Mais a fundo, devemos reconhecer que o caráter da coespacialidade da territorialização de sujeitos LGBT+ no Largo do Arouche não se atribui exclusivamente às configurações espaciais internas do centro paulistano, mas também ao estabelecimento de

²⁸ No processo de avaliação deste trabalho, foi reforçada a necessidade de tomar cuidado ao utilizar de forma condensada as diferentes categorias de análise da geografia. Há de se melhor definir os critérios sob os quais utilizamos os conceitos de espaço, território e lugar, e cada um de seus termos derivativos - para evitar que sejam suscitados como sinônimos. Revisitando as conceituações de Haesbaert (2004), torna-se possível esclarecer algumas diferenças importantes. Em primeiro deve-se assumir o *espaço* (que por sua vez se desdobra na tríade espaço-espacialidade-espacialização) como o objeto abstrato e dimensional da geografia - ele corresponde ao estrato ou malha imaginária que antecede os outros movimentos: os territórios existem *no* espaço. Ao mesmo tempo, o espaço não aparece somente na forma de categoria geral, podendo se referir às unidades de composição da malha geográfica: a territorialização perpassa a dominação e apropriação *dos* espaços. Mas para falar especificamente do *território* (a tríade território-territorialidade-territorialização), vemos que “ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação [política e funcional], quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação [cultural e subjetiva]” (HAESBAERT, 2004, p. 1-2). A *territorialidade*, por conseguinte, corresponde ao significado que as pessoas atribuem ao lugar, segundo seu modo de utilização da terra e de organização no espaço (HAESBAERT, 2004, p. 3). Considerando esses pressupostos, a noção de *multiterritorialidade* se apoia na ideia de que “todo território-rede resulta da conjugação, em outra escala, de territórios-zona, descontínuos.” (HAESBAERT, 2004, p. 13). Afinal para o mesmo autor a organização reticular e a conectividade virtual entre múltiplos territórios são traços da condição pós-moderna da territorialização. Por assim dizer, quando falamos de espaço, falamos das categorias objetivas do pensamento geográfico (mesmo que esse objeto seja admitido como relacional). Quando falamos de território, falamos necessariamente de uma realização de poder e de movimentos de apropriação. Quando falamos de lugar, falamos da consciência pontual dos sujeitos no espaço.

articulações com outras áreas e bairros da metrópole, que proporcionam as reuniões sociais particulares deste lugar. Reis (2014), prezando por descentralizar a análise das sociabilidades homossexuais na cidade de São Paulo, explica como os espaços em torno do Largo, caracterizados pela aglomeração de jovens de diferentes regiões, garantem a visibilidade identitária destes sujeitos, na medida em que as conversas ali desenvolvidas funcionam como “um grito de liberdade contra o aprisionamento que a família de origem representa para eles” (REIS, 2014, p. 74). Ou seja, o que configura a multiterritorialidade e a diversidade de sociabilidades no Arouche não é só seu caráter gravitacional enquanto centro ou pólo representativo, mas sua capacidade de estabelecer conexões - fluxos e contrafluxos, aos termos do mesmo autor (2014) - com as periferias e os sujeitos periféricos. Além dos mecanismos interiores do centro velho, que aqui sintetizamos no conflito entre as Bocas (o conflito lixo-luxo), temos a incorporação de escalas mais amplas, associadas aos vínculos territoriais que atravessam ou extrapolam o recorte da metrópole paulista.

3.2. A limpeza do Arouche: dos corpos abjetos à gentrificação do “gueto”

De qualquer forma, devemos retornar às dicotomias sociais que moldam as fronteiras entre cada coespacialidade e, na mesma medida, promovem a disrupção e a disputa territorial pela apropriação das mesmas. O desejo social da “limpeza” do centro degradado, discurso ao mesmo tempo melancólico (por imaginar a recuperação romântica dos bairros centrais em seus anos dourados) e hostil (na força com que procura expulsar ou eliminar os sujeitos responsabilizados pela sujeira), parece ser o mecanismo medular das relações territoriais conflituosas que gravitam em torno do Largo do Arouche, pensando este como corredor sensível de encontro e cisalhamento das Bocas do Lixo e do Luxo. A aparente liberdade expressiva e o “desbunde” gay dos anos 1970 e 1980, como define Perlongher (1987, p. 86) foram seguidos, em decorrência também do discurso clínico construído em resposta ao surgimento e disseminação da AIDS, de períodos de intensa perseguição às populações LGBTQ+ (especialmente travestis e mulheres trans), executada pelas delegacias policiais e alicerçada no aparato estatal e no pânico moral das elites locais. A este período e também a um recorte mais amplo em que se reconhece a permanência da violência policial ao longo de toda a história recente do Arouche, se atribuem terminologias mais ou menos coincidentes sobre as formas de intervenção policial²⁹: Operações Pente-Fino e Arrastão, *blitz* sucessivas na área que cresceram a partir de 1960, como descreve Perlongher (1987, p. 51); a Operação Limpeza, Rondão ou Operação Richetti (em nome do delegado que protagonizou as perseguições) em 1980 (PERLONGHER, 1987, p. 93-100); e a Operação Tarântula, de incriminação e criminalização de travestis, ocorrida já em 1987 (CAVALCANTI, BARBOSA & BICALHO, 2018). A análise dos fundamentos políticos e morais destas operações nos permitem acessar com maior profundidade a lógica de “limpeza” espacial que coordenou a gestão política do centro paulistano a partir do final do século XX, e que se vê hoje perpetuada em diversos aspectos.

Traçando análises históricas sobre a ditadura militar brasileira e a violência às travestis, Cavalcanti, Barbosa e Bicalho (2018) nos ajudam a entender o crescente das operações policiais dentro do contexto da redemocratização no Brasil. Os autores afirmam que a violência transfóbica permanece como ação rotineira e cotidiana do Estado penal ao

²⁹ Todo conjunto das operações policiais de limpeza do centro paulistano de 1960 à 1990 pode ser expresso nos seguintes quesitos: uma medida de associações entre as polícias civil e militar para retirar as travestis e outros corpos indesejados dos bairros residenciais, reforçar a Delegacia de Vadiagem e manejar a dispersão das populações homossexuais no Centro de São Paulo (PERLONGHER, 1987, p. 93)

longo da história recente (p. 176), num quadro sociopolítico específico que alude à ampla política de inimizade e abjeção construída na relação das forças policiais com os corpos trans (p. 178). A Operação Tarântula de 1987, nesse sentido, é um conjunto de ocorridos dentro de uma série de detenções arbitrárias de travestis mobilizadas nas redondezas do Largo do Arouche desde o início da década de 1980, conjugando a ação da polícia civil com o apoio dos moradores de e dos comerciantes. A classe média liberal, no desejo social de limpar o espaço dos indesejáveis, explorou das opções de protesto mais passivas (a exemplo dos abaixo-assinados de bairro) às mais ativas (a exemplo do caso dos moradores dos prédios circundantes, que arremessaram pela janela sacolas de excremento e garrafas na direção dos gays e das travestis do largo, como conta Perlongher [1987, p. 93-94]). Somando a isso o discurso sobre a AIDS e a saúde pública, em cima dos quais se elaboram as justificativas oficiais da violência (CAVALCANTI, BARBOSA & BICALHO, 2018, p. 179), temos retratado nas intervenções policiais um cenário constante de desterritorialização dos corpos trans no Arouche e no centro paulista, em que se misturam pensamento clínico e julgamento moral. A travesti, como corpo indesejável no espaço, é submetida à abjeção mesmo antes de ser comprovada sua suposta ameaça, é condenada através de um julgamento já finalizado mesmo antes de se realizar a detenção:

A verdade e o ódio se entranham na Operação Tarântula, fazendo com que impere o caráter inquisitorial do modelo penal, na medida em que para serem enquadradas no artigo de crime de contágio venéreo, não importa aos operadores da lei sequer saber previamente se há contágio doloso ou mesmo se há alguma travesti contaminada. Não caberia ali uma dinâmica acusatória com direitos à defesa e argumentações como elementos centrais. A verdade seria construída pelos próprios agentes de incriminação, visando como único caminho responder hipóteses já há muito formuladas. (CAVALCANTI, BARBOSA & BICALHO, 2018, p. 184-185).

A abjeção³⁰, que parece ter centralidade no debate sobre a relação entre o Estado ou a sociedade e os corpos trans, é um conceito resgatado de Kristeva (1989) e Butler (2003) para explicar “uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio.” ou “um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir” (BUTLER, 2003, p. 112). Ora, isso não se assemelha muito à exteriorização do mundo pelo homem e o esvaziamento de conteúdo do objeto que observamos no movimento de produção da lógica formal urbana? (Lefebvre,

³⁰ Segundo Butler (2003), “a formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de *abjeção* (...) Além disso, a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada. E, contudo, essa abjeção negada ameaçará denunciar as presunções auto-fundantes do sujeito sexuado, fundado como está aquele sujeito num repúdio cujas consequências não pode plenamente controlar.” (p. 112)

1995). Essas relações se evidenciam nos trabalhos que incorporam a política da abjeção, ou a produção dos corpos abjetos, na análise da urbanidade. As reflexões de Miranda (2018) são contundentes nesse sentido porque procuram conceber a transfobia como instrumento de segregação social e urbana, pensando na ordem produtiva (que aqui podemos chamar de ordem formal) que rege a cidade capitalista e moderna. O autor coloca em movimento espacial os conceitos trazidos de Butler (2003). Sendo assim, falamos não somente de corpos e sujeitos abjetos, mas de espaços da abjeção: “as zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’” ou a “zona de inabitabilidade” (BUTLER, 2003 apud MIRANDA, 2018, p. 341) são, além de construções subjetivas, espacialidades cujas fronteiras são estabelecidas ou movidas pelos sujeitos que as erguem. O caso das travestis do Largo do Arouche não é diferente, as territorialidades do luxo e do lixo (a primeira como fonte da abjeção, e a segunda como objeto abjeto) se colidem ao longo do tempo e de acordo com a ascensão do pânico moral das elites em relação aos sujeitos indesejáveis. Isso também se aplica de maneira extensiva às territorialidades dos “nóias” e “crackeiros” (FRÚGOLI JR. & SPAGGIARI, 2010), apesar de considerarmos aqui que o componente medular da abjeção dos corpos no espaço urbano, em se tratando do Arouche, é a transfobia, a violência institucionalizada aos corpos trans.

Para Perlongher (1987), o resultado mais eloquente da limpeza espacial mobilizada pelas operações policiais na década de 1980, em especial a Operação Richetti, foi a “supressão do Largo do Arouche como ponto focal de concentração das populações homossexuais” (p. 99). Mas há de se considerar como o discurso da abjeção parece se efetivar de maneira desproporcional quando pensamos nas populações e nos sujeitos LGBT+ do centro de São Paulo. Os inimigos principais dessas operações sempre foram as travestis e as prostitutas. Enquanto a travesti constitui o corpo contaminado e perigoso, a materialização do indesejável (BUTLER, 2003; CAVALCANTI, BARBOSA & BICALHO, 2018; MIRANDA, 2018), o homem gay parece constituir o corpo tolerável, mesmo que corrompido. Para parte dos policiais e da classe média liberal dos entornos, o homossexual masculino “não cria problemas. Ele é uma pessoa humilde, recatada, cordata e envergonhada. Ele não se expõe.” (PERLONGHER, 1987, p. 97). Isso nos permite reforçar o protagonismo do caráter transfóbico na produção dos discursos de limpeza espacial do centro paulista. No “novo pedaço” do entorno do Largo do Arouche dos anos 1990, após as avassalantes operações policiais, passa a perambular “uma população exclusivamente gay, sem travestis, michês estridentes, nem bichas pobres e ‘pintosas’ do estilo São João e Ipiranga.” (PERLONGHER, 1987, p. 99). Em certa medida, a limpeza e abjeção dos corpos trans e suas

territorialidades no Largo do Arouche coincide com a “gayzação” dos sujeitos periféricos que discutimos anteriormente.

Avançando no intuito de melhor situar a questão da limpeza social e suas relações menos ou mais intrínsecas com o espaço urbano (ou com a categoria do espaço geográfico), podemos incorporar a teoria da gentrificação de Neil Smith (1979; 1996; 2007) no debate sobre a força socioespacial de renovação, reabilitação, revitalização ou requalificação do centro paulistano intensificada a partir da década de 1980 - e permanente até hoje. Dentro de um contínuo histórico em que se admite a noção de aburguesamento das cidades desde a segunda metade do século XIX (SMITH, 1996, p. 32), o conceito de gentrificação³¹ surge na Geografia para explicar o processo de revalorização das propriedades nos bairros centrais dos grandes centros urbanos norte-americanos depois dos anos 1960, o que parece aludir a um possível vetor de reversão do modelo descentralizado dos subúrbios e da antiga ideia burguesa do centro deteriorado (SMITH, 1979; 1996). Podemos assim tecer algumas analogias, mesmo reconhecendo as dissonâncias regionais em relação ao caso do centro de São Paulo (não queremos cometer uma espécie de anacronismo geográfico), partindo da definição econômica de gentrificação para alcançar suas mais complexas ramificações. Tratamos então dos plurissignificados culturais desse processo espacial, afinal a “gentrificação significa diferentes coisas para diferentes pessoas” (SMITH, 1996, p. 28, tradução nossa); assim como o processo de deterioração - seu oposto dialético - é antes de tudo socialmente relativo. Mas para basear a discussão, em termos geoeconômicos

a gentrificação é um produto estrutural dos mercados imobiliários e de propriedade. O capital flui para onde a taxa de retorno é mais alta, e o movimento de capital para os subúrbios juntamente com a contínua depreciação do capital do centro urbano, eventualmente produz defasagens no preço do aluguel. Quando essa defasagem cresce suficientemente, a reabilitação (e, por dizer, a renovação) pode começar a desafiar as taxas de retorno disponíveis em outros lugares, e o capital flui de volta. (SMITH, 1979, p. 546, tradução nossa)

No processo desta pesquisa, encontramos consonâncias categóricas entre a história de gestão recente do Largo do Arouche e a gentrificação do centro velho. Os trabalhos de campo realizados³² nos permitiram compreender essa história na observação da paisagem

³¹ O termo gentrificação pode ser atribuído à Ruth Glass e sua descrição do processo de transformação dos bairros operários em áreas residenciais mais abastadas na Londres de 1950; *gentrification* vem de *gentry*, termo inglês para designar a classe média, que por sua vez vem do francês arcaico “de origem gentil, nobre” (FURTADO, 2014).

³² Nesta pesquisa, as investigações de campo consistem de um conjunto de observações esporádicas no Largo do Arouche e redondezas realizadas de Outubro à Dezembro de 2019, em todas as partes da semana (com maior frequência nos domingos), nos períodos vespertino e noturno. Também envolveram a participação nas

arquitetônica e nos atritos observados entre a prefeitura e os movimentos sociais de patrimonialização³³. Em Setembro de 2016, o ex-prefeito de São Paulo, João Dória Júnior, anunciou publicamente um projeto de revitalização e requalificação da região do Largo do Arouche, no centro da cidade, coordenado pelo escritório franco-brasileiro Triptyque, sob a intenção de transformar este espaço num boulevard francês, a nova “promenade paulista”³⁴. Dória reuniu apoio de consultorias e estabeleceu relações com empresas francesas. Constaram entre as promessas mirabolantes da prefeitura: carruagens de passeio, eventos culturais abertos patrocinados por franquias de luxo, e inaugurações de lojas de grife nos arredores do Largo (DÓRIA, 2016; SOLARES, 2018). Devido à lentidão do processo de arrecadação de verba com as empresas, as obras foram só iniciadas após a renúncia de João Dória, em Maio de 2019, sob a limiar de seu vice-prefeito e sucessor Bruno Covas. Com muitas ressalvas em relação ao planejamento inicial, e somente dois terços do total arrecadado, o atual plano de reforma contemplaria as seguintes intervenções no espaço: extensão da área pavimentada, com cobertura total de uma das ruas laterais; implantação de mobiliário urbano (bancos, bebedouros e paraciclos); nova infraestrutura de iluminação; delimitação de área recreativa para crianças; e a construção de quiosques comunitários - um deles especialmente para a polícia militar (PAULO, 2019). As estruturas a serem implementadas seguiriam os modelos arquitetônicos dos boulevards e praças de passeio parisienses, para referenciar os bistrôs e restaurantes franceses dos arredores, e retomar um antigo apelido da região do Arouche, conhecida como “*Petit Paris*” (ou Pequena Paris) de São Paulo (DÓRIA, 2016). As obras contariam também com uma segunda etapa de realização, em que seria reformado o mercado de flores localizado à frente do famoso bistrô Le Casserole (CONHEÇA, 2019). Os sonhos extravagantes de uma grande renascença burguesa do Arouche, retratados nessa breve coleção de notícias analisadas, nos permitem acessar os princípios sociais que movem a recente concentração das forças de gentrificação de seus espaços. Contudo, o que parece imperar é o caráter especulativo desses projetos: aos

assembleias semanais do Coletivo Arouchianos (BEUCLAIR, 2019) e as audiências públicas da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), todas realizadas na praça principal do Arouche.

³³ Aqui destacamos a luta do *Coletivo Arouchianos*, formado em 2016 em resposta aos projetos de revitalização do Largo do Arouche, cujos objetivos primários incluem “garantir visibilidade à ocupação histórica LGBT+ na região; garantir visibilidade à arte e cultura LGBT+ existente na região; articular, fomentar e liderar estudos sobre a ocupação LGBT+ na região, com o propósito de provocar os órgãos do patrimônio histórico para que haja o tombamento do Largo do Arouche como patrimônio imaterial LGBT+.” (BEUCLAIR, 2019).

³⁴ “Ao que parece, a referência à ‘promenade’ tem mais a ver com a Promenade Chandon, evento que, com alguns hiatos, ocorreu em São Paulo do fim dos anos 1990 ao início da atual década [2010] do que com a Promenade Plantée, o parque linear suspenso de 4,7 quilômetros inaugurado em 1993 no 12.º arrondissement de Paris”. (DÓRIA, 2016)

termos desta pesquisa e seus trabalhos de campo (ou seja, pelo menos até a última visita de observação ao Arouche em dezembro de 2019), realizaram-se de efetivo apenas a ampliação das áreas pavimentadas e a expansão do mercado de flores, de modo que as obras retornaram a um estado de paralisação.

Mas não devemos reduzir os significados das poucas intervenções concretas que observamos, pois constituem as reminiscências de apropriação da classe média liberal apontada desde Perlongher (1987), isto é, o desejo histórico de retomar e reterritorializar em definitivo a Boca do Luxo no Largo do Arouche, reviver os espaços burgueses que irradiam da antiga elite residencial do entorno. Relembrando as operações Richetti e Tarântula, vemos também reprojeta a política de abjeção e eliminação da marginalidade, de perseguição dos corpos indesejáveis e tolerância dos corpos pacatos (MIRANDA, 2018; CAVALCANTI, BARBOSA & BICALHO, 2018). A intenção de pavimentar, iluminar, planificar, é então conjugada com o pretexto de sistematizar o espaço para o controle, abri-lo à vigilância (retomando aqui as relações de condicionamento comportamental entre o espaço dos arquitetos e o espaço dos habitantes em Damiani [1995]). Nesse sentido, a gentrificação aparece como movimento vertical que se relaciona ao ideal da desterritorialização das populações LGBT+ no Largo do Arouche, especialmente tratando dos grupos mais associados à imagem do centro deteriorado e tomado pela Boca do Lixo. Em sua análise da apropriação espacial na “rua gay” de São Paulo, enfocando os espaços já altamente gentrificados da Rua Frei Caneca, Puccinelli (2013) nos alude à mentalidade do visitante burguês, que despreza os espaços mais lumpenizados do eixo da Praça da República:

Não me parece à toa o esquecimento do Largo do Arouche e da Avenida Vieira de Carvalho, na região da República: estes últimos são espaços muito mais aproximados do que se imagina ser um Centro perigoso, sujo, com pessoas “feias, pobres e cagadas”, com lugares menos arrojados. O esquecimento pode ser proposital ou parte de um imaginário mais geral do que se entende que seja o desejo do visitante estrangeiro (PUCCINELLI, 2013, p. 111)

Isso nos permite localizar o fenômeno espacial da gentrificação nos critérios formais do urbanismo ideológico previamente discutido no primeiro capítulo, pois o que subsidia sua dinâmica é a intenção de diagnosticar a sujeira e justificar a limpeza social dos espaços públicos. As críticas de Nito e Scifoni (2017) ao higienismo gentrífico nos esclarecem essas intenções: a gentrificação é uma resposta ao “consenso do fracasso urbanístico”, coloca em evidência uma “cicatriz a maquiagem, a intervir.” (NITO & SCIFONI, 2017, p. 49). Mais uma vez vemos reforçada a dualidade lixo-luxo que parece em alguma medida reger a configuração das territorialidades no Largo do Arouche, sendo a gentrificação por sua vez o

mecanismo de manifestação socioespacial do luxo, do espaço aburguesado iminente. A reestruturação dos centros urbanos, e a delimitação da nova fronteira urbana (SMITH, 1996), enfim, está atrelada às forças de reterritorialização dos redutos da classe média, de aderência ao mundo da oficialidade e dos formalismos. As narrativas midiáticas, como as idas e vindas do projeto de revitalização do Largo do Arouche iniciado em 2016 que aqui retratamos, são exemplos dessa cosmologia burguesa da limpeza espacial, do retorno do espaço central ao luxo. Extrapolando o significado econômico, podemos assim compreender a gentrificação em sua discursividade cultural:

Na mídia, a gentrificação tem sido apresentada como o maior símbolo do amplo processo de renovação urbana que vem ocorrendo. Sua importância simbólica ultrapassa em muito sua importância real; é uma pequena parte, embora muito visível, de um processo muito mais amplo. O verdadeiro processo de gentrificação presta-se a tal abuso cultural da mesma forma que ocorreu com a fronteira original. (...) o fato é que a gentrificação aparece, à primeira vista, (...) como um maravilhoso testemunho dos valores do individualismo, da família, da oportunidade econômica e da dignidade do trabalho (o ganho pelo suor). Aparentemente, ao menos, a gentrificação pode ser tocada de forma a executar alguns dos acordes mais ressonantes de nosso piano ideológico. (SMITH, 2007, p. 18)

Essa percepção da gentrificação também nos ajuda a entender as categorias de análise empreendidas na significação das territorialidades LGBT+ no centro paulistano - falamos das transsociabilidades e homossociabilidades cuja concentração ou disposição tentamos compreender. Aqui cabem alguns apontamentos sobre as categorias do *gueto*³⁵ e da *região moral*³⁶ trazidas por Perlongher (1987) em referência à Escola de Chicago, e toda a ideia escalar de um “gueto gay” paulistano. Perlongher (1987, p. 52-53) aponta quatro requisitos para a identificação de um gueto em seus moldes clássicos: concentração institucional; área de cultura; isolamento social e concentração residencial. No caso de São Paulo, há algumas dissidências na composição desses requisitos. Apesar de observarmos os esboços área cultural - com criação de linguagens, símbolos e estéticas, além do aspecto das reuniões isoladas, em decorrência da discriminação e da abjeção que constitui a formação das territorialidades, não podemos falar de uma patente concentração de instituições ou complexos residenciais mininamente contíguos. Perlongher (1987) afirma que “à diferença das das megalópoles do norte, a área gay [paulistana] superpõe-se com outras concentrações

³⁵ O termo *gueto* deriva das condições definidas pela Escola de Chicago, cujos sociólogos aplicaram às vizinhanças habitadas por negros, poloneses, negros e italianos, para designar “os bairros de predomínio homossexual em Nova Iorque, Chicago, São Francisco e Los Angeles” (PERLONGHER, 1987, p. 52)

³⁶ “A noção de *região moral* repousa numa concepção que divide o espaço urbano em círculos concêntricos: uma faixa residencial, outra industrial e o centro - que serve ao mesmo tempo como ponto de concentração administrativa e comercial, e como lugar de reunião das populações ambulantes que ‘soltam’, ali, seus impulsos reprimidos pela civilização.” (PERLONGHER, 1987, p. 47)

(...) principalmente de prostitutas” (p. 54). Até mesmo no quesito cultural, o que se observa é uma abertura do espaço para as diversas formas de sexualidade desviante, mais do que uma tolerância específica das manifestações homossexuais (PERLONGHER, 1987, p. 55). Almeida (2016) e Puccinelli (2013) também ponderam sobre a aplicabilidade da terminologia do gueto no entendimento das espacialidades homossexuais (que aqui acrescemos a todas as outras territorialidades relacionadas ao Largo do Arouche e o centro das populações LGBT+). Se incorporamos a descentralização das homossociabilidades trazida por Reis (2014) e as redes de fluxos e contrafluxos por elas estabelecidas, temos o “gueto gay” paulistano mais como um conjunto de redes de articulações pontuais na extensão da metrópole (a retomada da dialética centro-periferia) do que uma unidade espacial homogênea e precisamente delimitada, como também concluem Almeida (2016, p. 112) e Perlongher (1987, p. 58).

Por esses motivos não iremos mobilizar de forma definitiva o gueto como categoria espacial de análise do Largo do Arouche, ou como termo espacial a compor alguma das modelizações e corematizações produzidas. Em primeiro lugar porque ele tende a ser restrito apenas aos espaços da reunião homossexual masculina e suas particularidades interiores, quando o que tentamos mensurar nesta pesquisa trata da captura de todo o universo dúbio do centro velho como espaço urbano disputado pela marginalidade e a oficialidade (que transpomos aos dualismos lixo-luxo, lumpenização-gentrificação, sujeira-limpeza, deterioração-renovação...). “Além do mais, como se pensar em um reconhecimento enquanto gueto se entre os próprios homossexuais há grupos que não necessariamente mantêm contato entre si e se identificam como parte de subgrupos” (ALMEIDA, 2016, p. 113), da mesma forma que aponta Vicente (2015) ao discutir a territorialização dos sujeitos não-hegemônicos nos bares da Av. Vieira de Carvalho. Em segundo lugar, porque na relação entre as reflexões de Perlongher (1987) e Smith (1996; 2007) podemos situar a “gayzação” dos sujeitos periféricos (PERLONGHER, 1987, p. 105) como um dos elementos culturais da gentrificação dos espaços. Afinal, o contingente dos gays da classe média não deixa de compor a elite social que deseja o retorno da Boca do Luxo - sua cosmologia de classe irrompe a identificação mútua pela sexualidade e pode se encontrar em conflito direto com outras territorialidades LGBT+ no centro de São Paulo. Historicamente a “gayzação” do Arouche também coincide com o processo de abjeção e expulsão dos corpos trans pelas operações policiais, na medida em que o homossexual masculino é codificado como corpo

tolerável³⁷. Enfim, há uma série de contradições que colocam as concentrações territoriais em atrito recíproco, de forma que a noção de *gueto* (também se relacionando à visão burguesa do espaço degradado, que cria a patologia urbana e a necessidade de intervenção), nos parece demasiadamente redutiva para explicar o Largo do Arouche e sua condição espacial. Preferimos as multiterritorialidades (VICENTE, 2015), as coespacialidades (ALMEIDA, 2016; LUSSAULT, 2004)³⁸, que nos remetem aos territórios usados (SANTOS, 2000), os territórios do uso (SEABRA, 2004), e o cotidiano urbano apresentado em sua plasticidade e simultaneidade espacial (CERTEAU, 1998), que aqui se adensa no conceito das duas Bocas (do lixo e do luxo) e seus atritos:

No caso das *bocas* paulistanas, o território é antes um ponto de fluxo e de ambulação do que um local de residência fixa: nele os gays coexistem, literal e espacialmente, com outros tipos de marginais, “sexuais” ou não. Apesar da certa tendência à instalação habitacional por modernos gays (que, porém, parecem preferir áreas mais de classe média), essas moradias costumam ter a marca da fugacidade: hotéis, pensões, pequenos apartamentos alugados, característica da “região moral”. (PERLONGHER, 1987, p. 64)

³⁷ Se formos levar em conta a “variável cor” e os protótipos da masculinidade explorados em Perlongher (1987), bem como a racialidade dos corpos discutida por Almeida (2019), podemos afirmar que o corpo gay tolerável corresponde ao homossexual masculino, branco, mais ou menos virilizado, que encobre a própria homossexualidade. Podemos dizer que é nesse sentido que os *michês* e os *bofes* - retomando as sociabilidades históricas do centro paulistano do século passado - se camuflavam no fluxo cotidiano da cidade formal.

³⁸ Quando falamos de *multiterritorialidades* (VICENTE, 2015; HAESBAERT, 2004) e *coespacialidades* (ALMEIDA, 2016; LUSSAULT, 2007) na urbanidade, aproximamos as categorias no sentido de demonstrar que ambas são construídas em oposição à concepção de um espaço urbano unitário, contíguo, harmonioso nas relações internas e organizado organicamente (justamente o espaço relativo do formalismo, da abjeção, da gentrificação...) - são conceitos que admitem a heterogeneidade espacial da e na cidade. Devemos reforçar, contudo, que o significado desses conceitos é qualitativamente distinto. Da multiterritorialidade depreendemos a apropriação espacial dos sujeitos e a formação de microterritórios através da delimitação de zonas e relações de poder (a identidade de um grupo social intrínseca à identidade territorial). A coespacialidade (ou copresença espacial), em outro lugar, fala do caráter de simultaneidade que caracteriza a relação entre as múltiplas divisões espaciais que convivem, coabitam e coexistem na urbanidade. São categorizações analiticamente diferentes que se apoiam em diferentes constituições abstratas do urbano. Neste trabalho as relacionamos em diversas ocasiões, e por isso vale sempre lembrar que as admitimos antes de tudo como conceitos separados.

3.3. O Arouche e a nova cinelândia pornô: as contribuições da coremática

Levando em conta todas as pontes históricas e contemporâneas estabelecidas para compreender as possíveis lógicas elementares, ou os possíveis esboços de uma estrutura, engendrados na produção do Largo do Arouche enquanto espaço ou conjunto de espacialidades, podemos enveredar no sentido de extrair da dualidade espacial lixo-luxo algumas tendências dispositivas, ou propriedades do território. A partir de cada uma dessas tendências podemos conceber as formas de modelização, os coremas ou o corotipo³⁹ (repetições de coremas) correspondentes a cada uma das estruturas fundamentais propostas. Como um primeiro exercício de aproximação entre a coremática e a representação das espacialidades do centro paulistano degradado-renovado, construídas em via da territorialização mais ou menos congruente das populações LGBT+, trazemos um exemplo de confecção de coremas a partir de uma revisão bibliográfica, isto é, a corematização como possibilidade metodológica de incremento das análises espaciais. Utilizaremos a pesquisa etnográfica de Rosa et al. (2008) sobre os cinemas pornôs da cidade de São Paulo como referência basal para a proposição destes primeiros coremas, no intuito de reunir as novas perspectivas trazidas pela cartografia coremática na concepção dos espaços urbanos.

Segundo Rosa et al. (2008) o Largo do Arouche constitui um dos pontos centrais em torno do qual se concentram as salas de cinema de filmes pornôs do centro paulistano, ou “cinemões” (termo nativo dos frequentadores que exalta sua situação enquanto “lugares de excitação” [ROSA et al., 2008: 3]). Estas salas, e seu conjunto de implantação na malha urbana, constituem por sua vez a mancha dos “cinemões” no centro de São Paulo, em consonância com a proposição conceitual de Magnani (2002), em que as manchas⁴⁰ “são (...) áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam - cada qual com sua especificidade, competindo ou completando - uma atividade ou prática predominante.” (p. 22). Os equipamentos se definem nos aglomerados de estabelecimentos reconhecidos por seus frequentantes, “e que apresentam uma implantação

³⁹ “Propriamente, se ‘o corema é uma estrutura elementar, de extensão universal ou, ao menos, geral’, o ‘corotipo é uma forma complexa repetitiva, constituída da mesma composição de coremas’”. (BRUNET, 2001, p. 196 apud MENEGATTO, 2017, p. 55). Neste trabalho, a elipse da mancha dos “cinemões” (Tabelas 3 e 4) e o triângulo São João-Ipiranga-Minhocão (Tabela 5 e Figura 3) são os corotipos - ou recortes de malha - que escolhemos como base repetida para a sobreposição do restante dos coremas.

⁴⁰ “A *mancha* (...) [é] sempre aglutinada em torno de um ou mais estabelecimentos (...) As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso, o que garante uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários.” (MAGNANI, 2002, p. 23)

mais estável tanto na paisagem como no imaginário” (MAGNANI, 2002 apud ROSA et al., 2008: 8). No caso dos “cinemões”, os estabelecimentos são os remanescentes da antiga Cinelândia Paulistana em seus anos dourados (1940-1970), ou os velhos cinemas da região que foram reapropriados como lugares de exercício específico da sexualidade. Agora constituem territórios de “pegação impessoal”, mas que também ultrapassam a questão erótica, por apresentarem “uma multiplicidade e uma complexidade de atores e práticas muito maior” (ROSA et al., 2008: 31) (isso nos alude aos princípios da multiterritorialidade e da coespacialidade). Encontramos muitas coincidências com as análises dos arredores do Arouche como espaços do encontro de parceiros amorosos e sexuais de Almeida (2016), apesar dos “cinemões” se aproximarem mais dos afetos anônimos, fugazes (relembrando a “região moral” de Perlongher [1987]).

Podemos então estabelecer correlações entre as características da mancha denotadas pelos autores e as lógicas de estruturação do espaço definidas por Brunet (1986), pensando também nas formas de implantação visual correspondentes (em ponto, linha, área/zona ou rede). O processo de corematização exige, portanto, a sistematização dessas correlações. A seguir detalhamos cada estrutura, associada a um corema ou corotipo, que identificamos na análise espacial da mancha dos “cinemões” no centro paulistano (os respectivos modelos gráficos constam nas tabelas 3 e 4):

- a. **Os largos como centros de atração ou pólos da mancha:** segundo Rosa et al. (2008: 9) as salas dos “cinemões”, considerando sua inserção na região da “Boca do Lixo” em torno da Praça da República, se concentram ao redor de duas praças: O Largo do Arouche e o Largo do Paissandu. Concebemos então os largos como possíveis núcleos de atração, zonas com uma projeção mais ou menos radial ao redor da qual gravitam os estabelecimentos; podem constituir a porção central de um eixo gravitacional, se pensarmos as salas como satélites e os largos como corpo de atração (lógica da estrutura: gravitação, *gravitation*);
- b. **A diferenciação interna da mancha pela concentração de salas:** em se tratando da composição interior da mancha como contiguidade, cuja implantação não é homogênea (o próprio Magnani [2002] refere-se “a algo com formas e fronteiras difusas, com intervalos e respingos.” [apud ROSA et al., 2008: 8]), as concentrações ou densidades da mancha são as principais variáveis de diferenciação. Nesse sentido os autores diferenciam as concentrações de salas ao redor dos Largos do Arouche e do

Paissandu: uma é mais espaçada e outra, mais densa, respectivamente (ROSA et al., 2008: 9). A malha da mancha deve, portanto, expressar a diferença entre densidades. (lógica da estrutura: malha, *maillage*);

- c. **As avenidas arteriais da mancha:** a Av. São João é o eixo de articulação da mancha dos “cinemões” (estende-se desde o Vale do Anhangabaú até a Rua Amaral Gurgel [ROSA et al., 2008: 9]). Incorporando a noção da região moral da “Boca do Lixo”, temos sua encruzilhada com a Av. Ipiranga como extensão emblemática da propagação da boca, como visto em Perlongher (1987). Isso nos leva a pensar nas duas avenidas como as artérias principais de comunicação inter-mancha e intra-mancha. (lógica da estrutura: ligação, *trillage*);
- d. **O metrô como organizador de fluxos na mancha:** em analogia a Reis (2014) e à noção da descentralização de fluxos e contrafluxos nos centros e nas periferias da metrópole, constatamos que o equipamento do transporte metropolitano compõe outro corredor importante de comunicação. Até Magnani (2002) afirma que a constituição das manchas perpassa “tanto uma possibilidade de escolhas no interior das manchas como a abertura dessas manchas (...) em direção a outros pontos do espaço urbano.” (p. 23). A Estação República e a Linha Vermelha do Metrô de São Paulo definem, por assim dizer, a conexão da mancha dos “cinemões” com um sistema de integração intra-metropolitano. (lógica da estrutura: ligação, *trillage*).
- e. **A disposição dos cinemões de pegação gay:** Rosa et al., (2008: 13) esboçam uma classificação dos cinemas de acordo com as relações de gênero características da sociabilidade de cada sala. Dos vinte “cinemões” mapeados, onze são classificados como cinemas de pegação, de público quase ou completamente masculino, espaços nos quais o objetivo principal é a socialização entre gays na procura de parceiros sexuais. Constituem, assim como os outros dois tipos de “cinemões” explicados abaixo, pontos unitários dispostos na superfície urbana. (lógica da estrutura: malha, *maillage*);
- f. **A disposição dos cinemões de rachas:** Cinco dos “cinemões” mapeados são classificados como cinemas de *rachas* (em referência à vagina; termo pejorativo engajado pelos gays [ROSA et al., 2008: 14], carrega aspecto misógino ou “gayzante”, se formos resgatar Perlongher [1987]), são locais da prostituição de

mulheres que afastam os interessados na pegação gay. (lógica da estrutura: malha, *maillage*);

- g. A disposição dos cinemas de *travas*:** Quatro dos “cinemões” mapeados se aproximam do que os autores chamam de cinemas de *travas* (outro termo gay) (ROSA e al., 2008: 14), ou os estabelecimentos em que ocorre a prostituição de travestis, e a probabilidade de pegação gay é ainda presente; os gays e travestis disputam os homens da clientela. (lógica da estrutura: malha, *maillage*).

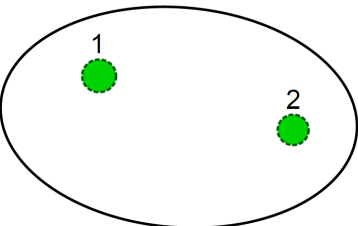
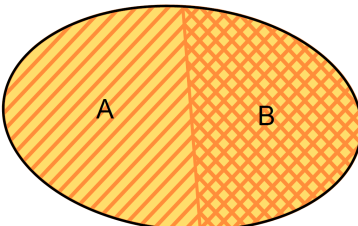
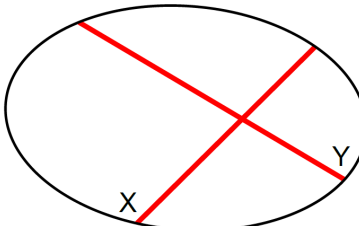
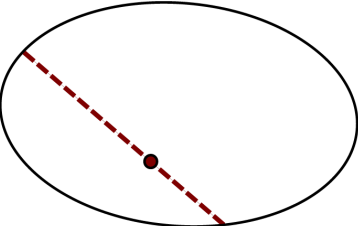
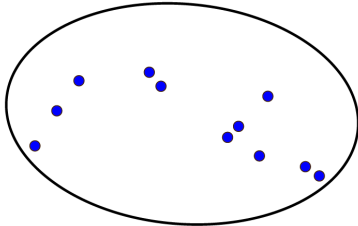
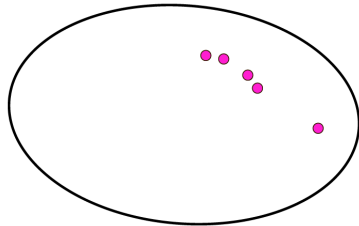
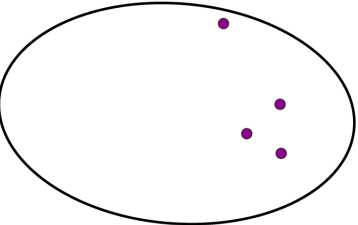
Coremas identificados na mancha dos “cinemões” pornô do centro de São Paulo (baseado em Rosa et al., 2008) (correlações com a carta-modelo de Brunet [1986])					
 <p>Centralidades da mancha: largos/praças do circuito LGBT+ no eixo da Praça da República. 1 – Largo do Arouche 2 – Largo do Paissandu</p>		 <p>Concentrações da mancha: zonas de proximidade dos “cinemões” ao redor das centralidades da mancha. A – menor densidade B – maior densidade</p>		 <p>Vias centrais de articulação: principais corredores de acesso à mancha dos cinemas-pornô. X - Av. Ipiranga Y - Av. São João</p>	
Lógica	Figura	Lógica	Figura	Lógica	Figura
gravitação	área	gravitação	área	ligação	linha
 <p>O transporte metropolitano: extensão da Linha 3 - Vermelha do Metrô de São Paulo e a Estação República.</p>		 <p>Cinemas de pegação gay: salas de público predominantemente masculino, onde socializam <i>bichas</i> e <i>bofes</i> para a realização da caça.</p>		 <p>Cinemas de rachas: salas onde ocorre prostituição de mulheres e há baixa possibilidade de caça ou pegação.</p>	
Lógica	Figura	Lógica	Figura	Lógica	Figura
ligação	ponto e linha	malha	ponto	malha	ponto
 <p>Cinemas de travas: salas onde ocorre prostituição de travestis; há possibilidade de pegação, mas com conflitos e disputas.</p>					
Lógica	Figura				
malha	ponto				

Tabela 3. Relação dos coremas identificados na mancha dos “cinemões” pornô do centro de São Paulo. Baseado no mapa e nas descrições de Rosa et al. (2008). Correlação com as lógicas estruturais e as figuras de Brunet (1986). Elaborado por REY, 2021.

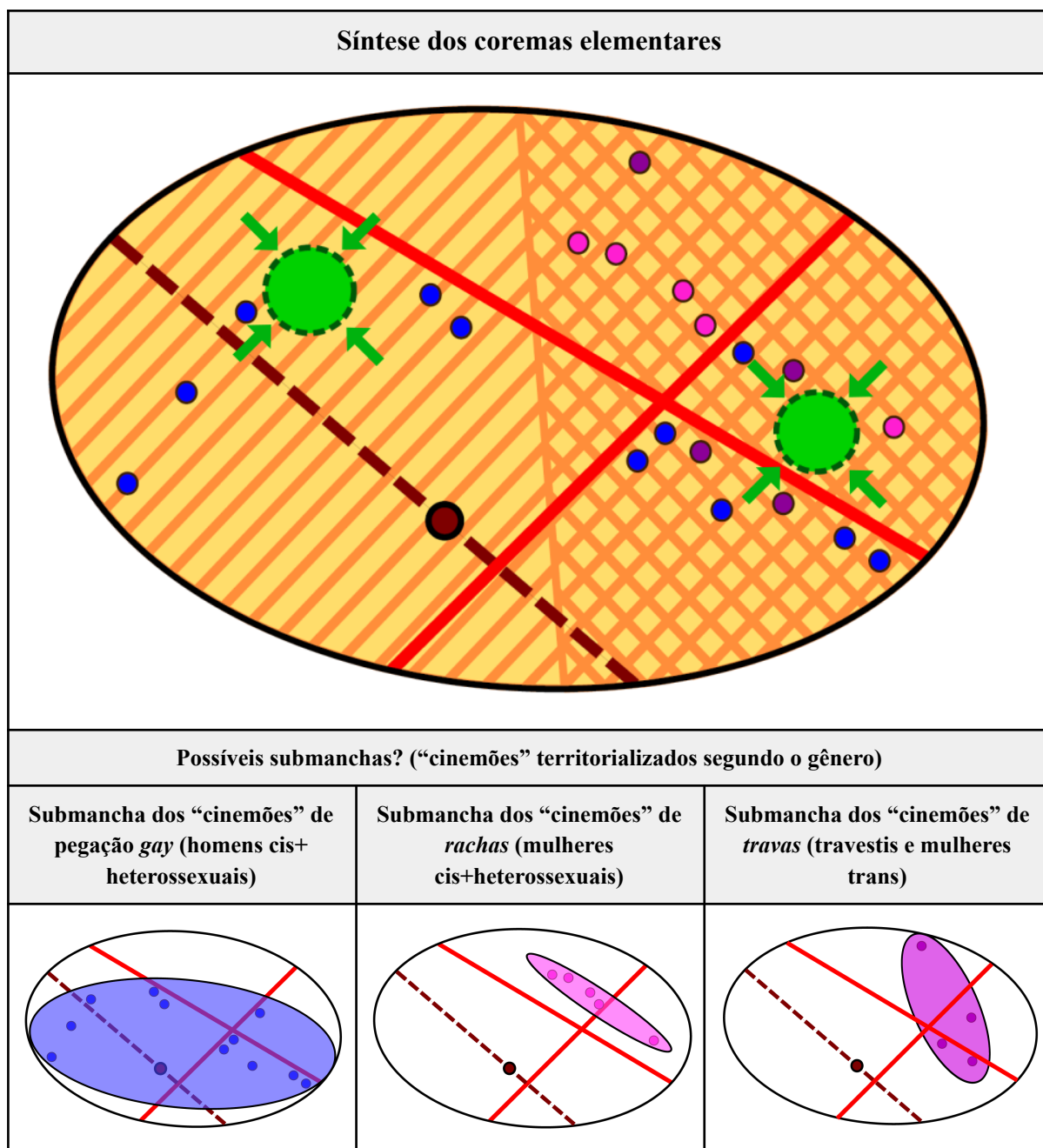


Tabela 4. Síntese dos coremas elementares identificados na mancha dos “cinemões” pornô do centro de São Paulo. Com denotação das possíveis submanchas segundo as territorializações de *gays*, *rachas* e *travas*. Baseado no mapa e nas descrições de Rosa et al. (2008). Elaborado por REY, 2021.

A coremática nos alcança alguns princípios de organização do espaço que extrapolam a noção das meras localizações. No caso da nova cinelândia do centro de São Paulo, a mancha dos “cinemões” pornô, a sobreposição dos coremas elementares (Tabela 4) nos ajuda a incrementar a análise espacial e visualizar as categorias em simultaneidade - além da disposição, revelamos concentrações e densidades. Estando a mancha (sua percepção na paisagem e no imaginário) atrelada aos contextos do uso por seus frequentadores, podemos alcançar territorializações mais específicas da população LGBT+ de acordo com as

disrupções entre as populações ou os grupos socioespaciais em coexistência. A noção de submanchas ou subdivisões da mancha aludem às diferenciações internas do espaço: os gays parecem dotar de uma territorialização mais extensiva, seus cinemas de pegação encontram-se bem distribuídos ao longo da mancha e estão nas áreas de irradiação de ambos os núcleos de atração; as travestis distanciam-se do fluxo intenso das áreas próximas ao metrô, parecem concentrar-se nas imediações do Paissandu, principalmente no cruzamento São João-Ipiranga; as prostitutas, mais ou menos à mesma moda, condensam-se ao norte da Av. São João, especialmente no eixo da Av. Rio Branco. Enquanto o Largo do Paissandu tem em seu perímetro de gravitação não somente uma maior quantidade, mas uma maior diversidade dos tipos de “cinemões” pornô (ou seja, mais territorialidades distintas em coespacialidade), o Largo do Arouche constitui um pólo atrativo com menos pontos subordinados, ao redor do qual há somente cinemas de pegação gay. Seria isso um sinal da permanência histórica do Arouche como reduto dos homossexuais (VICENTE, 2015), relativamente gentrificado, em que subsiste a força da limpeza social mobilizada desde as operações Tarântula e Richetti (TELES, CAVALCANTI, BARBOSA & BICALHO, 2018) com a abjeção dos corpos trans e indesejáveis e a remanescência das homosociabilidades masculinas, ou a “gayzação” anunciada por Perlongher (1987)? Não há porque prospectar certezas, mas a predominância dos espaços de pegação pode estar associada à constituição do Largo do Arouche como recorte emblemático para as espacialidades homossexuais na urbanidade (como chega a analisar Almeida [2016]). Por fim, há de se considerar como a cartografia coremática contribui para a análise dos territórios e territorialidades LGBTQ+ no centro de São Paulo, tratando das duas Bocas (do luxo e do lixo) e do Largo do Arouche como ponto de passagem entre as mesmas. Como uma ferramenta de tratamento bibliográfico (a exemplo do que fizemos neste breve exercício de aplicação), a coremática pode definir um tipo de alternativa metodológica, que possibilita algum nível de apuramento da análise espacial. Pode ajudar na captação dos aspectos profundos (*a posteriori*) dos espaços-objetos, na visualização ou comunicação visual do(s) fenômeno(s) espacial(is) que se tenta mensurar.

3.4. Construindo uma coremática do Arouche

Tendo em vista todas as produções consultadas que se debruçam sobre o Largo do Arouche e a multitude de espaços do centro a ele conectados, além do período de observações de campo (10/2019 à 12/2019), podemos finalmente reunir algumas das lógicas espaciais mais suscitadas e expressá-las numa relação de coremas e seus respectivos modelos gráficos. A revisão histórica nos denota as terminologias espaciais que podemos utilizar na identificação desses coremas: além das Bocas do Lixo e do Luxo (engajadas em PERLONGHER, 1987; JOANIDES, 1977; FRÚGOLI JR. & SPAGGIARI, 2010), temos como espacialidades associadas ao Arouche a Av. Vieira de Carvalho (VICENTE, 2015), a Praça da República (PUCCINELLI, 2013) e sua região, as áreas de fluxo e propagação das Avenidas São João, Ipiranga, Rio Branco, Duque de Caxias, sem esquecer do Elevado Presidente João Goulart ou Minhocão. Em alguma medida há de se pensar o Largo do Arouche também como componente de toda a área central paulistana, tanto do centro velho como do centro expandido. Superpondo a disposição desses recortes com as multiterritorialidades e coespacialidades da população LGBT+, cujas feições são mais imprecisas e plásticas (mas ainda passíveis de modelização), podemos delimitar algumas estruturas e suas formas de irradiação espacial. Aqui propomos seis modelos (a partir de um corotipo) fundamentais na análise do Largo do Arouche e seu entorno, respeitando, assim como na parte anterior do capítulo, as correspondências com as sete lógicas estruturais de Brunet (1986) e as quatro figuras de Bertin (1983) e Brunet (1986) (Tabela 5 e Figura 3):

- a. **O triângulo Av. São João-Av. Ipiranga-Minhocão como área principal:** a velha espacialização de uma região moral das sexualidades diversas no centro de São Paulo “pode ser caracterizada por um grande T, formado pela confluência das Avenidas São João e Ipiranga” (BARBOSA DA SILVA 1959, p. 352 apud PERLONGHER, 1987, p 69). Este mesmo cruzamento também parece estar associado à espacialização principal da Boca do Lixo e a região dos “nóias” e crackeiros (que por sua vez é uma irradiação da cracolândia no bairro da Luz mais ao norte [FRÚGOLI JR. & SPAGGIARI, 2010: 9]). Outro corredor de fluxos que parece dotar de uma importância vital nas configurações do Arouche, apesar de uma espacialização mais recente, é o Minhocão (NITO & SCIFONI, 2017), considerando especialmente seu trecho sob a Rua Amaral Gurgel, que se conecta à Rua do Arouche. Estas três vias, além de constituírem artérias de comunicação, podem ser entendidas como os vértices

de um polígono que contém o Largo do Arouche e sua área projetada, pois o diferenciam de outras espacialidades do centro. Para o norte da Av. São João, temos a concentração tradicional da velha Boca do Lixo e o “Quadrilátero do Pecado” dos Campos Elísios (JOANIDES, 1977), as porções mais nucleares da região moral. Para o sul da Av. Ipiranga, temos o que Perlongher (1987, p. 115) chama de “área da Av. São Luís”, que parece gravitar em torno da Praça Dom José Gaspar. Para o oeste do Minhocão, temos a região mais associada à Rua da Consolação e sua articulação com a Boca do Luxo. A área intermediária é o Largo do Arouche. O triângulo imaginário São João-Ipiranga-Minhocão nos ajuda a situá-lo como zona ambígua ou “sensível” (PERLONGHER, 1987), e por isso o escolhemos como recorte de base para esta coremática (lógica da estrutura: ligação, *trillage* e malha, *maillage*);

- b. O circuito dos templos e os eixos radiais propagados do Arouche:** Nito e Scifoni (2017), elaborando um inventário cultural da região do Minhocão, chamam de *circuito dos templos*

uma rede de estabelecimentos de encontro, lazer e sociabilidade dos grupos LGBT+. A terminologia *templos* foi adotada considerando que estes lugares possuem significados para além da festa ou diversão, funcionando como espaços de congregação e de reunião de pessoas. (NITO & SCIFONI, 2017, p. 47)

Considerando o eixo do Baixo Minhocão e a centralidade do Largo do Arouche, também apontada pelas autoras (p. 43), podemos pensar o circuito como um sistema gravitacional, afetado pela distância dos templos em relação a um ponto focal, o Arouche. Retomando de certa forma a mancha de Magnani (2002), que é diferenciada pela variedade de concentração dos estabelecimentos, é possível admitir o circuito dos templos como um conjunto de faixas concêntricas, em que a concentração do equipamento urbano LGBT+ é máxima nos arredores do Largo, diminuindo progressivamente conforme dele nos afastamos. (lógica da estrutura: gravitação, *gravitation*);

- c. Evoluções pontuais e a diferenciação interna do Arouche:** tecnicamente, o Largo do Arouche compreende tanto a praça principal, que é penetrada pela Av. Vieira de Carvalho, quanto o Baixo Arouche (um corredor pavimentado e uma praça menor, na direção do Minhocão). A primeira parece concentrar as sociabilidades do encontro LGBT+ de acordo com a proximidade em relação os bares da Vieira de Carvalho (no pedaço conhecido como “prainha”); enquanto que o segundo configura uma porção de

fluxos rápidos ou apropriada pelos “nóias” e moradores de rua vindos da Rua Amaral Gurgel. Os eventos culturais que presenciamos nas observações de campo foram restritos à área da praça principal, assim como os projetos de revitalização executados pela prefeitura a partir de 2019, cujas reformas abrangem somente o “Alto Arouche”. Na perspectiva da gentrificação, podemos conceber essa estratificação como princípios de uma desigualdade espacial interna do Arouche, de acordo com a maior ou menor adequação de seus espaços à Boca do Lixo. (lógica da estrutura: dinâmica territorial, *dynamique territoriale*);

- d. A Av. Vieira de Carvalho como barreira lixo-luxo:** os estabelecimentos da Av. Vieira de Carvalho são emblemáticos para pensar na história do Largo do Arouche como reduto dos homossexuais de classe média, como nos traz Vicente (2015). O equipamento urbano comercial e o papel do consumo na socialização dos sujeitos LGBT+ no largo (GUIMARÃES & CALIXTO, 2011) parece se apoiar na concepção desta avenida como um enclave da Boca do Luxo, assim como explica Perlongher (1987):

Esta avenida funcionou, segundo inferimos, como uma espécie de barreira de contenção da expansão da Boca [do Lixo] para a área da Consolação. Reflexos desse movimento de avanço da Boca sobre a avenida *chic* podem ler-se ligeiramente no público da “Caneca de Lata”, reduto de homossexuais maduros, parentes pobres dos sofisticados gays da “Caneca de Prata”, situada exatamente do outro lado da calçada. (PERLONGHER, 1987, p. 91)

Hoje, apesar de não observarmos uma permanência contígua da Boca do Luxo, é possível tratar este corredor de estabelecimentos como recorte espacial em que coexistem formas de territorialização LGBT+ distintas - umas mais próximas do modelo de apropriação do espaço pelo consumo (luxo), e outras mais distantes, construídas sobre outros significados, a exemplo do que observamos com as prostitutas e os “nóias”⁴¹. Podemos então atribuir à extensão da Av. Vieira de Carvalho uma função fronteira; nela se encontram e chocam as duas bocas do centro paulistano, que engendram dois universos de apropriação do espaço. Na coremática,

⁴¹ Havíamos primeiro concebido a Av. Vieira de Carvalho como uma barreira da Boca do Luxo que permanecesse impedindo a territorialização da Boca do Lixo nos espaços mais associados à Rua da Consolação, da mesma forma que afirma Perlongher (1987). Em consonância com as disparidades observadas em campo, contudo, preferimos representá-la como fronteira mais ou menos difusa entre as duas bocas, reconhecendo o processo de “deterioração” mais recente. Devemos admitir que esta avenida não se destaca mais como um enclave claro dos gays mais abastados (aos moldes do que se observou na segunda metade do século XX). Arriscamos dizer que a situação contemporânea da Vieira de Carvalho tornou mais difícil enquadrá-la exclusivamente em uma das bocas do centro paulistano.

isso pode ser traduzido numa dinâmica de contato (lógica da estrutura: contato, *contact*);

- e. **As concentrações deslocadas das travestis e prostitutas:** nossas observações de campo coincidem em termos gerais com as análises de Vicente (2015, p. 52), na medida em que a atividade de prostituição está mais associada às ruas menores entre a Av. Ipiranga e a Rua Amaral Gurgel (ou o Minhocão), dentre as quais se destacam as ruas Bento Freitas, Rêgo Freitas e Marquês de Itu, além dos entornos da Praça da República. É interessante notar como essas espacialidades estão em alguma medida subordinadas às forças de atração do Largo do Arouche, mas dele parecem também se afastar; o largo constitui um espaço de reunião e fluxos de consumo, ao passo que as dinâmicas da prostituição parecem se territorializar nas ruas e travessas adjacentes, mais penumbrosas⁴². Isso pode ser também uma continuidade histórica da perseguição policial aos corpos trans, ou das tentativas de limpeza espacial do largo pela classe média liberal, cujo resultado mais contundente foi o deslocamento das travestis para as áreas laterais (PERLONGHER, 1987). (lógica da estrutura: malha, *maillage*);
- f. **As velhas e novas territorializações da Boca do Lixo:** pensando na espacialidade das margens e na constituição do centro degradado como região moral, conceber os limites aproximados da Boca do Lixo define um exercício importante. Considerando que Perlongher (1987) admite a contiguidade das bocas, podemos implantar um modelo de dinâmica territorial para explicar as disposições permanentes da Boca do Lixo, bem como seus novos ajustes, avanços e recuos. Propomos duas “frentes” de territorialização: uma atravessando a Av. São João, originária do “Quadrilátero do Pecado” nos Campos Elísios (JOANIDES, 1977) e do bairro da Luz (FRÚGOLI JR. & SPAGGIARI, 2010), que avança principalmente na direção da Praça da República e da Av. Ipiranga (sendo contida pela barreira de luxo da Av. Vieira de Carvalho); e outra, mais recente, que atravessa o Minhocão (especificamente o trecho da Rua

⁴² É importante ressaltar que não podemos explicar a situação espacial ou territorial das trans e travestis somente através do fenômeno oculto da prostituição. Em primeiro lugar porque o próprio ato da prostituição engloba relações e significações mais complexas do que o processo de troca sexual - da mesma forma que a pegação nos “cinemões” envolve uma rede interpelativa mais ampla do que o aspecto meramente erótico (ROSA et al., 2008). Em segundo lugar, porque nesta pesquisa suscitamos a prostituição não como uma característica inevitável deste grupo social, mas como um modo distinto de territorialização dos sujeitos LGBTQ+. Em alguma medida, a apropriação das ruas pelas prostitutas se distancia ou se opõe aos modelos mais hegemônicos de organização territorial no Largo do Arouche, a exemplo dos territórios sexuais nos bares da “prainha” e da Av. Vieira de Carvalho, e de outras mais associadas ao consumo espacial em massa, ou hábitos espaciais da classe média. (PERLONGHER, 1987; VICENTE, 2015; ALMEIDA, 2016)

Amaral Gurgel), em consonância com o processo de apropriação e ocupação do viaduto pelos moradores de rua (NITO & SCIFONI, 2017), e se expande para o interior do triângulo, especialmente no corredor do Baixo Arouche (dadas suas evoluções pontuais). Consideramos também que a territorialização no Minhocão é derivativa da territorialização histórica da boca no “Quadrilátero do Pecado”, na medida em que os movimentos gentríficos de requalificação do centro velho (em especial na Luz) provocaram a dispersão das populações indesejáveis (FRÚGOLI JR., 2001). (lógica da estrutura: dinâmica territorial; *dynamique territoriale*).

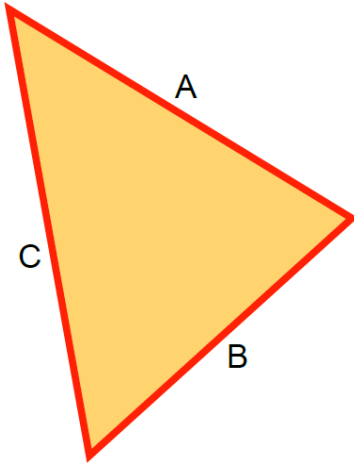
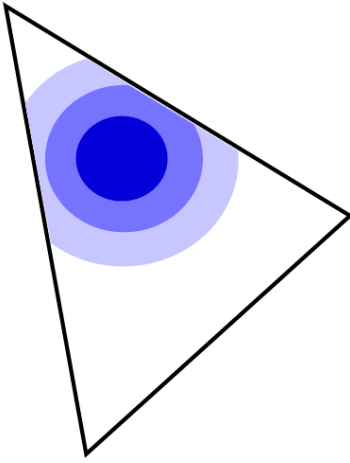
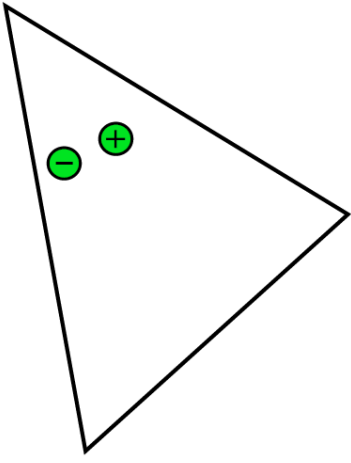
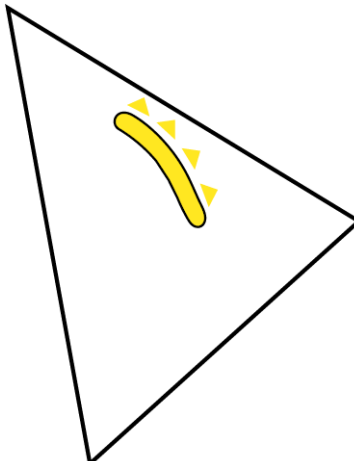
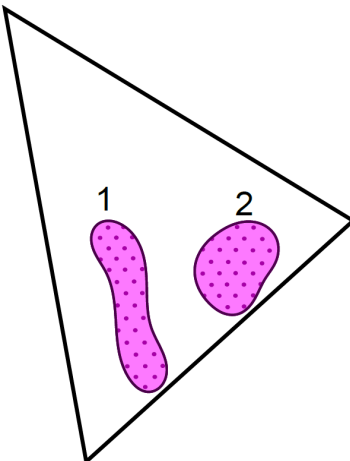
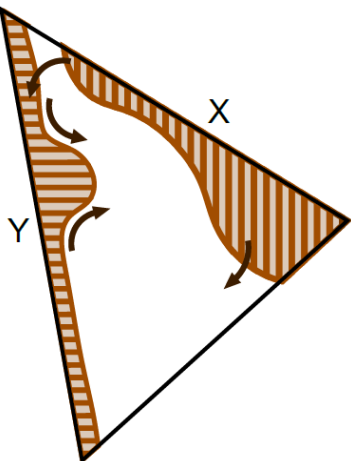
Coremas elementares identificados no entorno próximo do Largo do Arouche (correlações com a carta-modelo de Brunet [1986, p. 3])					
 <p>O triângulo São João (A) ↔ Ipiranga (B) ↔ Minhocão (C): vias laterais de comunicação e área intermediária do eixo República–Arouche.</p>		 <p>O circuito dos templos: faixas concêntricas de adensamento do equipamento urbano LGBT+ ao redor do Largo do Arouche.</p>		 <p>Evoluções pontuais no Largo do Arouche: (+) centralidade política e simbólica da praça como território político-sexual; (-) isolamento e esquecimento do Baixo Arouche.</p>	
Lógica	Figura	Lógica	Figura	Lógica	Figura
ligação	linha e área	gravitação	área	dinâmica territorial	ponto
 <p>A fronteira lixo-luxo da Av. Vieira de Carvalho: antiga faixa “chic e sofisticada” de contenção do avanço da Boca do Lixo sobre a área da Consolação.</p>		 <p>Eixos locais da prostituição trans e travesti: localidades históricas da ocupação da rua por trabalhadoras do sexo. 1 - Ruas Rêgo e Bento Freitas 2 - Praça da República</p>		 <p>Velhas e novas bocas do lixo: (re)territorializações do “mundo marginal” e da população de rua no centro paulistano X – Quadrilátero do Pecado Y – Baixo Minhocão</p>	
Lógica	Figura	Lógica	Figura	Lógica	Figura
contato	área	malha	área	dinâmica territorial	área

Tabela 5. Relação dos coremas elementares identificados no entorno próximo do Largo do Arouche. Correlação com as lógicas estruturais e as figuras de Brunet (1986). Elaborado por REY, 2021.

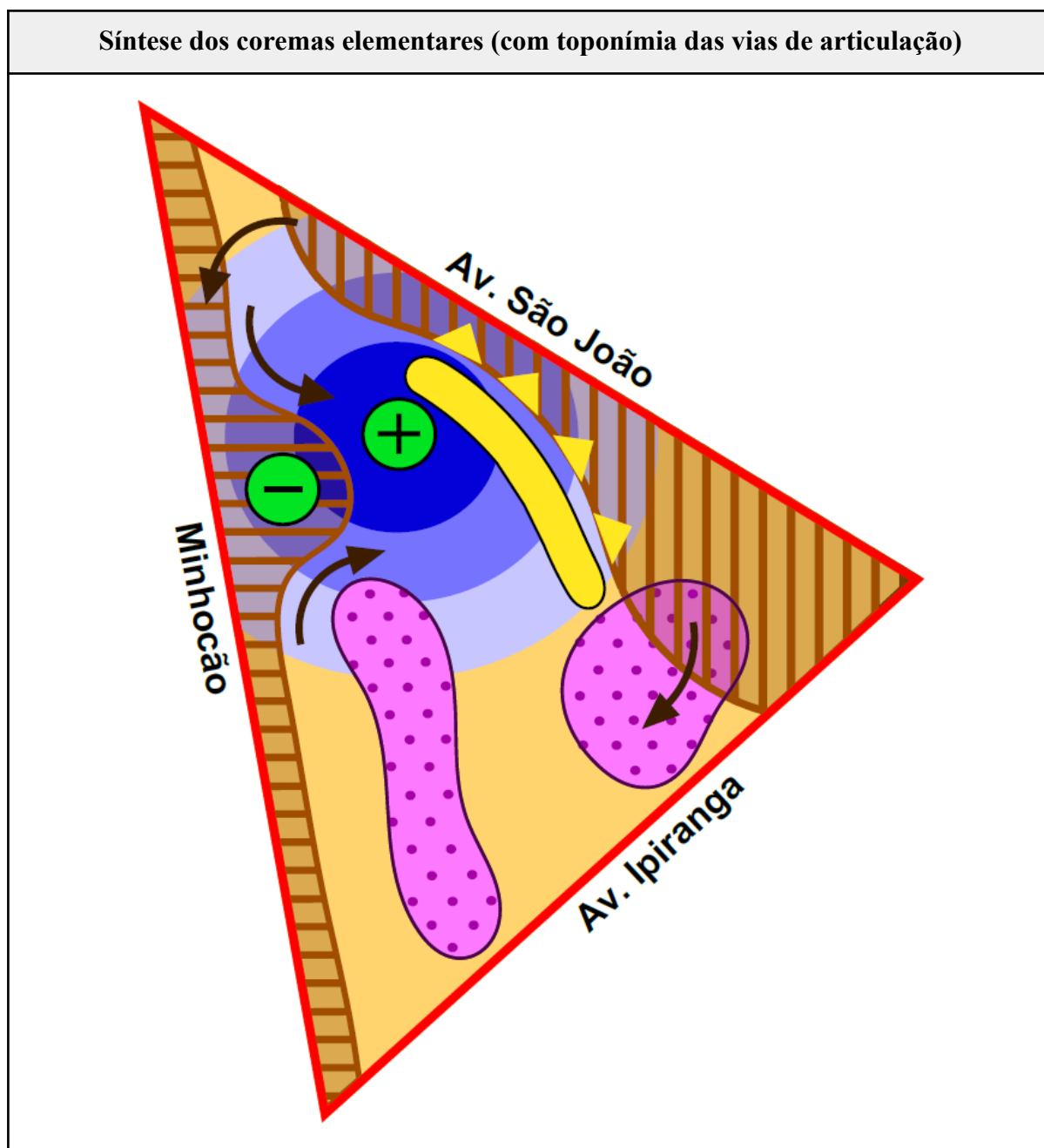


Figura 3. Síntese dos coremas elementares identificados no entorno próximo do Largo do Arouche. Elaborado por REY, 2021.

Desses seis modelos que propomos e sua sobreposição simultânea (Figura 3), extraímos os atritos ou afetamentos recíprocos entre cada estrutura espacial, o que revela as possíveis interações entre as mesmas. A coremática do entorno do Arouche nos sugere algumas relações de sentido nos fenômenos identificados: o “esquecimento” (da perspectiva burguesa) do Baixo Arouche coincide com sua inserção na Boca do Lixo propagada do minhocão; a expansão do Quadrilátero do Pecado, ou antiga boca, a partir da Av. São João, tem seus contornos condicionados pela manifestação da Boca do Luxo que permanece na Av. Vieira de Carvalho; a praça central do Largo do Arouche, enquanto ponto focal do triângulo,

disputado pelas duas Bocas, constitui o eixo de adensamento das sociabilidades LGBTQ+, ao mesmo tempo em que, com diferentes níveis de gentrificação dos espaços e “gayzação” dos sujeitos, provoca um afastamento relativo das territorialidades trans. Ou seja, em se tratando de estruturas ou sistemas construídos e representados por coremas, conseguimos apreender não somente a configuração espacial dos elementos, mas também a interdependência entre eles no espaço. Reforçamos a ideia de que esta sistematização é uma proposta - a nível metodológico, seria possível aprofundar diversos aspectos no estudo do centro de São Paulo, do Largo e seus espaços associados, e propor outras modelizações, outros recortes de malha e outras lógicas de explicação para sua situação no conflito lixo-luxo e na socialização da população LGBTQ+ dos bairros centrais. Mas o que podemos reconhecer é que o mapa coremático, como instrumento de representação, permite em algum grau ultrapassar a escala da concretude urbana (sem abandoná-la como referência dispositiva), e acessar as lógicas profundas de produção do espaço e da cidade. Assim, os coremas nos ajudam a enxergar, para além da infraestrutura, os princípios espaciais que estão em jogo; mostram-se como formas de efetivar uma visualização abstrata da organização espacial. No caso do Largo do Arouche, definem um método especialmente estratégico para salientar sua condição ambígua, de espaço inserido no vai-e-vem de forças de apropriação opostas, que aqui sintetizamos nas dualidades ou dialéticas lixo-luxo, lumpenização-gentrificação, ou deterioração-renovação.

ÚLTIMAS OBSERVAÇÕES

Podemos falar dos mesmos dualismos para finalizar o percurso até então percorrido. A pesquisa nos trouxe diversos termos de acesso ao conflito epistemológico que define a natureza deste trabalho, e que por sua vez é desdobrado nos conflitos socioespaciais da urbanidade. A noção da formalidade se mostrou, talvez, como a mais medular para definir os opostos duais que compõem nossa teórica. De um lado, há a *condição formal*: ela constitui a ordem da razão social que consolidou as tradições modernas da cartografia, está permeada nos critérios de produção dos mapas modernos (ou do mapa que, em alguma medida, é uma criação própria da modernidade para conceber o espaço adequado às suas instituições). Dado que no mapa moderno estão manifestadas as vontades e as visões de algum tipo histórico de poder, é possível ver na cartografia urbana a manifestação de uma versão de cidade. Se trata da cidade inserida na urbanidade ao modo formal, que vimos associada à concepção dos espaços gentrificados, higienizados, aburguesados. Afinal, o aspecto formal pode também ser pensado como aspecto burguês do mapa ou do urbano. No centro de São Paulo, há um conjunto de permanências espaço-temporais que nos remete a uma concepção formal da cidade: as tentativas consecutivas de “revitalização” na região dão nova vida às vozes da classe média vigilante, e ao modo policial de abordar os corpos habitantes e perambulantes da cidade crítica. O urbanismo, que aparece como remédio para a doença espacial dos lugares degradados, bem como o discurso arquitetônico intervencionista que o acompanha de mãos dadas, são, pelo lado da nossa crítica, logismos da formalidade urbana. O formal também se define no desejo de traduzir a confusão metropolitana em algo mais apropriável, negar mais ou menos suas simultaneidades para traçar os planos da apropriação pelas formas de poder vigentes em dado contexto. A ideia e o projeto de uma cidade plenamente formalizada constitui aqui o campo de visão dentro do qual se constrói gentrificação dos espaços urbanos.

De outro lado, há a *condição informal* da cartografia e do urbano (ou condição não-formal, anti-formal, pós-formal, o que se preferir). De acordo com o que defendemos ao longo deste trabalho, essa condição trata dos modos analíticos que admitem o mapa, a cidade, o espaço, a realidade social, em sua materialização incongruente, diversamente específica, multiplicadora das contradições. Isso se associa diretamente ao cotidiano - ou o universo prático dos usos, das apropriações microscópicas e disposições rizomáticas do fazer - como categoria de compreensão do espaço urbano. Nesse recorte que propomos para organizar o pensamento, também cabem as conceituações geográficas que procuram suscitar as forças divergentes que coexistem e compõem a cidade, em oposição aos modelos homogêneos de

representação - aqueles que engajam o fetiche das contiguidades perfeitas e da estrutura global harmônica. Falamos aqui do caráter da multiterritorialidade, ou da coespacialidade dos territórios urbanos. A aplicação da coremática na escala pequena das dinâmicas interurbanas, escalas distritais, dos bairros ou dos pedaços, foi frutífera no sentido de buscar novas formas de se reconhecer a metrópole e a metropolização dentro da geografia - lembrando que os coremas articulam as pontes entre as lógicas gerais e regionais de concepção do espaço. A informalidade assim se define nos resíduos operacionais, as lógicas espaciais que escapam da definição formal. No centro paulistano, é na patente da condição informal que localizamos os territórios da marginalidade, das espacialidades não-oficiais de apropriação das ruas e do equipamento urbano, que remontam também às regiões morais que nele se estabelecem de forma conflituosa. A noção dual da condição formal-informal nos ajuda nesse sentido a mensurar não somente a condição da cartografia, como da urbanidade e de todo espaço geográfico relacional visto no interior do pensamento moderno. São termos que varrem dos pontualismos aos debates mais amplos sobre a epistemologia cartográfica e o papel social das representações espaciais.

Mais a fundo, devemos considerar a importância do lugar urbano em questão para a construção de nossas conclusões. A experiência de pesquisa do Largo do Arouche foi reveladora sobre diversos mecanismos da formalidade, à medida em que a dualística formal-informal foi expressa no conflito material entre o luxo e o lixo. O Arouche como local de encontro parece definir, sem abrir mão da reunião das populações LGBTQ+ nele proporcionada, um ponto de disputa territorial continuada, uma centralidade geográfica do cruzamento mais ou menos disruptivo das classes, das raças, dos gêneros, dos sexos, dos corpos e seus gestos no espaço. Isso se confirma na própria situação espacial dos grupos sociais LGBTQ+ e nas condições desiguais sob as quais erguem suas territorialidades em conflito. O protagonismo, imaginário e efetivo, das homosociabilidades masculinas, e os efeitos discursivos gerados na regulação espacial dos sujeitos trans, nos parece ser um dos fundamentos dessa desigualdade. De certo modo, os territórios sexuais se adequam, com algumas contradições, aos critérios estabelecidos pelas visões formal e não-formal da cidade, podendo se opor ao aburguesamento, ou a ele se misturar - afinal as multiterritorialidades LGBTQ+ também se diferenciam nas formas com que se alinham ou se afastam dos ideais estéticos da gentrificação. Essas conclusões são proposições de análise, não definem leis espaciais, muito menos evocam uma estrutura total do Arouche ou do centro paulistano contemporâneo à luz da geografia urbana. Não devemos esquecer dos quesitos que não se

encaixam com facilidade nessas correlações, ou até mesmo da necessidade de descentralizar nossas percepções sobre a análise urbana. Como pontos inconclusivos da pesquisa, ficam revelados os meios de articulação do Arouche ao todo da metrópole escalar, a natureza de sua relação com as periferias e as sociabilidades não centrais dos sujeitos periféricos - considerando que nele se manifestam outras identidades de outras espacialidades que em nossa trajetória não abarcamos. Pensar o Arouche para fora ou para além do centro pode ser um objetivo importante para outras análises a serem desenvolvidas a partir desse trabalho.

Para não esquecer da base desconstrutiva do trabalho, há também outras lacunas importantes que podemos apontar como limites ou insuficiências representativas. Ao decorrer de toda essa monografia nos empenhamos no desvendamento do caráter provisório da linguagem (carto)gráfica ou visual, mas há de se lembrar que o mesmo pode ser aplicado à linguagem textual ou escrita na qual escolhemos nos apoiar (afinal o mapa é, antes de tudo, uma construção textual), o que nos alude a outras formas possíveis de contestar a tradição cartográfica enraizada no mundo moderno-colonial. Além disso, se aqui insistimos em falar na - possível e impossível - superação da condição moderna do mapa, há outros paradigmas a serem investigados além das formas de geometrização que exploramos com o uso dos coremas. Um desses paradigmas é a retórica monológica sob a qual tendemos a confeccionar as representações do espaço geográfico. As propostas de corematização apresentadas não deixam de compor os critérios epistemológicos da modernidade no que se refere a sua autoria e o engajamento com os interlocutores. É importante, nesse sentido, que eu me reconheça, enquanto cartógrafo, como ilustrador e produtor formal de uma concepção de espaço - ao mesmo modo que abordamos as relações forma-conteúdo na prática dos arquitetos, urbanistas e planejadores. Nos perguntamos se não existiriam formas mais dialógicas de produzir os coremas, já que muitas das estruturas que escolhemos delimitar aludem às territorializações dos diferentes sujeitos e grupos identitários no espaço urbano. Como incorporar na cartografia coremática a visão destes interlocutores? De que forma poderíamos superar o individualismo moderno na autoria dos mapas? São questões muito frutíferas que aparecem como resultado das reflexões dessa pesquisa.

Pensando na questão das escalas, há de se admitir outras áreas da discussão sobre as representações, que permanecem nebulosas. Aqui escolhemos como um norteador espacial a escala da metrópole, a cidade pós-crítica ou hiper-crítica narrada pelos lefebvrianos, para balizar nossos apontamentos sobre a urbanidade e o caso da cidade de São Paulo. Mas não podemos esquecer de outras categorias de análises que mudam as formas de pensar e

conceber o espaço (e principalmente a condição espacial dos territórios e territorialidades LGBT+), dentre as quais podemos ressaltar a escala do corpo. Admitir os corpos como elementos constituidores do espaço, e por dizer, da paisagem urbana que neste trabalho tentamos mensurar, é outro desafio epistemológico importante, que alguns trabalhos pioneiros já nos introduzem de forma não menos geográfica⁴³.

Por sua vez, há algo que permanece nas demonstrações dessa monografia com algum grau de clareza; e isso se trata do exercício metodológico. A cartografia coremática, com alguns ajustes em relação a sua conjuntura tradicional - mas que não a colocam como técnica inevitavelmente submetida ao formalismo - parece ter revelado em sua aplicação uma potencialidade importante no que se refere a representar o espaço urbano não restrito aos componentes concretos da paisagem. Ou seja, parece nos ajudar na captura da urbanidade *a posteriori* (sem descartar a urbanidade *a priori* como manifestação superficial do profundo). O corema, como unidade léxica da cartografia, e a coremática, como possível gramática territorial, podem definir ferramentas ímpares de uma representação pós-formal do espaço urbano, pois nos acessam às orientações emblemáticas do fenômeno, nos revelam suas tendências espaciais em dinâmica. Assim como outros caminhos metodológicos, a coremática pode ou não compor os critérios do que chamamos de cartografia urbana formal, mas há, mesmo assim, um escape comunicativo no que se refere à forma de modelização das estruturas. O ato de construir e relacionar os modelos gráficos de representação espacial, por fim, se estabelece como possibilidade de agregação aos futuros contextos pedagógicos, científicos e informacionais nos quais podemos engajá-los. Mesmo que a contribuição expressiva dos coremas para a geografia urbana brasileira se apresente, ao que parece, num estado ainda mais germinativo do que amplamente difundido, há de se reconhecer as peculiaridades desse método na análise do mapa, do urbano e da urbanidade. Temos à nossa frente um campo de desenvolvimento muito fértil para conceber novas formas e novos jeitos de cartografar a cidade.

⁴³ (ALMEIDA, 2016; 2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

AKERMAN, J. R. *The Imperial Map: Cartography and the Mastery of Empire*. University of Chicago Press, 367p. 2009

ALMEIDA, V. S. *As espacialidades homossexuais masculinas como constituidoras da urbanidade: análise comparativa entre São Paulo e Paris*. Trabalho de Graduação Individual, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 144p. 2016. Disponível em: <http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021104/tce-07062017-190505/?&lang=br>. Último acesso em: 11/07/2021.

ALMEIDA, V. S. *Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04032020-154531/publico/2019_ViniciusSantosAlmeida_VCorr.pdf. Último acesso em: 19/09/2021.

ÁLVAREZ, J. G. La coremática y la nueva geografía regional francesa. *Ería*, nº 45, pp. 5-35, 1998. Disponível em: <https://reunido.uniovi.es/index.php/RCG/article/view/1264>. Último acesso em: 05/08/2021.

ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. *GEOUSP Espaço e Tempo*, v. 16, n. 2, pp. 133-142, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74258/0>. Último acesso em: 02/07/2021.

BARBOSA, G. S. Diálogos entre cartografia e arte: desconstruções cartográficas na obra de Jorge Macchi. *Espaço e Cultura*, v. 26. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/31755/22481>. Último acesso em: 02/07/2021.

BERTIN, J. *Semiology of graphics: diagrams, networks, maps*. Trad. William J. Berg. The University of Wisconsin Press, 438p., 1983.

BERTIN, Jacques. [1986] *Neográfica e o tratamento gráfico da informação*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Trad. Cardoso, J. 273p. 2000.

BESSE, J. M. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 243p. 2014.

BEUCLAIR, H. Carta Aberta. In: CALDEIRA & DOJCSAR, *Arouche: uma fotobiografia*. Coletivo Transverso, São Paulo, 2019.

BRUNET, R. *Champs & contrechamps. Raisons de géographes*. Paris: Belin, 319 p., 1997.

BRUNET, R. La carte-modèle et les chorèmes. *Mappemonde*, Montpellier, GIP Reclus, n° 4, pp. 2-6, 1986. Disponível em: <http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde /M486/p2-6.pdf>. Último acesso em: 07/07/2021.

BRUNET, R. *Le déchiffrement du monde*. Paris: Belin, 2001.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". Em: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R. B.; BICALHO, P. P. G.. Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 2, pp. 175-191, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MLLBpknvMfqdR66rvVGF3WD/?lang=pt&format=pdf>. Último acesso em: 11/07/2021.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer* [1990]. Trad. Ephraim F. Alves. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 351p., 1998.

CONHEÇA o projeto de revitalização do Largo do Arouche. *BKO*, São Paulo, 20/08/2019. Curiosidades. Disponível em: <https://blog.bko.com.br/blog/conheca-o-projeto-de-revitalizacao-do-largo-do-arouche/>. Último acesso em: 07/08/2021.

COSGROVE, D. Carto-city. Em: *Geography & Vision. Seeing, imagining and representing the world*. London & New York – I.B. Tauris, 2008.

CRAMPTON, J. W. *Mapping: A Critical Introduction to Cartography and GIS*. Wiley-Blackwell, edição ilustrada, 232p. Fev. 2010.

DAMIANI, A. L. A cidade (des)ordenada e o cotidiano. *Revista do Departamento de Geografia* (USP), v. 9, pp. 107-116, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53696/57659>. Último acesso em: 02/07/2021.

DAMIANI, Amélia L. Urbanização crítica e produção do espaço. *Cidades*, v. 6, n. 10, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/537>. Último acesso em: 11/07/2021.

DÓRIA quer Largo do Arouche com ares franceses. *Veja SP*. São Paulo, 31/12/2016. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/doria-quer-largo-do-arouche-com-ares-franceses/>. Último acesso em: 07/08/2021.

DUTENKEFER, E. *Representações do espaço geográfico: mapas dasimétricos, anamorfoses e modelização gráfica*. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25022011-115539/publico/2010_EduardoDutenkefer.pdf. Último acesso em: 07/07/2021.

FIALHO, D. M. *Cidades visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25412/000750401.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Último acesso em: 02/07/2021.

FONSECA, F. P. & OLIVA, J. T. Espaço e Cartografia: Teoria do Espaço e avaliações da Cartografia e das Paisagens Pictóricas. In: *Territorium Terram*, v. 1, n. 1, p. 24-45. Out, 2012. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/territorium_terram/article/view/253/337. Último acesso em: 02/07/2021.

FONSECA, F. P. *A Inflexibilidade do Espaço Cartográfico, uma questão para a Geografia: análises das discussões sobre o papel da cartografia*. Tese (Doutorado em Geografia Física), Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09082010-130954/publico/2004_FernandaPadivesiFonseca.pdf. Último acesso em: 02/07/2021

FRÚGOLI JR., H. Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva ao Centro. *Plural*, v. 8, pp. 29-62, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75748/79237>. Último acesso em: 11/07/2021.

FRÚGOLI JR., H. & SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*, nº 6, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1870>. Último acesso em: 04/08/2021.

FURTADO, C. R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. *Cadernos Metrópole*, n. 32, pp. 341-364, 2014.

GUIMARÃES, E. S. P.; CALIXTO, M. E. P. *O que compra alguém no largo: identidades e homossociabilidades no Largo do Arouche domingo à noite*. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/30260126/E017.pdf>. Último acesso em: 04/08/2021.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. I Seminário Nacional sobre as Múltiplas Territorialidades. UFRGS, ULBRA e ABG-Porto Alegre, Set., 2004.

HARLEY, J. B. Deconstructing the Map. In: *Cartographica*, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/p/passages/4761530.0003.008/--deconstructing-the-map?rgn=main;view=fulltext>. Último acesso em: 02/07/2021.

JOANIDES, H. M. *Boca do Lixo*, São Paulo, Ed. Populares, 1977.

KRISTEVA, J. *Poderes del horror*. Cidade do México: FCE, 1989.

LEFEBVRE, H. [1970] *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 178p. 1999.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed. 312p. 1995.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, J. *Le Tournant géographique*. Penser l'espace pour lire le monde. Paris: Belin, 400p. 1999.

LÉVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD & HENRI (Org.). *Cartografia social e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.

LUSSAULT, M. *L'homme spatial*. La construction sociale de l'espace humain. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana. *RBCS*, vol. 17, n. 49 (junho), 2002.

MARTINUCCI, O. da S. Geografia, semiologia gráfica e coremática. *Mercator*, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 37-52, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/wHJzLYB5kQhSSkM4zjJxtLD/?format=pdf&lang=pt>. Último acesso em: 07/07/2021.

MENEGATTO, M. S. Modelização gráfica do estado de Rondônia. *Confins*, Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº 15, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7678#quotation>. Último acesso em: 04/08/2021.

MENEGATTO, M. S. *Coremática insular: uma teoria para a modelização gráfica de ilhas e arquipélagos, o exemplo da ilha Montão de Trigo (São Paulo)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 192p., 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30012018-185833/publico/2017_MatheusSartoriMenegatto_VCorr.pdf. Último acesso em: 04/08/2021.

MIRANDA, D. A Cidade dos Invisíveis: a Transfobia como um Instrumento de Segregação Social e Urbana. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 331-347, 2018. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12854>. Último acesso em: 11/07/2021.

MONMONIER, M. *How to Lie with Maps*. University of Chicago Press, 183p. 1991.

NITO, M. K.; SCIFONI, S. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de referências culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, n. 5, pp. 38-49, Set. 2009. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/e41e4678/e25f/4759/adf4/75827c81fcbb.pdf>. Último acesso em: 11/07/2021.

OLIVA, J. T. & FONSECA, F. P. Reflexões sobre o urbano, a cartografia e a iconografia: o caso da metrópole de São Paulo. *Revista Geografia e Pesquisa*, v. 5, n. 2, p. 11-38, 2011. Disponível em: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/140/72>. Último acesso em: 07/07/2021.

PANIZZA, A. de C. *Imagens orbitais, cartas e coremas: uma proposta metodológica para o estudo da organização e dinâmica espacial, aplicação ao Município de Ubatuba, Litoral Norte do Estado de São Paulo, Brasil*. Tese de Doutorado (Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-30092005-180603/pt-br.php>. Último acesso em: 07/07/2021.

PAULO, P. P. Prefeitura quer transformar Largo do Arouche em ‘boulevard’ com inspiração francesa. *GI*, São Paulo, 24/05/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/24/prefeitura-quer-transformar-largo-do-arouche-em-boulevard-com-inspiracao-francesa.ghtml>. Último acesso em: 04/08/2021.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 276p. 1987.

PUCCINELLI, B. *Se essa rua fosse minha: sexualidade e apropriação do espaço na “rua gay” de São Paulo. Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/41749;jsessionid=1631A7B394E9D84A35A5B0F412D0263F>. Último acesso em: 11/07/2021.

REIS, R. P. Entre fluxos e contrafluxos, “Periferias” e “Centros”: descentralizando sociabilidades homossexuais na cidade de São Paulo. *Gênero na Amazônia*, Belém, nº 6, pp. 63-90, jul./dez., 2014. Disponível em: http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-6/artigos/4_Entre_Fluxos_e_Contrafluxos.pdf. Último acesso em: 04/08/2021.

ROSA, A. J.; VALLERINI, A.; FÁBIO, C.A.; FRANÇA, D. S. do N. Cinemas pornô da cidade de São Paulo. *Ponto Urbe*, n. 3, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1785>. Último acesso em: 11/07/2021.

SANTOS, M. O papel ativo da Geografia: um manifesto. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, pp. 103-109, Jul/Dez, 2000.

SEABRA, O. C. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*, v. 1, n. 2, 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/476/506>. Último acesso em: 02/07/2021.

SILVA, R. H. S.; FONSECA, C. G.; FRANCO, J. O. R.; GONZAGA, M. M. & MARRA, P.S. Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. *E-Compós*, v. 11, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/269/258>. Último acesso em: 02/07/2021.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L.. “Do ‘gueto’ ao mercado”. Em: GRENN, J. & TRINDADE, R. (orgs.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SIVIGNON, M. Chorèmes: éléments pour un débat. *Hérodote*, Paris, n. 76, p. 93-109, 1995.

SMITH, N. Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by capital, not people. *Journal of the American Planning Association*, ed. 45, nº 4, pp. 538-548, 1979. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01944367908977002>. Último acesso em: 04/08/2021.

SMITH, N. *The New Urban Frontier: Gentrification and the revanchist city*. London: Routledge, 1996.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Trad. Daniel de Mello Sanfelici. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 21, pp. 15-31, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74046>. Último acesso em: 04/08/2021.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Zahar, Rio de Janeiro, 323p., 1993.

SOLARES, J. Projeto de revitalização do Largo do Arouche: uma acupuntura da gentrificação. *Viés Arquitetônico*, São Paulo, 2018.

STONE, M. Map or Be Mapped. *Whole Earth*, nº 94 (Outono), p. 54–55, 1998.

TELES, A. A.; MUNIZ, J. R. Lampião da Esquina: imprensa e representação homossexual na Ditadura Civil-militar. *Sociedade, Cultura e Patrimônio*. VI Semana de História do Pontal / V Encontro de Ensino de História. Set., 2018. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/jurandir_ribeiro_muniz.pdf. Último acesso em: 11/07/2021.

THÉRY, H. Modelização gráfica para a análise regional: um método. *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 15, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123894/120058>. Último acesso em: 07/07/2021.

TIBERGHIE, G. Imaginário cartográfico na arte contemporânea: sonhar o mapa nos dias de hoje. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (IEB - USP), n. 57, pp. 233-251. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/JrSjfl4JNvnCBRJ8dWjmjYJ/?lang=pt&format=pdf>. Último acesso em: 11/07/2021.